



Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Letícia Malcher Cardoso

“Da floresta ao mar”: participação e gestão de uma recém-criada Reserva Extrativista
Marinha no nordeste paraense

Belém
2020

Letícia Malcher Cardoso

“Da floresta ao mar”: participação e gestão de uma recém-criada Reserva Extrativista
Marinha no nordeste paraense

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes.

**Belém
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M242f Malcher Cardoso, Letícia.
"Da floresta ao mar" : participação e gestão de uma recém-
criada Reserva Extrativista Marinha no nordeste paraense / Letícia
Malcher Cardoso. — 2020.
139 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-
Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2020.

1. Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba. 2. Nordeste
Paraense. 3. Participação. 4. Gestão. I. Título.

CDD 300.722

Letícia Malcher Cardoso

“Da floresta ao mar”: participação e gestão de uma recém-criada Reserva Extrativista
Marinha no nordeste paraense

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Amazônia Oriental.

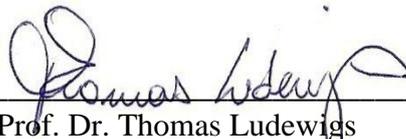
Área de Concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data de aprovação: 04/12/20.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes
Orientador – INEAF/UFPA



Prof. Dr. Thomas Ludewigs
Examinador Interno – INEAF/UFPA



Profa. Dra. Nelissa Peralta Bezerra
Examinadora Externa – IFCH-UFPA

Profa. Dra. Angela May Steward – INEAF/UFPA

À minha sobrinha, Maria Eduarda Malcher Dias, que é a minha alegria e o motivo do meu sorriso nos dias difíceis. Aos meus queridos pais, Edinélia Maria Malcher Cardoso (*in memoriam*) e Zacarias Pantoja Cardoso (*in memoriam*), que, infelizmente, não estão presentes neste momento tão feliz da minha vida, que sempre foram exemplos de alegria, luta e superação, e que sempre me incentivaram a ir em busca dos meus objetivos. Se hoje cheguei até aqui, foi por causa dos seus ensinamentos (em trilhar bons caminhos) e valores repassados, saudade eterna!

Obrigada, por tudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por estar sempre comigo nas horas mais difíceis, iluminando o caminho e me dando força, coragem e sabedoria para não desistir, apesar das adversidades; e à Nossa Senhora de Nazaré, por todas as intercessões e proteção.

Aos meus amados pais, Edinélia Maria Malcher Cardoso (*in memoriam*) e Zacarias Pantoja Cardoso (*in memoriam*), a quem é difícil expressar em palavras a minha eterna gratidão. Obrigada, por me mostrarem que a educação é o caminho e tudo o que sou e conquistei devo a vocês e sei que, mesmo em outro plano, estão intercedendo por mim. Meus espíritos de luz!

A todos os meus familiares que me incentivaram nesta jornada sempre com palavras positivas e apoio incondicional. Pessoas das quais eu sempre pude contar. Obrigada, pela força nos momentos difíceis e por toda ajuda na trajetória. Vocês são a minha base. Família do meu coração.

À tia Edilene Malcher e às minhas manas, Laís Malcher e Lorena Malcher, que me ajudaram nas idas ao campo e contribuíram, por trás dos bastidores, para a concretização desta pesquisa. Foram minhas companheiras nas idas e vindas no rio Mojuim e nas estradas para ter acesso às comunidades. Foram parceiras de aventuras maravilhosas pela Resex Mocapajuba.

Um agradecimento muito especial ao meu mano Wállacy Malcher Fontenelle (*in memoriam*), cuja vida foi interrompida antes da conclusão deste ciclo. Foi uma pessoa que esteve feliz comigo na comemoração de aprovação no MAFDS e na trajetória dos meus estudos, compartilhando aluguel e outras despesas necessárias para que pudesse viver em Belém e prosseguir com os estudos. Contudo, hoje, no término desta jornada, não está mais fisicamente, mas sei que está intercedendo por mim, meu anjo de luz. Mano, jamais esquecerei tudo que fez por mim, desde aquele dia em que precisei ir para a entrevista do mestrado até o último momento que esteve comigo. Saudade eterna, parente.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Carlos Valério Aguiar Gomes, pela dedicação em compartilhar conhecimento, por sempre pontuar significativas contribuições. Serei eternamente grata, por toda paciência e compreensão no decorrer do desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço-lhe por ter acolhido com refinamento intelectual, respeito e senso crítico o meu estudo, e por tê-lo tornado nosso, concretizando-o.

Ao Prof. Me. Antonio C. por todas as leituras compartilhadas e disponibilizadas e por todo apoio nesta trajetória. Tudo contribuiu para que o caminho se tornasse mais leve. Valeu pela paciência, atenção e incentivo.

A todos os amigos da turma MAFDS 2018 que foram parceiros nesta jornada, em especial, às queridas amigas Dayana, Diene e Edenilze. Obrigada pela parceria, manas malukas (rsrs). Vocês são muito especiais.

Aos meus queridos professores e funcionários do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPA) que sempre me acolheram neste espaço de “saberes”.

À Colônia de Pescadores, à AUREMOCA, à AMUPESC e a todos os atores sociais que participaram da pesquisa, em especial, às lideranças da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, D. Lourdes, Seu Valter e Renilde, que sempre me acolheram, se disponibilizaram e contribuíram com a pesquisa sobre esta importante unidade de conservação; assim como os jovens que conheci durante os eventos da Resex que me permitiram muitos aprendizados.

Aos ICMBio pela disponibilização de dados e informações para a pesquisa, em especial, à D. Walcilea Cruz, ao William Fernandes e ao Fernando Peçanha. Todo o apoio foi crucial para a concretização da pesquisa.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa, que foi extremamente importante para a trajetória dos meus estudos e da pesquisa.

Ao grupo de pesquisa ACTA (Ação Pública, Território & Ambiente/UFPA) pela grande ajuda nas discussões de leituras e compartilhamento de ricas experiências em Reservas Extrativistas, que muito contribuíram para o aprimoramento da pesquisa.

Ao NUMA pela acolhida, pois me oportunizou cursar disciplina optativa com o exemplar Prof. Dr. Sérgio Moraes (*in memoriam*).

Por todos que me incentivaram e acreditaram em meu potencial.

E a todas as pessoas que cruzaram o meu caminho nesta etapa de minha vida e que torceram para que este trabalho de pesquisa desse certo.

Termino com o coração grato e almejando que todo conhecimento aprendido e compartilhado retorne à Resex Mocapajuba e possa contribuir com o êxito desta importante política pública. Este é o desejo desta jovem estudante da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba. O conhecimento, o empoderamento, o protagonismo e a luta estão no legado deixado por Chico Mendes e que possamos seguir em frente na esperança de dias melhores.

“É o autêntico homem amazônico, o “caboclo”, o “ribeirinho”, o “índio”, o “seringueiro”, o “pescador”, o “castanheiro” que é preciso salvar, pois ele é o único que poderá salvar a Amazônia, se continuar ali vivendo em harmonia com o meio ambiente, como sentinela avançado contra a destruição, nos mais longínquos lagos, rios, igarapés, seringais, várzeas, terras altas e cabeceiras. As Reservas Extrativistas vieram com esta missão.”

(MURRIETA; RUEDA, 1995, p. 1)

RESUMO

O modelo de Reservas Extrativistas (Resex) tem sua gênese no movimento social dos seringueiros no Acre, que lutaram nos anos 80s contra a destruição da floresta por fazendeiros para implantação das pastagens. O movimento se expandiu e o modelo de Resex foi adotado por diversos grupos de populações extrativistas em diferentes cenários socioculturais e diversos ecossistemas, incluindo a costa paraense, no outro extremo da Amazônia. Essa trajetória “da floresta ao mar” vem com benefícios, mas também com tensões e desafios. Nesse contexto, a pesquisa aborda de que forma tem se estabelecido a participação dos atores no processo de criação e gestão da mais recente Resex Marinha criada, em 2014, no estado do Pará: a Resex-Mar Mocapajuba, localizada no município de São Caetano de Odivelas. O objetivo geral visou analisar a participação dos atores nos processos de criação e gestão desta Unidade de Conservação. A pesquisa tem como embasamento teórico abordagens sobre Unidades de Conservação, ecologia política e participação e gestão. Utilizou-se a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico e os procedimentos metodológicos adotados foram: revisão bibliográfica e documental, observação participante, entrevista não-diretiva e aplicação de questionários semiestruturados com diversos atores envolvidos no processo de criação e gestão da Resex. Verificou-se que a Resex Mocapajuba foi demandada a partir do movimento social da pesca, com um grande empoderamento e protagonismo feminino, articulados com representações em escalas locais, estaduais e nacionais. Ficou evidente que, atualmente, no processo de gestão, a participação é marcada por questões políticas, relações de poder e conflitos que incidem nas instâncias de governança e contribuem para que os processos participativos estejam insatisfatórios. Isso remete a algumas discussões e contribui para outras reflexões, inclusive, com outras perspectivas. Dessa forma, torna-se cada vez mais necessário aprofundar e ampliar o debate sobre as populações tradicionais que vivem na Amazônia resistindo aos desafios e lutando para que o legado de Chico Mendes sobreviva e se perpetue.

Palavras-chave: Resex-Mar Mocapajuba. Participação. Criação. Gestão.

ABSTRACT

The Extractive Reserve model (Resex) has its genesis in the social movement of rubber tappers in Acre who fought in the 1980s against the destruction of the forest by farmers who aimed to implement pastures. The movement expanded and the Resex model was adopted by several groups of extractive populations in different socio-cultural scenarios and diverse ecosystems, including the coast of Pará, at the other end of the Amazon. This trajectory “from the forest to the sea” comes with benefits, but also with tensions and challenges. In this context, the research addresses how stakeholder participation has been established in the process of creating and managing the most recent (2014) Marine Resex created in the state of Pará, Resex-Mar Mocapajuba, in São Caetano de Odivelas. The general objective was to analyze the participation of the actors in the creation and management processes of this Conservation Unit. The research is based on approaches to conservation units, political ecology and participation and management. Qualitative, ethnographic research was used, and the methodological procedures adopted were: bibliographic and documentary review, participant observation, non-directive interview, and application of semi-structured questionnaires with several actors involved in the process of creating and managing the Resex. It was found that the Resex Mocapajuba was a demand from the social fishing movement, with great feminine empowerment and protagonism, articulated with representations at local, regional, and national scales. It was evident that, currently, in the management process, participation is marked by political issues, power relations, and conflicts that affect governance instances and contribute to the participatory processes being unsatisfactory. This leads to some discussions and contributes to other reflections, including other perspectives. Thus, it becomes increasingly necessary to deepen and expand the debate on traditional populations living in the Amazon, resisting challenges, and fighting for Chico Mendes' legacy to survive and perpetuate itself.

Keywords: Resex-Mar Mocapajuba. Participation. Creation. Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Manguezal da Resex-Mar Mocapajuba (Comunidade Cachoeirinha)	45
Figura 2 – Lideranças da Resex	46
Figura 3 – Mapa de localização da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba	48
Figura 4 – Pescador artesanal (Cachoeira)	50
Figura 5 – Tirador de caranguejo (Cachoeirinha)	50
Figura 6 – Ostreicultor (Pererú de Fátima)	50
Figura 7 – Agricultor familiar (Alto Camapú)	50
Figura 8 – Gráfico com a quantidade de assinaturas de moradores favoráveis à Criação da Resex	56
Figura 9 – Sede da Colônia de Pescadores Z-4 do município de São Caetano de Odivelas	59
Figura 10 – Entrevista com ostreicultor	68
Figura 11 – Entrevista com pescadora	68
Figura 12 – Organograma com a composição vindoura do Conselho Deliberativo segundo processo de criação em andamento	74
Figura 13 – Momento de participação nas atividades propostas no evento	76
Figura 14 – Representantes da Resex Mocapajuba	78
Figura 15 – Representantes de todas as Resex que participaram do evento	78
Figura 16 – Presidente da AUREMOCA em uma roda de conversa com os jovens da Resex Mocapajuba	79
Figura 17 – Oficina no Polo Cachoeira	80
Figura 18 – Oficina no Polo Boa Vista	81
Figura 19 – Reunião com atores da Resex	82
Figura 20 – Reunião para articular a atividade sobre o defeso do caranguejo-uçá	84
Figura 21 – Atividade sobre o defeso do caranguejo-uçá	84
Figura 22 – Organograma com os elementos de comunicação e mobilidade utilizados na Resex	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação de participação	36
Quadro 2 – Principais atividades econômicas das comunidades dos Polos da Resex Mocapajuba	49
Quadro 3 – Estruturação das oficinas comunitárias e reunião final realizadas para composição o Conselho Deliberativo da Resex-Mar	111
Quadro 4 – Mapeamento das instituições do poder público que foram citadas durante as oficinas comunitárias. Separadas por esferas e diferentes	119
Quadro 5 – Mapeamento das organizações da sociedade civil que foram citadas durante as oficinas comunitárias. Separadas por esferas e diferentes setores	120
Quadro 6 – Formação preliminar do Conselho Deliberativo, com instituições do poder público e da sociedade civil organizada	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Reservas Extrativistas Marinhas no Pará de 2001 a 2014	28
Tabela 2 – Órgãos e entidades envolvidos no processo de criação da Resex-Mar Mocapajuba	60
Tabela 3 – Polos da Resex-Mar Mocapajuba e as suas respectivas comunidades de abrangência	66
Tabela 4 – Aspectos positivos e negativos na Resex apontados pelos jovens da Mocapajuba durante as oficinas	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Pará
AFASAJOR	Associação de Pais e Filhos e Amigos de São João de Ramos
AGRIPONTA	Associação dos Agricultores de Ponta Bom Jesus
AMPAP	Associação das Mulheres na Pesca e Agricultura de Pereru
AMUPESC	Associação Mulheres da Pesca de Cachoeira
AAPRAPISCO	Associação de Apicultores e Pescadores da Região de Alto Pererú
ASCA	Associação dos Caranguejeiros de São Caetano de Odivelas
ASSOPEF	Associação dos Ostricultores de Pereru de Fátima
AUREMAG	Associação do Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande Curuçá
AUREMOCA	Associação de Usuários da Resex Mocapajuba
BPA	Batalhão de Polícia Ambiental
CAOEPA	Centro de Apoio as Organizações Extrativistas do Pará
CAUREM	Central das Resex Marinhas do Pará
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Resex Marinhas e Costeiras
COVID-19	Coronavírus 2019
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IFPA	Instituto Federal do Pará
INEAF	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONAPE	Movimento Nacional de Pescadores
MOPEPA	Movimento Nacional dos Pescadores do Estado do Pará
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi
NUMA	Núcleo de Meio Ambiente
ONG-RARE	Organização Não Governamental RARE
POA	Plano Operacional Anual
PPGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
RESEX	Reservas Extrativistas
RESEX-MAR	Reservas Extrativistas Marinhas
SINDSAÚDE	Sindicato de Saúde de São Caetano de Odivelas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SEMAGRI	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
SEMAS/PA	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SISBIO Sistema	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
UCs	Unidades de Conservação
UCUS	Unidade de Conservação de Uso Sustentável
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPA/NUSC	Universidade Federal do Pará/Núcleo de São Caetano de Odivelas
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia UFRA
Z-4	Zona-4

SUMÁRIO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO	16
1.1 Introdução geral	16
1.2 Objetivos	21
1.2.1 Objetivo geral	21
1.2.2 Objetivos específicos	21
1.3 Estrutura da dissertação	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Aspectos conceituais e históricos das Unidades de Conservação na Amazônia: “trajetória da floresta ao mar”	24
2.2 Unidades de Conservação: discussão à luz da Ecologia Política	29
2.3 Participação e Gestão em Reservas Extrativistas	35
3 ARTIGO I- RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA: A TRAJETÓRIA DE LUTA EM DIREÇÃO AOS MANGUEZAIS AMAZÔNICOS DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA	42
RESUMO	42
ABSTRACT	42
INTRODUÇÃO	43
MATERIAL E MÉTODOS	44
Lócus da pesquisa	44
Procedimentos metodológicos	45
RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba: convivências e percepções do campo	47
População e atividades econômicas desenvolvidas na Resex	48
Criação da Resex-Mar Mocapajuba: movimento social e protagonismo feminino	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
4 ARTIGO II- ENTRE CONSENSOS E CONFLITOS: PARTICIPAÇÃO E GESTÃO EM UMA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA NO PARÁ	64
RESUMO	64
ABSTRACT	64
INTRODUÇÃO	65
MATERIAL E MÉTODOS	66
Lócus da pesquisa	66
Procedimentos metodológicos	67
RESULTADOS E DISCUSSÃO	69
Caracterização dos instrumentos de gestão	69
Um olhar sobre as ações da Resex: vivências da pesquisa	75
Governança ambiental: processos participativos e relações de poder	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
5 CONCLUSÃO GERAL	92
REFERÊNCIAS	97

APÊNDICES	104
ANEXOS	112

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Introdução geral

A Amazônia brasileira contém a maior extensão contínua de floresta tropical do planeta, a maior bacia hidrográfica, a maior biodiversidade, além de sua recente importância no debate internacional sobre mudanças climáticas globais. O processo de ocupação foi historicamente pautado na exploração de recursos naturais. A visão desenvolvimentista dos governos militares nos anos 70 e 80 do século passado promoveu fortes alterações nas paisagens ambientais e socioculturais da região, provocando profundas e sucessivas disputas entre diversos grupos sobre acesso à terra e uso de recursos naturais (SCHMINK; WOOD, 2012; BECKER, 2004).

A exploração predatória nesta região não é um fenômeno recente, é apenas uma mentalidade econômica que perdura há séculos e que é marcado por um modelo desigual de extração. São muitos os problemas relacionados à exploração desordenada de recursos existentes no passado que ainda são enfrentados na atualidade (GOMES, 2018).

Em virtude de problemas recorrentes, a região se tornou também fonte de grandes conflitos agrários. Populações locais foram “invisibilizadas” nessa visão do desenvolvimento capitalista, e, nos anos 90, deram respostas propondo novas visões e alternativas de desenvolvimento, garantindo seu direito à terra e formas de uso sustentável dos recursos naturais (ALLEGRETTI, 1994; ALMEIDA, 2004a).

Apesar dos avanços nas garantias dos seus direitos, conflitos sociais provocados pela disputa pela terra ainda são bastante evidentes; a destruição de recursos naturais, o desmatamento ainda é uma constante, especialmente, com a expansão da fronteira agropecuária na região. “Cresceu o desmatamento; porém, simultaneamente, cresceram também os territórios protegidos, a maior parte deles em resposta às demandas de povos e comunidades tradicionais” (ALLEGRETTI, 2008, p. 40).

Nesse contexto, a concepção de Reserva Extrativista (Resex) surgiu no final da década de 1980, em decorrência de conflitos sobre legitimidade e regularização fundiária na Amazônia em relação às terras historicamente habitadas por populações tradicionais. O movimento social dos seringueiros denunciou muitas práticas predatórias do meio ambiente, como o desmatamento e a especulação fundiária, além de injustiças sociais, conforme afirma Allegretti (2008, p. 40):

Ao transformar a proposta dos seringueiros em política pública, o governo brasileiro criou uma modalidade original de regularização de direitos fundiários e proteção de territórios e recursos naturais. Foi o resultado de um histórico processo de mobilização social ocorrido na Amazônia nas últimas décadas do século passado. Os atores principais – seringueiros, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu – são grupos sociais pobres e marginalizados, sem poder econômico nem força política, que têm em comum o fato de depender dos recursos naturais (lagos, florestas, rios, mar, cerrados) para obter a própria subsistência.

Nesse cenário, Chico Mendes protagonizou, junto aos seringueiros e indígenas, um capítulo dos mais transformadores da história socioambiental da Amazônia. Os reflexos dessa experiência continuam a influenciar movimentos sociais, ambientalistas, pesquisadores e políticas públicas ambientais em território nacional (SIMONIAN, 2018).

Assim, por serem destinadas como áreas de exploração sustentável e conservação dos recursos naturais por comunidades tradicionais, as Reservas Extrativistas têm recebido atenção por tratar-se de uma política que une preocupações ambientalistas, sociais e econômicas com importantes benefícios para as comunidades extrativistas tradicionais.

Esta política de criação de áreas protegidas para o uso sustentável de populações tradicionais teve êxito politicamente porque criou um mecanismo institucional de resolução de conflitos em torno da terra e da floresta; socialmente, porque assegurou meios de vida para as gerações atuais e futuras; culturalmente, porque respeitou formas tradicionais de uso dos recursos naturais; e ambientalmente, porque impediu o avanço do desmatamento (ALLEGRETTI, 2008).

Apesar dessa especificidade histórica, as Resex passaram a ser “reivindicadas” também por populações tradicionais extrativistas ligadas a outros ecossistemas, como manguezais, praias de água doce e oceânicas, locais onde predominam o extrativismo de peixes, moluscos e crustáceos (SILVA et al., 2013). Embora a política ambiental das Resex seja única para todo o Brasil, as realidades sociais, econômicas, ambientais e culturais são heterogêneas (FLORENTINO; SILVA; FREITAS, 2016).

Assim, a partir desta compreensão, é necessário entender se essa política pública, que foi pensada originalmente para áreas de floresta de terra firme, tem alcançado os seus objetivos ao ser implementada para populações que vivem em ecossistemas marinhos, visto que são populações com algumas especificidades e necessidades que se distinguem. Como destaca Vivacqua (2018, p. 1):

Diversos estudos têm demonstrado mudanças significativas no modelo de gestão das Resex, distanciando-o da gestão comunitária originalmente proposta pelos seringueiros: i) os interesses da conservação ambiental tendem a prevalecer em

relação aos direitos das populações tradicionais; ii) o conhecimento científico tem tido primazia sobre o conhecimento tradicional; iii) aumento do poder do Estado. Além disso, com a expansão das Resex para o bioma marinho a partir de 1992, novos desafios e conflitos têm sido evidenciados nos processos de criação e gestão das Resex- Mar.

As considerações sobre a gênese das Resex em um contexto neoliberal não implicam em uma reprovação do modelo, mas visam a relativizar o potencial da real democracia local na gestão ambiental. Apesar de experiências registrarem importantes conquistas em várias dimensões, social, ambiental e política, os desafios continuam consequentes (PROST, 2018) e trazem para o debate uma multiplicidade de visões sobre estas Unidades de Conservação, inclusive sobre a sua viabilidade para o território amazônico.

Tal discussão perpassa por interpretações muito críticas, conforme apontada por Homma (2018), em que a extração pulverizada, a baixa produtividade e a inexistência de economia de escala tornam um grande desafio colocar o extrativismo como um modelo adequado para a Amazônia. Tornando-se urgente promover a domesticação de produtos extrativos alimentícios que apresentem conflitos entre a oferta e a demanda. A insistência no extrativismo leva a prejuízos sociais para produtores e consumidores.

Nesse contexto, Freitas et al. (2017) defendem que a conservação e o desenvolvimento não fizeram alianças e a ideia da inesgotabilidade de recursos naturais tanto contribuiu para redução e declínio dos produtos quanto para mudança produtiva em razão dos preços de mercado. Contrastando com essas concepções, Gomes (2018, p. 131) considera que:

[...] Hoje existe uma diversidade de tecnologias de manejo de recursos extrativistas aptas a serem aplicadas para garantir o estoque de recursos com princípios de sustentabilidade e produção de longo prazo. Assim, é importante considerar que existe uma perspectiva de melhoria tecnológica dos sistemas tradicionais de extrativismo, com inovações que podem vir tanto na forma de progresso da produtividade, através de manejo dos recursos, como na forma da descoberta de novos produtos e serviços que a floresta pode proporcionar. É preciso considerar também que as atividades da economia extrativista não acontecem em um vácuo político, e que tanto as políticas de subsídio quanto os investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia, formação e capacitação, *marketing*, entre outros, são decisões políticas, fruto das correlações de força entre os atores sociais, e não apenas reflexos 'racionais' dos equilíbrios entre oferta e demanda de determinado produto.

Assim, Rego (1999) enfatiza que o extrativismo é apontado, às vezes, como opção inviável para o desenvolvimento da Amazônia quando é visto como simples coleta de recursos, excluindo técnicas como cultivo, criação e beneficiamento. No caso da região amazônica, essa visão é estreita, pois não considera a cultura das populações locais, que favorece a harmonia

com a natureza. Portanto, é preciso ampliar essa concepção, admitindo alguma tecnologia e os usos dos recursos naturais incluídos no modo de vida e na cultura extrativista.

O extrativismo das comunidades tradicionais na Amazônia não está pautado em uma lógica que considere apenas o lucro. Embora ainda perdure o modelo dominante de exploração econômica baseado em padrões de crescimento e na estagnação de ciclos extrativistas enraizados há séculos, novos padrões de desenvolvimento extrativista podem, por meio de diferentes arranjos econômicos e sociais, promover ciclos econômicos de longo prazo, com variáveis que vão além das forças de mercados, agregando equidade de benefícios aos provedores que mantêm estes recursos naturais e sustentabilidade na exploração dos recursos extrativistas (GOMES, 2018).

Nesse sentido, o conceito de Reservas Extrativistas desafiou a visão unilinear de desenvolvimento apoiada na intensificação tecnológica, cujo componente principal seria a substituição de técnicas extrativistas pela domesticação (ALMEIDA; ALLEGRETTI; POSTIGO, 2018).

Partindo desses pressupostos, entende-se que as múltiplas concepções sobre a viabilidade do extrativismo na Amazônia e a sustentabilidade das Resex apontam que “ter um legado que subsiste às mudanças aceleradas deste século, e à cultura de destruição socioambiental que rege as políticas de modernização do país, merece uma reflexão e um reconhecimento” (ALLEGRETTI; CUNHA; SCHMINK, 2018, p. 3).

Portanto, com base nessas lacunas de debate e reflexão sobre como o modelo envolve diversos contextos sociopolíticos, ambientais e regulatórios ao longo das últimas décadas, despertou meu interesse de pesquisa pela Resex Marinha Mocapajuba, criada pelo decreto de 10 de outubro de 2014, no município de São Caetano de Odivelas/PA. O momento inicial se deu a partir dos questionamentos resultantes das minhas experiências e vivências neste território e, posteriormente, complementei com a análise do “Estudo socioambiental referente à proposta de criação da Reserva Extrativista Marinha no município de São Caetano de Odivelas, estado do Pará” (publicado em 2014 pelo ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e do decreto de criação da Resex.

Os componentes acima citados instigaram meu interesse em pesquisar quais atores e instituições fizeram parte do movimento que deu origem à Resex-Mar Mocapajuba, quais as suas finalidades e interesses, e, principalmente, como ocorreu o processo de participação das populações locais na sua criação e como está atualmente no processo de gestão. As primeiras Resex foram criadas a partir de forte coalizão social resultante de reivindicações de seringueiros

no Acre, como está acontecendo a participação de populações tradicionais em processos de criação de territórios recentes (30 anos depois) em outras realidades socioculturais e ecológicas em ambientes costeiros no nordeste paraense. É importante entender se os ideais das primeiras Reservas Extrativistas ainda estão presentes nestes territórios, apesar das mudanças que ocorreram ao longo do tempo.

Em 2000, foi promulgada a Lei 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual estabelece diversas categorias de Unidades de Conservação nas esferas federal, estadual e municipal. Apesar de seu caráter inovador, o SNUC determina os instrumentos de gestão e regulamentação do território e as plataformas de diálogos comuns para uma diversidade de territórios criados em contextos históricos e socioculturais heterogêneos, visando conciliar conservação ambiental e modos de vida das populações.

A política pública Reserva Extrativista tem passado por algumas transformações desde sua origem no movimento social dos seringueiros no Acre. A transposição dessa política para o bioma marinho trouxe novos desafios para os processos de criação e implementação dos diversos instrumentos de gestão.

A partir da demanda de grupos específicos de populações extrativistas, no caso, os seringueiros do Acre, as Resex abrangeram grupos diferenciados no outro extremo da Amazônia – as Resex Marinhas no Pará. Essa trajetória “da floresta ao mar” vem com benefícios, mas também com conflitos, necessidades de adequações de gestão e de implementação de políticas públicas.

Os conflitos inerentes a esses territórios refletem nas instâncias de governança, pois os diversos atores que estão inseridos na política apresentam uma diversidade de interesses que são a base para a promoção dos processos de gestão ambiental existentes nas Resex. Nesse contexto, destaca-se que, na Resex-Mar Mocapajuba, os conflitos existentes se dão principalmente em virtude da apropriação e uso do território, visto que, de acordo com Ferreira, Silva e Marinho (2019, p. 9):

A pesca na região está cada vez mais susceptível à exaustão, fragilizada, sobretudo, pela exploração intensiva e desordenada, realizada por barcos industriais que utilizam aparatos tecnológicos avançados para a captura predatória dos peixes, no território de pesca destes pescadores. Os berçários estão ameaçados tanto pela pesca predatória, quanto pela disputa territorial entre pescadores esportivos e pescadores ribeirinhos, residindo aí um dos maiores perigos para o esgotamento dos recursos pesqueiros, já que os berçários são alvos destes ataques e desta disputa.

Nesse cenário de conflitos, a política pública de Reserva Extrativista prevê a proteção dos territórios com uma significativa participação da sociedade civil, buscando, por meio de seus instrumentos de gestão, estabelecer regras e inserir a população nas tomadas de decisões para promover a governança local.

Assim, dentre os principais instrumentos no momento pós-criação de uma Resex, o SNUC estabelece a criação do Conselho Deliberativo e o Plano de Manejo do território. A Resex-Mar Mocapajuba tem apenas seis anos de criação e passa atualmente por um processo de criação e aprovação do Conselho Deliberativo, além de não possuir Plano de Manejo. A gestão da Resex está sob a responsabilidade de um órgão gestor, que é o ICMBio, em parceria com lideranças representativas da sociedade civil, já que ainda não tem um Conselho Deliberativo em funcionamento. Considerando essa configuração, pretende-se problematizar a efetividade do compartilhamento da gestão.

Dessa forma, em um contexto amplo, este trabalho explora quais os fatores-chaves do princípio de criação das primeiras Resex Florestal estão presentes nas realidades de criação da última Resex Marinha criada na Amazônia. Tendo como base o forte processo de mobilização social no legado do modelo de Resex, analisamos de que forma tem se estabelecido a participação dos atores no processo de criação e gestão da Resex Marinha Mocapajuba em São Caetano de Odivelas/PA. Os atores sociais locais têm sido de fato sujeitos do processo? Os arranjos institucionais e regulatórios estabelecidos para promover a participação da população usuária no processo de gestão estão tendo resultados satisfatórios?

1.2 Objetivos

1.2.2 Objetivo geral

Analisar a participação dos atores da Resex Marinha Mocapajuba de São Caetano de Odivelas/PA nos processos de criação e gestão desta Unidade de Conservação.

1.2.3 Objetivos específicos

- ✓ Identificar os fatores que motivaram a criação da Resex Marinha Mocapajuba e os atores que articularam este movimento;
- ✓ Discutir a regulamentação dos instrumentos de gestão da Resex e se estes estão atendendo aos seus objetivos ao serem implementados em ambientes marinhos;

- ✓ Analisar de que maneira está sendo articulada a participação dos atores sociais desta Unidade de Conservação.

1.3 Estrutura da dissertação

Esta dissertação está organizada em modelos de artigos individualizados, organizados a partir dos objetivos estabelecidos no trabalho. Para tal, a primeira parte do trabalho traz uma contextualização geral (com introdução, objetivos e estrutura) e apresenta o referencial teórico, permitindo a compartimentação do trabalho em dois artigos. Por último, retorna-se à visão ampla do trabalho, oferecendo uma conclusão geral.

O referencial teórico apresenta uma abordagem conceitual sobre a “trajetória da floresta ao mar”, que vai da criação à expansão do modelo de Reservas Extrativistas na Amazônia, o qual tem sua gênese no movimento socioambiental dos seringueiros no Acre e que, ao longo de três décadas, foi conquistando novos territórios, como os das Reservas Extrativistas Marinhas. Em seguida, faz-se uma contextualização sobre as unidades de conservação e a ecologia política, dialogando com a governança ambiental, bem como com a participação e a gestão em Reservas Extrativistas. Posteriormente, discutem-se os conceitos de participação e gestão em Resex, dando ênfase às múltiplas concepções de participação e à forma como este conceito é delineado para a gestão das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as Resex.

No primeiro artigo, “Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba: a trajetória de luta em direção aos manguezais amazônicos de São Caetano de Odivelas/PA”, buscou-se compreender o processo de criação da Resex a partir de uma abordagem diacrônica, considerando os sujeitos que fizeram parte do movimento de criação, com ênfase para os diferentes atores, e apontando o protagonismo feminino que a Resex Mocapajuba contempla em sua trajetória. Assim, foram analisados aspectos sociais, econômicos e históricos da referida unidade de conservação. Ressalta-se que parte dessa análise foi publicada na Revista *International Journal of Development Research* (ISSN: 2230-9926).

No segundo artigo, “Entre consensos e conflitos: participação e gestão em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará”, analisam-se os processos participativos a partir da regulamentação dos instrumentos de gestão, com ênfase para o conselho deliberativo que possui uma composição, porém, ainda sob questões burocráticas de aprovação por órgãos gestores de da esfera federal. Posteriormente, a participação é discutida a partir de elementos que foram identificados, principalmente, por meio da vivência de campo em eventos e reuniões, e que

evidenciaram implicações nos processos de governança ambiental da Resex, marcado por um cenário com consensos e conflitos que refletem na participação e gestão da política. Parte desta análise será submetida à Revista Raízes da Universidade Federal de Campina Grande.

A dissertação finaliza apresentando a conclusão geral, resultante de toda a pesquisa desenvolvida e com perspectivas para outras reflexões dando ênfase as questões vivenciadas durante a escrita final deste estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Aspectos conceituais e históricos das Unidades de Conservação na Amazônia: “trajetória da floresta ao mar”

O conceito de reservas extrativistas tem sua gênese no movimento socioambiental na Amazônia a partir da mobilização de seringueiros do Acre, como forma de promover e garantir os direitos de populações tradicionais, preservando os valores culturais e ambientais contra a destruição da floresta por fazendeiros na década de 1980. Segundo Becker (2004, p. 107):

Dentre as Unidades de Conservação destacam-se as a criação das Reservas Extrativistas (Resex), fruto da luta dos seringueiros por sua sobrevivência na floresta, contra a expansão dos fazendeiros de gado e os projetos de colonização do Incra. Uma estratégia territorial original caracterizou o movimento desde a sua origem no estado do Acre, onde os altos cursos dos afluentes da margem direita do Amazonas abrigam grandes reservas de seringais nativos e parte expressiva da economia extrativista. Dois elementos marcam essa estratégia. O primeiro é o “empate”, movimento para impedir novos desmatamentos em áreas desmatadas extrativistas por meio da ocupação pacífica dos locais de derrubadas, incluindo adultos e crianças. Entre 1978 e 1988, sob a liderança de Chico Mendes [...]. O segundo elemento estratégico, foi a reivindicação da Concessão de Direitos Real de Uso Coletivo dos seringais por seus moradores; apoiado pela criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985, o processo deu origem à Reserva Extrativista.

Os conflitos dos anos 80s revelam novas contradições e implicam uma intensa redefinição da situação dos movimentos sociais e de suas formas de ação. Os conflitos sociais saem do tradicional sistema econômico-industrial para as áreas culturais; eles afetam a identidade pessoal, o tempo e o espaço na vida cotidiana, a motivação e os padrões culturais da ação individual (MELUCCI, 1989).

A experiência dos movimentos sociais brasileiros surgidos no processo de redemocratização e de luta contra o regime autoritário propiciou a busca por políticas públicas, favorecendo uma maior participação popular (LOPES, 2006).

Nessa perspectiva, o movimento dos seringueiros preencheu uma lacuna que faltava ao movimento ambientalista: o componente social e econômico para a defesa das florestas tropicais. Embora não tivessem poder econômico nem força política, os seringueiros detinham algo que estava sendo demandado no debate internacional: um argumento social para a defesa das florestas tropicais (ALLEGRETTI, 2008).

Assim, as pressões nacionais e externas, decorrentes do assassinato do líder sindical Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988, favoreceram a criação das Resex como sendo uma grande alternativa ambiental brasileira (FREITAS et al., 2017).

Esses territórios foram se expandindo e obtendo avanços, inclusive com aparatos jurídicos fundamentais ao trabalho de conservação e gestão, como a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC, a partir da Lei nº 9.985 de 2000. Esse sistema regulamentou as diversas categorias e seus objetivos de conservação e incorporou ao aparato jurídico-institucional e à política de conservação as discussões sobre biodiversidade, populações tradicionais, conhecimento tradicional etc., formalizando essas discussões no âmbito nacional (JÚNIOR; COUTINHO; FREITAS, 2012).

De acordo com Becker (2004), o SNUC define as Unidades de Conservação (UCs) e os Sistemas de Manejo, contempla áreas públicas federais, estaduais e municipais, assim como áreas particulares protegidas, distinguindo dois grupos de categorias da UCs, quais sejam:

- a) as *de proteção integral*, tais como parques nacionais, reservas biológicas ou Estações Ecológicas, que têm como objetivo prioritário a preservação, contando com um regime de proteção restrita, que proíbe atividades produtivas e a exploração de recursos naturais.
- b) as *de uso sustentável*, tais como as reservas extrativistas ou reservas de desenvolvimento sustentável, que permitem a utilização e a exploração direta dos recursos naturais dentro de certas condições acordadas e estabelecidas em um plano de manejo.

Rompendo com a invisibilidade em que os seringueiros estavam, suas lutas desencadearam o reconhecimento do Estado em forma de uma política pública que foi consolidada como Reservas Extrativistas, e hoje definida, segundo o Art. 18 do SNUC, como:

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000).

Os seringueiros obtiveram uma grande conquista em sua luta, a criação de um novo modelo de território que reconhece seus direitos de uso e modos de produção. Nessa perspectiva, Hasbaert (2014, p. 54) considera que a abordagem das questões territoriais se desdobra em dois grandes paradigmas, denominados de hegemônico e contra-hegemônico:

O paradigma territorial hegemônico vê o espaço como mera extensão ou superfície a ser transposta e substrato a ser explorado, a terra-território como instrumento de dominação, recurso basicamente funcional, dentro de uma economia ainda fundamentada no modelo extrativo-agro-exportador. Mesmo em estado dotados de políticas mais preocupadas com as questões sociais e a redistribuição de renda [...] Aquilo que propomos denominar de paradigma territorial contra-hegemônico ao contrário dessa visão, o vê antes de tudo como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade “terra” (ou natureza se quisermos) um laço muito mais denso, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como inter-agentes que compõem esse próprio meio e cujo “bem viver” depende dessa interação.

As Reservas Extrativistas emergiram como forma de resistência em favor dos territórios contra-hegemônicos. Os seringueiros têm um importante legado em defesa da manutenção e proteção desses respectivos territórios e modos de vida das populações tradicionais.

O movimento social dos seringueiros foi importante para assegurar a transformação de suas propostas em lei. As políticas públicas, então definidas com tais finalidades, surgiram a partir da esfera federal (SIMONIAN, 2018) e o modelo de Resex aos poucos foi conquistando novos territórios para além dos territórios dos seringueiros amazônicos, alcançando outras regiões do país, inclusive com outros ecossistemas, como as Reservas Extrativistas Marinhas.

Após o processo de institucionalização das primeiras Resex, umbilicalmente ligadas aos chamados povos da floresta, essas Unidades de Conservação passaram também a ser criadas junto a populações ribeirinhas, praianas, caboclas etc., ou seja, em outros espaços amazônicos e brasileiros diferentes das áreas de floresta. Exemplar nessa direção são as Resex Marinhas, que são, na Região Norte, territórios marcados fortemente pela ocorrência de manguezais (SILVA et al., 2013).

Vale ressaltar que, nesse percurso permeado de lutas, no espaço e no tempo, Chico Mendes e seus companheiros emprestaram sua simplicidade e uma imortal e extraordinária força de expansão de suas ideias, que foram adaptadas ao longo das décadas e, por vezes, em função das peculiaridades aonde estas chegaram, ganhando até sobrenome, como marinhas e/ou costeiras (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2020).

Trinta anos depois da criação da primeira Reserva Extrativista, a realidade surpreende. As Reservas Extrativistas federais e estaduais, em todo o Brasil, totalizam 94 unidades, abrangendo 15,5 milhões de hectares. A maior parte delas está na Amazônia, um total de 79 unidades, com 15 milhões de hectares (ALLEGRETTI; CUNHA; SCHMINK, 2018).

Nelas, encontram-se múltiplas formas de organização voltadas para a organização social de base e mercados, tais como associações, cooperativas, dentre outras organizações (SIMONIAN, 2018). A organização social dos extrativistas acompanha a evolução do

movimento na sua diversidade: os pescadores artesanais, sentindo a necessidade de uma instância de discussão e decisão específica para a região costeira, criam, em 2009, a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinheiros- CONFREM (PROST, 2018).

Santos (2016) aponta que, diante de um contexto desfavorável, lideranças pesqueiras, bem como movimentos sociais da pesca, começaram a se articular no início da década de 1990, em busca de alternativas que garantissem, a um só tempo, a preservação dos ambientes de pesca, fonte de subsistência e a qualidade de vida dos pescadores (as) artesanais; foi assim que se chegou à proposta das reservas extrativistas marinhas no nordeste paraense. Em 2001, por meio do Decreto s/n, de 22 de novembro do mesmo ano, foi criada a Reserva Extrativista Marinha de Soure, a primeira do estado do Pará (localizada no nordeste paraense) estabelecida em ambiente marinho. Desde então, muitas outras Reservas Extrativistas Marinhas (Resex-Mar) vêm sendo instituídas no estado.

De 23 Resex existentes no Pará, a maioria, cerca de 53,17%, está no nordeste paraense, na região costeira e litorânea, de pescado e manguezal, com forte mobilização social para conservação desse estuário natural, em relação às regiões do oeste e do Marajó, que correspondem, respectivamente, a 26,09% e 21,74% das Resex paraenses (SANTOS, 2018). “Na região Nordeste do Pará, existem atualmente 12 Reservas Extrativistas Marinhas, formando um corredor ecológico de manguezais” (PIMENTEL, 2019, p. 205), conforme demonstrado na tabela 1.

TABELA 1. Reservas Extrativistas Marinhas no Pará de 2001 a 2014.

Resex-Mar	Município	Ano de criação	Área/há
Soure	Soure	2001	29.578,80
Chacoaré- Mato Grosso	Santarém Novo	2002	2.783,16
Maracanã	Maracanã	2002	30.179,20
Mãe Grande de Curuçá	Curuçá	2002	36.678,24
São João da Ponta	São João da Ponta	2002	3.409,44
Araí- Peroba	Augusto Corrêa	2005	11.549,73
Caeté-Taperaçú	Bragança	2005	42.489,17
Gurupi-Piriá	Viseu	2005	74.081,81
Tracuateua	Tracuateua	2005	27.864,08
Mestre Lucindo	Marapanim	2014	26.464,88
Cuinarana	Magalhães Barata	2014	11.036,41
Mocapajuba	São Caetano de Odivelas	2014	21.027,80
Total	12	4	290.678,64

Fonte: Elaborada por Letícia Malcher a partir dos dados do ICMBio.

Com base nesses dados, é possível verificar que a maioria das Resex foram criadas em blocos de anos, o que é apontado por Gomes et al. (2018), que consideram que esses diferentes momentos se deram em virtude de forças dos movimentos sociais, agendas ambientais e oportunidades políticas em diversos níveis. Essas Unidades de Conservação foram concebidas em momentos bastante politizados, caracterizados em quatro fases: inicial (impulso inicial com a criação de 4 reservas), consolidação (com um significativo avanço da política, com a criação de mais 4 reservas), expansão (considerado o *boom* de criação, com uma intensa expansão em quantidade e área, com 29 Resex implantadas) e estagnação (com uma abrupta descontinuidade na criação de novas Resex e diminuição nas áreas de algumas).

Nesse contexto, a trajetória das Unidades de Conservação é permeada por questões políticas que influenciam diretamente na sua expansão ou estagnação. São fases marcadas por grande pressão dos movimentos sociais, o que implica nos processos participativos existentes nesses territórios.

Dessa forma, o conceito de governança relaciona-se aos processos participativos e trata-se de construir uma instituição pública – a Reserva – inerentemente conflitiva, pois envolve restrição de usos de recursos que anteriormente estavam abertos a agentes sem ligações identitárias com o território. Ademais, os principais recursos protegidos não se limitam à

jurisdição da unidade, são peixes migratórios, caranguejos, águas costeiras, outros componentes da fauna terrestre e aquática etc., que não podem ser cercados nem delimitados por barreiras físicas. Diferentemente das Resex (florestal) da Amazônia, onde o produto explorado (óleo, castanha, cipó, látex etc.) não reflete na retirada de indivíduos de uma população biológica, mas sim de um recurso produzido por ela, nas Resex-Mar, a retirada do recurso (peixe, crustáceo) afeta diretamente a população das espécies e, conseqüentemente, sua manutenção. Portanto, há uma diferença do ponto de vista ecológico dessas duas formas de exercer o extrativismo (MANESCHY et al., 2017; SANTOS; SCHIAVETTI, 2013).

No ecossistema costeiro-marinho, existem conflitos que envolvem diversos setores econômicos, como o setor de petróleo e gás, a pesca industrial, o turismo e outros grandes empreendimentos que se somam à especulação imobiliária e aos processos de urbanização desordenada do litoral. Nessa complexidade socioeconômica, a pesca artesanal tem grande relevância, não só pela expressividade na produção pesqueira nacional, como também na reprodução social e simbólica de várias comunidades ao longo da costa, que ainda resistem às ameaças quanto ao uso e acesso aos recursos naturais (PRADO; SEIXAS, 2018).

Assim, as Resex têm sido visualizadas como um arranjo institucional formal para proteção dos territórios tradicionalmente ocupados por populações tradicionais, com conflitos que são inerentes às suas realidades e especificidades, e definidos por vários fatores sociais, econômicos e ambientais em toda a sua trajetória.

Nesse contexto, interesses ambientais e políticos sobrepõem-se, marcados por múltiplos temas, dentre eles, a governança, que permite o diálogo com a ecologia política e que possibilita o debate com participação e gestão nesses territórios. Isso envolve a atuação dos atores nesses espaços e nas arenas decisórias da política, o que promove a legitimação das demandas das populações tradicionais e a continuação de um legado que sobrevive há 30 anos em cenários políticos distintos, inclusive, com novos e antigos problemas que são muito recorrentes na Amazônia.

2.2 Unidades de Conservação: discussão à luz da Ecologia Política

O tema de Reservas Extrativistas, ao longo das últimas décadas, tem ganhado bastante espaço nos debates sobre conservação e desenvolvimento na Amazônia, ancorado em múltiplas perspectivas teóricas. Os primeiros estudos dialogavam mais diretamente com temas de justiça social e direito à terra por populações extrativistas (MURRIETA; RUEDA, 1995), pois, de

acordo com Júnior, Coutinho e Freitas (2012, p. 48), “a partir do momento em que a criação de áreas protegidas influencia o ordenamento territorial, gera processos conflituosos e esse ordenamento implica na busca de desenvolvimento com justiça social e conservação ambiental”, e temas relacionados à viabilidade econômica do modelo (SIMONIAN, 2018; PROST, 2018). No contexto de índices alarmantes de desmatamento regional, o conceito ganha notoriedade como estratégia de política pública para contenção do desmatamento e proteção de modos de vida tradicionais (BECKER, 2004; SILVA et al., 2016; ALLEGRETTI, 2008; GOMES et al., 2018).

Como fruto da própria experiência prática de implementação do modelo, novos temas emergem e dialogam diretamente com conceitos de governança e gestão territorial, participação social, mercados, entre outros. São notórios os avanços em termos de conquistas do movimento social e expansão territorial do modelo (GOMES et al., 2018). Contudo, os “velhos” ou históricos temas persistem e novos emergem dentro de um contexto altamente politizado, que conduz os prós e contras do debate sobre a experiência de trinta anos do modelo.

Nesse contexto, o conceito de ecologia política, apesar de pouco explorado sobre o tema, mostra-se como importante âncora de abordagem das realidades multifacetadas, envolvendo o tema de governança ambiental e participação e gestão em Reservas Extrativistas como recorte central deste trabalho.

Assim, a ecologia política se constitui em um campo teórico que decorreu da necessidade de articular sociedade e natureza, sob a ótica da justiça social e ambiental, empoderamento e governança. O conceito apresenta importante relação com a luta dos movimentos sociais que defendem as minorias da população, e com o contexto de injustiça social e ambiental que caracteriza a história dos países em desenvolvimento, assim como o Brasil, que apresenta um modelo exportador de matérias-primas, o que contribui para uma intensa exploração de seus recursos naturais e representa uma ameaça aos modos de vida das populações tradicionais.

A problematização da questão ambiental, em virtude do uso dos recursos naturais e de sua inevitável escassez, atribui aos elementos da natureza uma utilização econômica que deve considerar o controle e a proteção dos recursos naturais como a principal via de resolução da “crise ambiental”. Nesse sentido, a política de Reservas Extrativistas propõe a gestão do meio ambiente, considerando a participação dos atores sociais enquanto sujeitos coletivos, como forma de garantir o uso dos bens naturais de maneira sustentável.

Partindo desse pressuposto, a ecologia política emergiu como uma nova disciplina dentro das ciências sociais entre os anos 1960 e 1970, impulsionada pela irrupção da crise ambiental. Lançou-se uma investigação sobre os conflitos socioambientais gerados pela apropriação capitalista da natureza, fortemente influenciada pelo marxismo, em voga durante esses tempos de revoluções teóricas e culturais (LEFF, 2017a).

Nesse contexto, o autor explica a relação da ecologia com a política, buscando responder tal indagação: de que maneira a ecologia é política?

Devemos reconhecer que a ecologia não é de forma alguma política se entendida como uma rede de relações entre populações não humanas e seu meio ambiente, como os complexos fluxos de matéria, energia e informação que ocorrem no metabolismo e organização da biosfera - na depredação, relações, cadeias tróficas e dinâmicas ecossistêmicas - não induzidas pela ação humana. Torna-se político através dos efeitos da intervenção humana nas transformações ecológicas, quando deixam de ser movidas exclusivamente pelas leis naturais. É claro que a ecologia, entendida como a teia da vida transformada pela ação humana, é um campo no qual diferentes ordens de natureza heterogêneas e complexas e regimes ontológicos se juntam. É aqui que os efeitos da intervenção humana se manifestam. (LEFF, 2017a, p. 6).

O campo da ecologia política movimenta-se, portanto, para além das situações rurais locais, na direção de um mundo mais amplo, que busca estudar os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte de vida (MARTÍNEZ ALIER, 2012).

Jatobá, Cidade e Vargas (2009, p. 49) utilizam três abordagens teóricas para exemplificar as tendências evolutivas distintas nos movimentos ambientalistas. São elas:

1) a ecologia radical, que engloba a ecologia tradicional, o protecionismo, o conservacionismo, a ecologia profunda, a economia ecológica e outras correntes que enfatizam o enfoque ecológico; 2) o ambientalismo moderado, que enfoca basicamente a conciliação do crescimento econômico, do desenvolvimento social e da conservação ambiental, por meio do desenvolvimento sustentável; e 3) a ecologia política, que propõe a análise dos problemas ambientais em função do seu contexto socioeconômico e político-ideológico.

Esse campo é fruto de um diálogo intenso entre as disciplinas da biologia, da antropologia, da geografia, da história e da ciência política, criando um espaço transdisciplinar próprio dentro das ciências naturais e sociais (LITTLE, 2006).

A ecologia política procurou caracterizar e estabelecer sua identidade perante algumas disciplinas científicas vizinhas. Esse esforço transcende a definição de uma nova disciplina cujo

objetivo é desvendar e circunscrever o caráter político da ecologia e estudar os processos políticos que deixam suas marcas na natureza. A ecologia política coloca a ecologia na perspectiva de uma epistemologia política, desconstruindo as teorias que desconsideraram o meio ambiente, desvendando as estratégias de poder-conhecimento por trás das ações humanas que contribuem para as mudanças ambientais, que não podem ser atribuídas à natureza nem inscritas na “naturalidade” da ordem social atual (LEFF, 2017a).

Essa relação sociedade/natureza proporciona diversos conflitos socioambientais, evidenciando o surgimento dos movimentos populares de resistência que são característicos da ecologia política.

O debate em torno da questão ambiental tornou-se pauta na agenda política em escala mundial. Como um campo no qual comparecem diferentes grupos de interesse, o debate sobre esse tema vem se constituindo com a questão social. Nessa perspectiva, a gestão do meio ambiente é vista como resultante da participação de atores sociais, da construção de sujeitos coletivos, da constante oposição e negociação entre interesses individuais e coletivos em torno da apropriação dos bens naturais (MUNIZ, 2009).

Quando os movimentos sociais do campo exigem a manutenção de suas condições de vida e a conservação do meio ambiente, estão também expressando uma tomada de consciência política acerca da interconexão entre as destruições ecológicas e as agressões contra as condições de sua própria existência como produtores (MILANI, 2008). Nesse contexto, Muniz (2009, p. 184) afirma que:

Os movimentos sociais surgidos no mundo a partir da década de 1960 foram acompanhados por debates intelectuais que suscitaram novos desafios para as ciências sociais. De forma geral, tentou-se superar dicotomias como objetividade/subjetividade, indivíduo/sociedade e natureza/cultura. Os esforços para a superação da dicotomia natureza/cultura ligavam-se ao surgimento de uma crítica ambiental da sociedade industrial emanada de um movimento simultaneamente político e acadêmico denominado ecologia política e que trouxe para a discussão acadêmica e intelectual a “crise ambiental”, como resultante do colapso entre crescimento econômico e a base finita dos recursos naturais.

Assim, a ecologia política postula que os problemas ambientais não podem ser compreendidos isolados do contexto político e econômico em que foram criados. É preciso relacionar processos socioeconômicos, políticos e atores sociais nos níveis global, regional e local. Ela aborda a crise ambiental nas regiões socialmente desiguais como um processo político a partir do enfoque dos interesses e ações dos principais atores sociais envolvidos em conflitos

socioambientais (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009). Acerca disso, Leff (2017b, p. 138) assevera:

La ecología se vuelve política como resultante de la voluntad de poder que se ejerce sobre la naturaleza, de los procesos de apropiación guiados por valores e intereses diferenciados y muchas veces contrapuestos; por la manera como éstos se inscriben en racionalidades que imprimen sentidos e intensidades diversas a la intervención humana que se refleja sobre la transformación de la naturaleza. De esta manera, las diferentes estrategias de apropiación de la naturaleza en diferentes contextos ecológicos, sean culturales o capitalistas, generan procesos ecológicos politizados que son efecto de estrategias de poder.

Assim, sob o arcabouço teórico da ecologia política, há um debate sobre os conflitos pelo uso dos recursos naturais, considerando processos complexos, que evidenciam os interesses de diversos grupos de poder em relação à apropriação dos recursos naturais. Isso está diretamente ligado aos processos socioambientais, em que os atores sociais buscam defender seus territórios e seus modos de vida diante dos processos impostos pelo capitalismo.

Nessa perspectiva, o movimento dos seringueiros em prol da criação das Reservas Extrativistas representa um grande marco aos movimentos sociais, na medida em que se organizaram em grupos de luta contra a degradação ambiental. A princípio, organizaram-se em torno de uma causa local, mas tiveram resultados tão significativos em sua luta que alcançaram a implementação de uma política pública, aumentando, dessa forma, o escopo das lutas em defesa das questões socioambientais. Isso teve grande influência na legislação ambiental brasileira que consubstanciou o modelo de Reservas Extrativistas, que foram sendo ampliadas, inclusive, para ecossistemas marinhos.

Miranda (2013) assinala que a ecologia política ocupa um lugar de destaque ao retomar os debates sobre as relações de poder entre os diferentes atores e grupos sociais (locais, regionais, nacionais e internacionais) defensores de projetos territoriais conflitantes. Essas disputas desencadeiam processos de territorialização, constantemente estruturados, desestruturados e reestruturados pelas práticas dos grupos sociais e pelas relações de interdependência estabelecidas, que os ligam uns aos outros pelas redes de interesses referentes à figuração social.

Assim, o caráter interdisciplinar da abordagem de ecologia política tem permitido seu crescente uso em estudos que dialogam com questões ambientais, uso de recursos e políticas públicas na Amazônia. Apesar da crescente literatura sobre Reservas Extrativistas, o conceito tem sido vagamente empregado (SANTOS, 2011; COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2012;

GOMES et al., 2018; PIMENTEL, 2019) para interpretações das múltiplas realidades econômicas, sociopolíticas e ambientais na região.

Entendendo que as lutas dos movimentos sociais explicitam o caráter político que permeia a discussão ecológica, a ecologia política oferece um referencial teórico importante para abordar o tema de Reservas Extrativistas em seu contexto mais amplo, e com olhar voltado para uma reserva que ainda está em seu “estágio de infância”, em que diversos atores discutem formas de participação e gestão, que tem reflexos nos futuros cenários de desenvolvimento do território enquanto uma Resex no nordeste paraense.

A Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, assim como outras Unidades de Conservação, é um território construído a partir de lutas em momentos políticos favoráveis às demandas de determinados grupos sociais. Esse processo inclui diversos interesses que implicam distintas e complexas relações de poder, estabelecidas nos processos participativos e decisórios referentes à criação e gestão do território. Nesse sentido, Coelho, Cunha e Monteiro (2012) afirmam que a ecologia política investiga as relações de poder de um mundo guiado por interesses individuais ou coletivos.

Partindo desse pressuposto, o recorte central da pesquisa, que se buscou interpretar à luz da ecologia política, está relacionado às formas de participação entre diversos atores na trajetória histórica da Resex-Mar Mocapajuba e, atualmente, na gestão; relações de poder dialogando por meio de instrumentos de governança ambiental de um território sob o regime da política pública de Unidades de Conservação. O recorte se faz importante porque o trabalho analisa a mais recente Resex criada na Amazônia, onde esses aspectos de construção de processos participativos e de gestão do território ainda estão sendo debatidos e construídos.

Em meio a essas questões, a atual conjuntura política do País (na gestão do presidente Jair Bolsonaro) aponta para um total retrocesso das políticas ambientais existentes, que foram e são fruto de muita luta e resistência dos movimentos sociais.

O debate das questões políticas e ambientais se faz cada vez mais necessário; e a participação dos atores sociais desponta como uma importante estratégia para legitimar as demandas desses sujeitos que, muitas vezes, vivem marginalizados em seus territórios, principalmente quando o momento político é desfavorável às populações tradicionais. Nesse contexto, a ecologia política ocupa um lugar de destaque, pois diversos atores relacionam-se entre si e com o meio ambiente em um cenário altamente politizado e conflitante.

A referência às complexas relações entre populações, territórios e conservação dos recursos naturais, analisadas considerando-se as relações de poder entre diferentes grupos

sociais, parece bastante apropriada para os estudos dos processos constitutivos das Unidades de Conservação na forma de políticas públicas e das ações dos movimentos ambientalistas e das populações tradicionais (COELHO; CUNHA; MONTEIRO, 2012).

As relações sociais são distintas, e a ecologia política oferece-nos abordagens conceituais e teóricas para a análise de participação e gestão em territórios de Unidades de Conservação, como as Reservas Extrativistas, em que processos participativos influenciam diretamente na gestão de uma política que tem em seu legado histórico a forte mobilização social em um cenário neoliberal, com contextos similares ao que está sendo vivenciado atualmente.

2.3 Participação e Gestão em Reservas Extrativistas

Na concepção de Bordenave (1994) os homens sempre viveram agrupados com seus iguais, com altos e baixos e formas históricas que a sociedade foi tomando. As pessoas participam em sua comunidade, no trabalho, na luta política e etc. Nessa perspectiva, o autor conceitua participação exemplificando:

A palavra participação vem da palavra *parte*. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. Mas, é tudo a mesma coisa ou há diferenças no significado destas expressões? “Bulhões faz parte de nosso grupo mas raramente toma parte das reuniões”, “Fazemos parte da população do Brasil, mas não tomamos parte nas decisões importantes”, “Edgar faz parte de nossa empresa, mas não tem parte alguma no negócio”. Estas frases indicam que é possível fazer parte sem tomar parte e que a segunda expressão representa um nível mais intenso de participação. Eis a diferença entre a participação *passiva* e a participação *ativa*, a distância entre o cidadão inerte e o cidadão engajado. (BORDENAVE, 1994, p. 22).

Dessa forma, entende-se que a participação demanda compromisso, envolvimento, portanto, as ações devem ser direcionadas para se alcançar o bem público, o que envolve tomar posições, decisões e, conseqüentemente, fiscalizar as aplicações das posições adotadas (ALMEIDA, 2004a).

Para Sayago (2002), há uma classificação sobre a participação na sociedade que se apresenta em diversas combinações, conforme exemplificado abaixo:

Quadro 1 – Classificação de participação.

Participação individual	Seria a ação individual com autonomia na escolha, sendo pública, privada ou anônima, como o voto e a entrevista.
Participação coletiva	De cunho associativo, sendo demonstrada de forma pública ou privada, como as associações de pais e professores.
Participação voluntária	De cunho espontâneo e movida pela solidariedade; geralmente, é organizada por um grupo buscando solução para algo imediato.
Participação instrumental	Administrada por elementos externos com pretensões já traçadas e que almejam promover a mobilização com intenções em conquistar posições e poderes.
Participação passiva ou semi-participação	Vista como a repetição de comportamentos esperados. Possui um caráter mais quantitativo do que qualitativo. Pode ser apontada como apenas representação e de forma eventual, bem como para o fornecimento de determinadas informações.
Participação ativa	É elencada como organização ativa de um grupo ou comunidade que se compromete com a luta e as conquistas em virtude dos seus interesses. Tem como principais características a solidariedade, as modificações comportamentais e as atividades individuais ou coletivas.

Fonte: Adaptado de Sayago (2002).

As múltiplas concepções de participação vão ganhando significações conforme as forças sociais em evidência e delineando práticas sociais que ocorrem em um contexto sócio-histórico geral, no qual as relações sociais concretas e fundamentais determinam sua forma e o seu conteúdo. Assim, aprender o conceito de participação requer uma volta à raiz dos seus fundamentos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais, extraindo deles as determinações que se impõem à concretização das relações entre os homens e destes com a sociedade (FREIRE, 2011).

A participação social é condição básica e indispensável para o alcance do desenvolvimento. Consiste em um processo de envolvimento coletivo que emergiu a partir dos anos 90 e está associado, por um lado, à abertura externa, ao processo de globalização, à integração e às crises dos Estados Nacionais; e associa-se, por outro lado, aos movimentos de abertura interna, de democratização no Brasil, que promoveram a reforma político-administrativa e a descentralização das ações públicas (ROCHA, 2016).

O tema “participação” ganhou centralidade no Brasil e na América Latina desde os processos de redemocratização das sociedades da região, em decorrência do fim dos regimes militares e das lutas de diferentes movimentos sociais, sindicais e de entidades da sociedade civil em prol da ampliação de direitos sociais e políticos, bem como da luta pela democratização do fundo público por meio de políticas públicas universais (FREIRE, 2011).

Dentro dessa perspectiva, Dagnino (2004) afirma que o marco formal do processo de construção democrática é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos 80 ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia. Esse projeto emerge da luta contra o regime militar empreendida por setores da sociedade civil, em que os movimentos sociais desempenharam um papel fundamental.

A luta dos movimentos sociais está na gênese das Reservas Extrativistas e, segundo Vivacqua (2018), as diretrizes para a criação destes territórios são delineadas com a finalidade de assegurar a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental, assim como a participação ativa das populações tradicionais, de modo que sejam reconhecidos e valorizados os seus saberes, seus territórios e formas de organização social.

Os objetivos e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 9.985/2000, do Sistema Nacional Unidades de Conservação, mostram que as quatro principais preocupações contempladas foram: (1) a conservação da biodiversidade em seus três níveis fundamentais (diversidade genética, de espécies e de ecossistemas); (2) o uso sustentável dos recursos naturais; (3) a participação da sociedade; e (4) a distribuição equitativa dos benefícios auferidos por intermédio da criação, implementação e gestão das UCs (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010).

Dessa forma, além das regulamentações, as Resex apresentam sistemas de participação social, bem como mecanismos de participação das populações locais na criação, implementação e gestão das Unidades de Conservação, com diretrizes estabelecidas pelo SNUC, que:

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional. (BRASIL, 2000).

O Plano de Manejo é um instrumento de gestão que contempla a participação da população, pois, conforme o Art. 27 do SNUC:

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente. (BRASIL, 2000).

As Resex devem possuir ainda um Conselho Deliberativo, mais um instrumento que contempla a gestão participativa a partir do SNUC, que em seu artigo Art. 18, §2º dispõe que esse Conselho deve ser “presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato da criação da Unidade” (BRASIL, 2000).

Pelo fato de serem deliberativos, os conselhos das Resex estão aptos a tomarem decisões sobre assuntos relacionados à gestão, emitirem manifestações e resoluções, sendo que sua composição deve necessariamente garantir a maioria de representantes das populações tradicionais da Unidade (PRADO; SEIXAS, 2018). Esse modelo é denominado de gestão compartilhada e prevê a participação mais efetiva dos atores sociais nos processos de tomada de decisão.

A gestão compartilhada é fundamental por objetivar a integração de todos os atores envolvidos no processo de manejo dos recursos naturais, desde a esfera local até a governamental, o que promove o estímulo de práticas mais democráticas e socialmente mais justas (DUMITH, 2012). Nesta conjuntura, a corresponsabilidade perpassa pela participação social efetiva dos usuários dos recursos naturais nas instâncias decisórias, fatores considerados como elementos primordiais para o sucesso deste modelo de gestão (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2020).

É notório que a construção social do modelo Resex é um processo dinâmico e aberto. Relações de poder se estabelecem e se reproduzem para concretizar a gestão participativa do território. O Conselho Deliberativo tem papel-chave, pois nele transitam temas como o Plano de Manejo, indicam-se beneficiários de bens e serviços, além de decidir a regulação e o monitoramento das atividades produtivas (JUNIOR et al., 2018).

Dessa forma, as Resex passam a ter uma gestão compartilhada entre órgão federal, comunidades e outros atores sociais (SANTOS; SCHIAVETTI, 2013). Os novos instrumentos de gestão das Reservas Extrativistas têm possibilitado espaços para a inserção dos atores locais.

Evidentemente que esses instrumentos formais de administração e controle não indicam por si só o nível de desenvolvimento comunitário, o grau de participação qualificada das populações tradicionais na gestão da Unidade, a sustentabilidade ambiental e tantos outros

aspectos qualitativos da consolidação das Resex na Amazônia. Entretanto, pode-se afirmar que esses dois instrumentos da arquitetura organizativa racional-legal dessas UCs representam a base essencial sobre a qual será possível iniciar os processos que darão conteúdo aos objetivos prescritos pelo SNUC (SILVA et al., 2013).

Assim, é notório que as Unidades de Conservação são criadas com a finalidade de atender às comunidades locais, de modo que estas sejam inseridas na política, porém, nem sempre os processos participativos locais estão fortalecidos. Existem complexas relações entre atores locais atuando entre si e com atores externos, o que reflete nas estruturas de governança. De acordo com Ribeiro (2012, p. 133):

Na Amazônia, a consertação que envolve atores da sociedade civil e estatais no compartilhamento do poder neste novo território aguça as indagações sobre como envolver os cidadãos nas instâncias de governança do Estado. Por esta via, renova-se também o debate sobre a viabilidade das novas experiências de desenvolvimento na região. Novas análises serão necessárias, uma vez que as fronteiras que delimitavam as ações dos movimentos sociais e os atores do Estado foram ultrapassadas pelas práticas de ambos os grupos.

Nesse contexto, para entender o funcionamento de uma política pública, vale compreender as relações diretas e indiretas dos diversos atores, a composição dos conselhos e comitês da Resex, como se mobilizam as pessoas para representarem suas comunidades e as redes de integração e de influência. Segundo Guerra e Coelho (2012, p. 16):

As unidades de conservação, como quaisquer outras bases territoriais ou outros territórios físico, social e politicamente construídos, constituem formas complexas de relações entre grupos sociais, territórios e ambientes, cujas estratégias, se social, dinâmica e criativamente reelaboradas ou renovadas, podem acarretar, ou não, possibilidades de resistência à destruição dos ecossistemas naturais ameaçados. Além do mais, o manejo dos recursos naturais e a gestão das unidades de conservação têm colocado desafios e problemas teóricos e práticos de interações entre poder público e populações, alterando assim a forma de interpretar as mudanças ambientais.

Assim, para definir o sentido do que é sustentável, é necessário discutir o presente e o futuro das sociedades, pôr em diálogo distintas representações sociais do problema ambiental, rever o sentido das metas econômicas, avaliar os impactos ecológicos negativos de acordo com grupos e classes, bem como os diversos modos de conceber as relações entre natureza, mercado e sociedade (MILANI, 2008). Nessa perspectiva, Simonian (2018, p. 132) aponta que “a participação é um dos elementos mais significativos dos processos de transformação social em todos os tempos”.

Há que se avançar para que o exercício democrático de tais populações se concretize amplamente, e que todos os importantes instrumentos de cogestão, construídos ao longo dos últimos 30 anos, não se configurem como instrumentos de tutela, mas sim de emancipação social (PRADO; SEIXAS, 2018).

Dessa forma, a adoção da abordagem proposta nesta pesquisa implicou na revisão de algumas experiências sobre participação e gestão em Reservas Extrativista Marinhas. A literatura aponta para alguns fatores positivos, mas também para muitos desafios na gestão compartilhada nesses territórios, a exemplo: fragilidade sociopolítica e/ou organizativa da população com uma significativa desarticulação e disputa política/ideológica das entidades representativas dos usuários, falta de articulação entre população local e poder público – na Resex Mãe Grande de Curuçá (BATISTA, 2010); fragilidades na percepção da população local, sobre o funcionamento da UC– na Resex-Mar Mocapajuba (SANTOS, 2016); os espaços de tomadas de decisões apresentam-se com imposições com um público apenas receptor – na Resex-Mar Maracanã (SANTOS; SCHMITZ, 2016); desafios em aliar proteção ambiental ao desenvolvimento territorial, e conflitos envolvendo disputas individuais e partidárias na partilha de políticas públicas, com o intuito de distribuição de benefícios sociais – na Resex-Mar Caeté-Taperaçu em Bragança (MANESCHY et al., 2017; SILVA, 2018); conflitos por território e desentendimentos por acesso aos recursos de uso comum, e os decorrentes do complexo sistema de propriedade – na Resex-Mar de Tracuateua (RODRIGUES, 2017); pouca representatividade da comunidade e participação dos representantes do Conselho Deliberativo da Resex e a disputa de poder entre os representantes da Associação dos Usuários – na Resex-Mar São João da Ponta (PIMENTEL, 2019); criação de relações sociais do tipo vertical, no modo inicial pelo qual o IBAMA se apropriou da gestão do território – com predominância do domínio político do território – o que gerou um campo pouco fértil à participação dos comunitários – na Resex-Mar de Soure (NEVES, 2020).

Essas experiências nas diversas Resex paraenses evidenciam que esses territórios são marcados por conflitos com diversas situações e contextos desfavoráveis, e que os instrumentos de gestão, embora contemplem a participação da população nas arenas decisórias da política, ainda apresentam fragilidades para efetivar a participação mais ativa da sociedade, pois esta é influenciada por diversos fatores. A participação aparece delineada nas instâncias de regulamentação da política, fruto de um legado histórico, porém, a realidade aponta que, nesses territórios, os processos participativos nos fóruns de decisão são complexos e envolvem uma multiplicidade de atores e conflitos.

Assim, a participação desponta como uma importante referência a ser pesquisada em Reservas Extrativistas, pois, por meio dela, é possível analisar a efetividade, ou não, do envolvimento dos atores sociais nos diversos processos de criação, implementação e gestão da política; revelando a constelação de interesses que aparecem nas instâncias de governança.

3 ARTIGO I- RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA: A TRAJETÓRIA DE LUTA EM DIREÇÃO AOS MANGUEZAIS AMAZÔNICOS DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA

Resumo:

O presente estudo teve por objetivo identificar os fatores que motivaram a criação da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba e os atores que articularam este movimento. A Resex-Mar Mocapajuba é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada em 2014, localizada no nordeste paraense. Para esta análise, foi utilizada a pesquisa qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e documental, pesquisa de campo, entrevista não-diretiva e aplicação de questionários. Os dados obtidos possibilitaram descrever como se deu o processo de criação da Resex-Mar Mocapajuba e quais atores fizeram parte do processo. Analisaram-se aspectos sociais, econômicos e históricos sobre a referida Unidade de Conservação.

Palavras-chave: Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba. Atores sociais. Processo de criação.

Abstract:

The present study aimed to identify the factors that motivated the creation of the Marine Extractive Reserve Mocapajuba and the actors that articulated this movement. Resex-Mar Mocapajuba is a Sustainable Use Conservation Unit created in 2014, located in the northeast of Pará. For this analysis, qualitative research was used, through bibliographical and documentary review, field research, non-directive interview and questionnaires. The data obtained allowed to describe how the Resex-Mar Mocapajuba creation process took place and which actors were part of the process. Social, economic, and historical aspects of the Conservation Unit were analyzed.

Keywords: Resex-Mar Mocapajuba. Actors. Creation process.

INTRODUÇÃO

Um dos lugares que compõem uma grande área de manguezal no nordeste paraense é o município de São Caetano de Odivelas, onde localiza-se a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, que é objeto espacial deste estudo.

Em um contexto em que cada vez mais é frequente a presença de conflitos socioambientais, é comum a demanda de diversas estratégias em torno da manutenção e proteção dos recursos naturais. Assim, as populações tradicionais têm desempenhado uma série de condutas em defesa de seus modos de vida e de seus territórios, para que estes sejam preservados e garantidos, principalmente, por meio da permanência dos ecossistemas. Essas demandas têm alguns aspectos importantes: regularização fundiária, proteção do ecossistema, direito sobre o território da pesca e de outros recursos costeiros (PIMENTEL, 2019).

Muitas tentativas desses grupos sociais têm fracassado devido a uma gama de fatores, como falta de coesão social, fraca organização comunitária, desatualização de leis, etc. Por outro lado, também há evidências de populações pesqueiras que conseguem elaborar sistemas de cogestão eficientes (SANTOS, 2016).

Nesse contexto, a região amazônica encontra-se em um momento primordial para debater todas essas questões socioambientais. No centro dessa emergência ambiental, social e muito atual, e considerando a importância da Amazônia no contexto global e local, torna-se necessário contextualizar as Reservas Extrativistas em termos históricos e analisar os diversos aspectos que envolvem esta política pública. Isso porque o modelo de Resex se diversificou para além dos ambientes florestais, abrangendo várzeas ribeirinhas e ecossistemas marinhos, bem como diversos grupos sociais com origens históricas e culturais distintas (GOMES et al., 2018, p. 26).

Assim, este estudo se propõe refletir sobre o histórico de criação da Resex-Mar Mocapajuba, procurando identificar os fatores que motivaram a criação da Resex e os atores que articularam este movimento, buscando entender quem são os personagens dessa história e a quem de fato a criação da Reserva Extrativista interessou. Esta reflexão considera que essa política pública visa, dentre outras coisas, a promoção de espaços democráticos, proporcionando às populações tradicionais a garantia de sua reprodução social, adquirida por meio de muitas lutas políticas.

MATERIAL E MÉTODOS

Lócus da pesquisa

O Município de São Caetano de Odivelas localiza-se nas seguintes coordenadas geográficas: 00°44'33" de latitude sul e 48°01'03" de longitude a oeste de Greenwich. Situa-se no litoral paraense e pertence à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião do salgado. Tem uma área de aproximadamente 743.466 km², com 155 Km de distância da capital do estado. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico; a leste, com o município de Curuçá; São João da Ponta e Terra Alta, ao sul; e a oeste, com o município de Vigia de Nazaré (IBGE, 2019).

Presume-se terem sido os índios, em fase de catequese, os primeiros habitantes do município de São Caetano de Odivelas. Os fundamentos históricos dessa cidade foram lançados na era colonial pelos jesuítas quando desbravaram a região por meio do rio Mojuim (FIDELLIS, 2013).

De acordo com o historiador Castilho (2002), as origens de São Caetano de Odivelas lembram a presença de frades integrantes da Congregação dos Jesuítas (Companhia de Jesus). No local da vila de São Caetano, fundaram, no dia 7 de agosto de 1735, uma importante fazenda com a denominação de São Caetano de Odivelas. Essa fazenda de gado localizava-se à margem do rio Mojuim, a 11 Km de sua foz, na qual hoje se assenta a sede do município.

O município é constituído de florestas secundárias, campos e manguezais, e fartamente banhado por cursos d'água, entre igarapés e rios; o mais importante deles é o rio Mojuim, que corta o município no sentido sul/norte, desaguando no Atlântico (FERNANDES, 2007).

De acordo com Picanço (2012), a cobertura vegetal do município de São Caetano de Odivelas consiste em:

- Vegetação de restinga: geralmente, situa-se atrás das praias, particularmente sobre as dunas, e possui espécies arbóreas e predomínio dos cipós, arbustos e ervas;
- Vegetação do campo natural inundável: localiza-se entre áreas de vegetação secundária e de mangue. São áreas ideais para o desenvolvimento de espécies próprias de brejo herbáceo (várzea) e de mata aluvial;
- Bosques de mangue: formados por uma vegetação típica das planícies de maré (figura 1).

Figura 1 – Manguezal da Resex-Mar Mocapajuba (Comunidade Cachoeirinha).



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

Os manguezais formam um ecossistema costeiro com um grande papel ecológico e exercem funções primordiais, sendo um centro de multiplicação de muitas espécies que são fontes de recursos naturais para as diversas comunidades locais.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa constitui-se em um estudo de caso (BECKER, 1994), com uma abordagem qualitativa e participativa (ANGROSINO, 2009). Dessa forma, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental de acordo com Brummer et al. (2008, p. 132), os quais afirmam que “a revisão bibliográfica consiste inicialmente, num levantamento bibliográfico para a identificação de fontes relacionadas com o tema de pesquisa”. Nesse contexto, a revisão bibliográfica tem aporte teórico sobre metodologia, populações tradicionais, Unidades de Conservação e participação.

Assim, foi feita uma leitura do estudo socioambiental referente à proposta de criação da Reserva Extrativista Marinha no município de São Caetano de Odivelas, no estado do Pará, do decreto de criação da Resex-Mar Mocapajuba, de 10 de outubro de 2014, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), do estatuto da Associação de Usuários da Resex Mocapajuba/associação mãe (AUREMOCA), além de outras informações sobre o município e a Resex.

Posteriormente, foram realizadas 8 visitas ao campo, conseguindo alcançar uma amostra com atores-chave do processo de criação da Resex, dentre eles, dois sócios-fundadores da Resex, que foram os que estiveram à frente de todo o processo de criação e que ainda são

lideranças na Resex, e de servidores do ICMBio. Para atender aos objetivos propostos neste artigo, a definição da amostra contemplou os atores que pudessem subsidiar as informações necessárias para a análise sobre o processo histórico da Resex.

Assim, a primeira visita exploratória foi realizada em julho de 2018 para conhecer alguns atores sociais da Resex e apresentar o estudo. Depois, realizei quatro visitas entre os meses de julho, agosto, outubro e dezembro de 2019, com duração de 10 dias cada; e janeiro (duração de 8 dias), fevereiro e março de 2020, com duração de 7 dias cada; o intuito foi de acompanhar as atividades da Resex e verificar informações sobre o processo de criação e gestão da Reserva.

Realizei entrevistas não-diretivas (MICHELAT, 1987) com duas lideranças, sendo um homem (ex-presidente da Colônia de Pescadores e atual Presidente da AUREMOCA/ associação mãe) e uma mulher (ex-presidente da AMUPESC e atual Presidente da Colônia de Pescadores Z-4), conforme demonstrado na figura 2, que se configuram como atores sociais da Unidade de Conservação; e dois servidores do ICMBio que atuam na Resex e que também forneceram algumas informações sobre o processo de criação. Sendo assim, o foco das entrevistas foram as lideranças e servidores do ICMBio que fizeram parte do processo de criação e implementação da Resex e que ainda fazem parte do processo de gestão.

Figura 2 – Lideranças da Resex (AUREMOCA e Colônia de Pescadores Z-4).



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

As entrevistas foram direcionadas, portanto, para os grupos focais de atores que participaram diretamente do processo de discussão, formulação e implementação da Resex. Valorizou-se a história oral dos atores sociais, buscando conhecer suas memórias pessoais, que, geralmente, tornam-se invisíveis em documentos escritos e que apresentam um importante papel na trajetória do movimento social.

Nesse sentido, a fonte oral constituiu-se como ferramenta essencial para a realização desta pesquisa, possibilitando conhecer a trajetória de participação do entrevistado, suas memórias quanto ao processo de criação, para analisar as representações construídas e fazer uma reflexão sobre as questões sociais, ambientais e políticas (participação) que nortearam a criação da Resex-Mar Mocapajuba.

Foram aplicados também dois questionários (Apêndices A e B) que contemplaram informações sobre a criação e os instrumentos de gestão da Resex. Foi direcionado para os atores sociais e representantes do ICMBio, vinculados à Resex, com o intuito de obter informações sobre o processo de criação da Reserva. Todas as informações obtidas foram autorizadas pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C).

Após a obtenção dos dados, foi feita uma sistematização com as informações, por meio de relatórios, transcrições de entrevistas e seleção de fotografias. Os materiais coletados foram organizados e contextualizados a partir da revisão bibliográfica para compor o trabalho final.

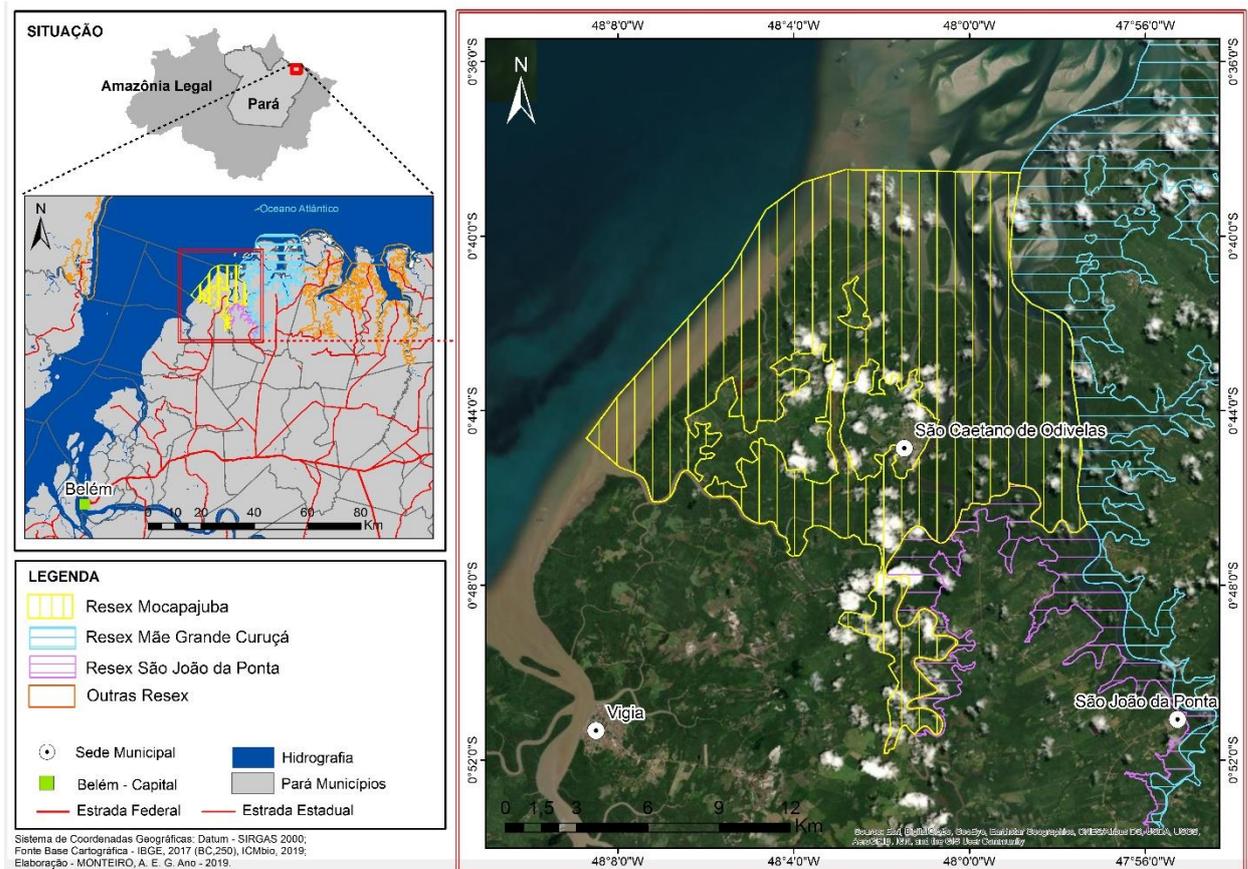
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba: convivências e percepções do campo

O município de São Caetano de Odivelas apresenta um território distribuído em 41 comunidades e a sede municipal. Desse total, 23 comunidades e um bairro estão inseridos na área que compreende a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba. As comunidades estão limitadas pelos municípios de Vigia, São João da Ponta e Curuçá.

É uma área que abrange 21.029 ha, dividida em 8 polos, e corresponde a uma grande extensão de manguezais, fazendo parte do mosaico de Unidades de Conservação existente na costa paraense. Seu território faz limites com outras Unidades de Conservação: a Resex Mãe Grande Curuçá e a Resex São João da Ponta (figura 3).

Figura 3 – Mapa de localização da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba.



Fonte: Elaborado por Eduardo Monteiro e Letícia Malcher (2019) a partir dos dados do ICMBio.

A Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável federal, tendo como objetivo garantir a conservação da biodiversidade dos ecossistemas de manguezais, restingas, dunas, várzeas, campos alagados, rios, estuários e ilhas, além de assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e proteger os meios de vida e a cultura das comunidades tradicionais extrativistas da região.

População e atividades econômicas desenvolvidas na Resex

De acordo com os dados do censo do IBGE, a população do município de São Caetano de Odivelas era de 16.891 pessoas em 2010, com estimativas de 18.050 pessoas em 2019. Conforme o estudo socioambiental realizado pelo Instituto Chico Mendes, as comunidades incluídas na área da Resex-Mar Mocapajuba foram identificadas como populações costeiras, isto é, que vivem nas proximidades ou mesmo na zona costeira, que dependem diretamente do mar e de suas influências, sendo seu sustento garantido por meio dos estuários, manguezais,

rios e igarapés disponíveis na região (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2014), apresentando diversas atividades econômicas, conforme demonstrado no quadro 2.

Quadro 2 – Principais atividades econômicas das comunidades dos Polos da Resex Mocapajuba.

Comunidades (Polos)	Principais atividades econômicas				
	Captura de Caranguejo	Pesca artesanal	Ostreicultura	Agricultura	Apicultura
São João dos Ramos					
Cachoeira					
Cidade					
Boa Vista					
Pererú de Fátima					
Monte Alegre					
Santa Maria da Barreta					
Páscoa					

Fonte: Elaborado por Letícia Malcher. Trabalho de campo (2019).

A população que vive dentro da área da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba tem como principal característica as atividades de pesca (figura 4), captura de caranguejo (figura 5), coleta de mariscos (camarão, turú, siri, sururu etc.), ostreicultura- atividade realizada na comunidade de Pererú de Fátima (figura 6), apicultura (atividade realizada na comunidade de Ponta Bom Jesus) e agricultura familiar (figura 7). A atividade de pesca, a captura de caranguejo e a coleta de mariscos são desenvolvidas por moradores de grande parte das comunidades. Esses profissionais variam entre a faixa etária de 11 a 70 anos e a maioria não possui o ensino fundamental completo, conforme relatado:

“A gente começa a pescar desde cedo porque arruma família e acaba tendo que abandonar a escola porque a pesca toma muito o nosso tempo, e a gente chega cansado da pescaria e não tem como ir pra escola. ” (Entrevistado C, Polo Boa Vista).

Figura 4 – Pescador artesanal (Cachoeira).



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

Figura 5 – Tirador de caranguejo (Cachoeirinha).



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de campo (2019).

Figura 6 – Ostreicultor (Pererú de Fátima).



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

Figura 7 – Agricultor familiar (Alto Camapú).



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

As formas como essas comunidades se relacionam com o seu território é reflexo de aspectos históricos de seus modos de vida que fazem com que sejam consideradas fundamentais no manejo dos recursos disponíveis, fator de grande importância nos territórios das Resex.

Há comunidades onde a pesca e a captura do caranguejo são a única fonte de renda de seus moradores. As áreas de campos nativos são utilizadas para a extração de frutos e para a caça; das áreas remanescentes de matas, os moradores utilizam a madeira para construção e as folhas das palmeiras para confecção dos cofus (apetrecho artesanal utilizado por pescadores e tiradores de caranguejo).

A pesca e a captura de caranguejo são a principal fonte de subsistência dessas populações, assim, os ambientes marinhos da região são de fundamental importância para as populações locais. Na região amazônica, a captura do caranguejo e a pesca artesanal são bastante praticadas, como, por exemplo, no município de São Caetano de Odivelas, em que se observa o desenvolvimento dessas atividades em grande proporção.

O município possui uma área de manguezal com uma importante função ecológica que possibilita o desenvolvimento de várias espécies, como o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), que é fonte de alimento, e que se configura também como fonte de recursos para as comunidades tradicionais que estão distribuídas ao longo da costa paraense. De acordo com Malcher e Cardoso (2016), os crustáceos estão entre os grupos dominantes das comunidades macrobentônicas de manguezais, com uma grande importância ecológica.

No município, são cada vez mais pessoas que sobrevivem da captura do caranguejo, os chamados “tiradores de caranguejo”, e da pesca, desempenhando estas profissões tanto na zona urbana quanto na zona rural. Essas duas atividades são as mais expressivas do município, sendo praticadas ao longo do ano todo, sobretudo nas comunidades onde há portos para o descarrego da produção, com destaque para as comunidades de Cachoeira e Boas Vista, onde estão localizados os dois principais portos pesqueiros do município.

Existem casos também em que a produtividade é negociada no mar ou repassada para “marreteiros”, que são sujeitos intermediários responsáveis pela comercialização da produção na cidade e que repassam o pescado para outros municípios também e para o mercado do Ver-o-Peso. Os principais instrumentos de pesca utilizados pelos pescadores odivelenses são as redes com malhadeiras, a tarrafa, o puçá, a linha com anzol individual, o espinhel e o curral. “A pesca artesanal caracteriza-se como um trabalho que requer forças e habilidades do corpo humano” (SILVA; CARDOSO, 2018, p. 19).

A produção de caranguejo é comercializada também para outros municípios por meio de “marreteiros” e abastece feiras e restaurantes de Belém. As principais técnicas de captura utilizadas pelos tiradores de caranguejo são o “braço” e o “laço”. São técnicas com uma significativa destreza e conhecimento para caminhar entre as raízes de mangues e no solo

lodoso, e ainda saber identificar se os caranguejos são machos ou fêmeas. As fêmeas não são capturadas porque, segundo os tiradores de caranguejo, elas são as principais responsáveis pelo processo de reprodução.

Sendo considerado um dos maiores fornecedores de caranguejo do estado do Pará, o município de São Caetano de Odivelas é reconhecido como a “terra do caranguejo” e, no que concerne ao aspecto cultural, destacam-se os Bois de Máscaras, o Círio, a Procissão de São Pedro e o Festival do Caranguejo que é um evento realizado todos os anos no mês de dezembro. O município destaca-se pelas atividades econômicas e representações culturais que possui, tendo reconhecimento internacional por sua cultura.

As atividades econômicas das comunidades tradicionais e as representações culturais locais relacionam-se com muitas organizações sociais existentes no município, que estão vinculadas as associações, fundações e sindicatos.

Criação da Resex-Mar Mocapajuba: movimento social e protagonismo feminino

No Brasil, um movimento de mobilização de populações culturalmente diferenciadas para proteção de seus direitos sobre territórios e recursos naturais modificou o cenário de proteção integral das áreas protegidas com a instituição das Reservas Extrativistas (Resex). Inicialmente pensada para ecossistemas florestais, esse modelo de área protegida foi transposto para o ecossistema marinho dois anos após a implantação da primeira Reserva Extrativista Florestal. As Resex-Mar correspondem a um instrumento público voltado ao espaço marinho, que visa favorecer a criação e consolidação de estratégias territoriais de conservação e proteção do direito consuetudinário de pescadores artesanais (forma genérica que inclui diferentes categorias, como coletores de marisco e caranguejo) em aliança e cogestão com o Estado (COSTA, 2018).

No litoral paraense, mudanças diversas têm ocorrido com o passar dos tempos, sendo um espaço onde existem comunidades tradicionais vivendo a partir de práticas extrativistas, em interação socioeconômica e cultural com os ambientes em que vivem, pois desenvolveram estratégias que promovem a manutenção desses espaços que são tradicionalmente ocupados, bem como viver da exploração e, em alguns casos, do manejo tradicional dos recursos encontrados em seus ambientes de origem.

As propostas de criação de Reservas Extrativistas Marinhas surgiram, em sua grande maioria, a partir da necessidade de manutenção dos recursos naturais e permanência dos modos

de vida das populações tradicionais. Dessa maneira, os principais fatores que definiram a proposta de criação da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, no município de São Caetano de Odivelas, foi o uso dos recursos naturais, principalmente os recursos pesqueiros, conforme pode ser percebido na fala da representante de uma comunidade:

“Foi preciso as nossas lideranças tomarem uma iniciativa, já que a nossa fonte de sustento estava ameaçada. Tem o peixe o caranguejo que são a nossa fonte de renda e alimento, mas precisava ser preservado; porque os próprios moradores acabam utilizando o recurso de maneira errada; achando que um dia pode não acabar; além de que tem pescadores de outros municípios que vêm pescar em nossas águas usando redes de arrasto e outros apetrechos.” (Entrevistada B, atual Presidente da Colônia de Pescadores e ex-presidente da AMUPESC).

Dessa forma, Santos (2016) aponta que, diante de um contexto de esgotamento e disputa pelos recursos pesqueiros, tem sido comum a mobilização de pescadores artesanais em prol da constituição de Reservas Extrativistas Marinhas, para, assim, salvaguardar suas atividades de pesca.

Assim, a criação da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba surgiu a partir da demanda de pescadores (as) em decorrência da necessidade de preservação dos recursos pesqueiros e impulsionados pela participação em eventos nacionais e estaduais, com lideranças de outras Reservas Extrativistas e de movimentos sociais de pescadores.

A solicitação para a criação de uma Unidade de Conservação no município ocorreu em duas fases: a primeira em 1996, liderada pela Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira (AMUPESC). Este movimento de resistência das mulheres da pesca foi fortalecido no contato com o projeto de pesquisa da UFPA criado pelas professoras Cristina Maneschy, Luzia Miranda e Lourdes Furtado. A relação deu origem a duas associações de mulheres da pesca: a Associação de Mulheres da Pesca de Alto Pererú (AMPAP) e a Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira (AMUPESC). Foi a partir da construção de uma noção de direitos, formulada pela equipe de professoras citadas acima, que as mulheres dessas localidades criaram suas associações. A formação dessas entidades é essencial para a compreensão do processo de criação da Reserva Marinha do município de São Caetano de Odivelas, pois foram as Associações de Mulheres da Pesca que, em suas palavras, “puxaram a Resex” para a região (SANTOS, 2016).

É notável, na narrativa das lideranças que fizeram parte dessa primeira fase que a proposta de criação da Resex-Mar surgiu a partir de reivindicações relacionadas à preocupação com a manutenção dos rios e manguezais do município, além da geração de renda, aquisição

de benefícios e direitos previdenciários, conforme se percebe na entrevista da Presidente da Colônia de Pescadores:

“Nós tinha de lutar pela preservação do mangal e do rio, por que é de lá que a nossa família tira o sustento. E como a gente podia conseguir isso? só lutando pra criação de uma Reserva Extrativista Marinha como forma de preservar os nossos recursos e ter nossos direitos e da nossa família garantido.” (Entrevistada B, atual Presidente da Colônia de Pescadores e ex-presidente da AMUPESC).

Dessa forma, as lideranças de pescadoras da comunidade de Cachoeira, representadas pela AMUPESC, demandaram à Câmara de Vereadores e à Prefeitura Municipal a proposta de criação de uma Reserva Extrativista no município, porém, houve conflitos entre a Câmara de vereadores e a AMUPESC, em que esta última não obteve o apoio dos vereadores e do Prefeito da época, o Sr. Pedro Paulo de Sousa Almeida. Neste momento, tiveram conflitos ainda com a Colônia de Pescadores Z-04 (organização fundada no ano de 1925). Nesse período, a entidade não reconhecia as mulheres enquanto profissionais da pesca a fim de terem seus direitos previdenciários garantidos e a Colônia era administrada apenas por homens e não havia mulheres cadastradas e nem fazendo parte da gestão. Conforme percebido no relato abaixo:

“Nós fomos com o prefeito Pedro Paulo e ele se negou a assinar o documento falando que não queria se responsabilizar com reserva no município. Depois procuramos o presidente da colônia da época que era o Seu Benedito que também não apoio a proposta. A gente continuou com a vontade de criar a Reserva, mas o Pedro Paulo ganhou de novo pra prefeito e o presidente da colônia continuou o mesmo. Aí a gente resolveu lutar pela representação na Colônia que não tinha nenhuma mulher fazendo parte, foi uma briga feia. Na briga estava eu, a Carita e a Luciana (mulheres do movimento social de pescadoras). Fomos pra luta e conseguimos colocar pra assumir o Seu Mucá, mas pra nossa surpresa ele se mostrou contra a criação da Reserva. Mas, assim como a gente colocou a gente tirou, e na outra eleição que teve nós elegemos o seu Valter que nos apoiou e seguiu na luta com a gente. Nós levamos o Seu Valter no ICMBio e ele conheceu o Vergara e apresentamos a Célia e o Gutemberg (da Resex de Marapanim) que também estavam lutando pela criação da Resex Mestre Lucindo, a Sandra (da Resex de Curuçá) que ajudaram no esclarecimento do que é uma Reserva. E depois de muita luta hoje nós temos a nossa Reserva que é um bem pra todas as comunidades.” (Entrevistada B, atual Presidente da Colônia de Pescadores e ex-presidente da AMUPESC).

O relato descrito evidencia uma conjuntura com disputas por poder e constituição de sujeitos políticos. Um cenário com forte resistência de mulheres que buscaram seus direitos até então negados e que se organizaram para conquistar seus espaços.

A segunda fase para criação da Resex ocorreu na transição dos anos de 2004 a 2005, quando o movimento social novamente se organizou na região, buscando a conservação do

ecossistema costeiro e das atividades de pesca. Nesta conjuntura, a Resex foi demandada pela Colônia de Pescadores Z-04, na gestão do Sr. Valter Chagas, sob influência da coordenadora da AMUPESC, secretária e “capataz” da Colônia de Pescadores, a Sr. Lourdes Souza da Comunidade de Cachoeira.

“Capatazes são representantes da Colônia de Pescadores presentes em várias comunidades do município. É a pessoa responsável pela cobrança da taxa da Colônia, filiar pescadores e mobilizar a comunidade que cada um representa.” (Entrevistada B, atual Presidente da Colônia de Pescadores e ex-presidente da AMUPESC).

“Na Cachoeira a Associação de Mulheres que começou o primeiro processo de criação, e foi abortado. E depois fizeram outro já com a Colônia de Pescadores mais à frente.” (Entrevistado 2, Servidor do ICMBio).

Segundo as lideranças dos polos, diversas gestões foram contra a proposta de criação de uma Unidade de Conservação, alegando que, com a criação da Resex, os recursos iriam ficar restritos devido às regras de uso, porém, esse desentendimento contribuiu para o fortalecimento do movimento social dos pescadores (as), que sempre possuiu representantes em todas as comunidades abrangidas pela área da Resex. A exemplo, foram citados os “capatazes” que são lideranças da Colônia de Pescadores, que estão presentes em todas as comunidades de abrangência da Resex. Esses acontecimentos indicam o fortalecimento e amadurecimento das estruturas de organização e mobilização social de uma parcela populacional em defesa de seus territórios.

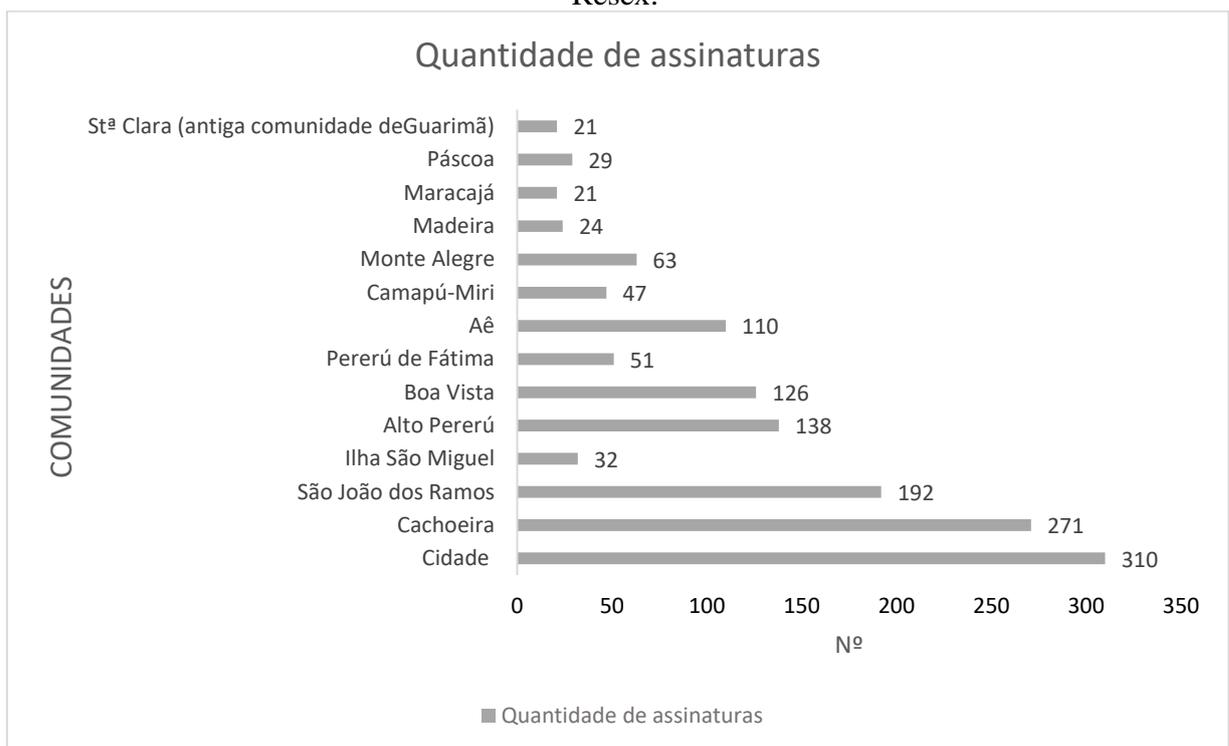
A partir de 2005, a demanda de criação da Resex-Mar foi efetivada, auxiliada novamente pela Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira (AMUPESC) e pela Colônia de Pescadores, e sob grande influência de articulações nacionais e estaduais, como o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE) e o Movimento Nacional dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA). Nesse contexto, Júnior (2007, p.53) afirma:

O objetivo principal do MONAPE é conseguir buscar a credibilidade dos pescadores e avançar nas conquistas das estruturas oficiais de suas representações, a exemplo das colônias de pesca e federações, fortalecendo-as e assegurando a autonomia política e econômica por melhores condições de vida e trabalho. A estratégia para atingir tais objetivos está na realização de seminários e encontros para pescadores, crianças e jovens; incentivo à participação das lideranças locais em cursos de capacitação; produção de boletins e cartilhas ressaltando pontos importantes que envolvem a organização dos pescadores, como a sindicalização das mulheres pescadoras e a necessidade da inscrição nas colônias de pescadores. Desta maneira, seus direitos asseguram-se no que diz respeito à aposentadoria, já que a partir da inscrição nas colônias de cada zona de pesca é que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) reconhece os pescadores como ‘profissionais do mar’.

De acordo com Santos (2016), o MONAPE encontrou representação no Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA). O movimento surgiu entre os anos de 1988 e 1990, visando garantir direitos às populações pesqueiras paraenses. Na década de 90, o MOPEPA se apresentava no estado como a voz dos pescadores.

Dessa forma, as lideranças dos pescadores (as), representadas pelo Sr. Valter Chagas e pela Sra. Lourdes Souza, com o apoio da Sra. Cárita e Sra. Luciana (mulheres do movimento social que apoiavam a criação da Resex), mobilizaram as comunidades e realizaram palestras e oficinas, orientando a comunidade sobre a importância de uma Reserva Extrativista. Durante esse período, foram coletadas 1.435 assinaturas dos moradores de algumas comunidades do município, conforme demonstrado na figura 8.

Figura 8 – Gráfico com a quantidade de assinaturas de moradores favoráveis à Criação da Resex.



Fonte: Elaborado por Letícia Malcher (2019) a partir dos dados da AUREMOCA.

Conforme o Presidente da AUREMOCA, nem todas as comunidades estiveram presentes devido à falta de condução para buscar os moradores de algumas comunidades distantes do centro da cidade, onde ocorreu o evento para coletar assinaturas da população, que se mostrou favorável à criação da Resex.

Outra estratégia de apoio ao movimento de criação foram as cartas de adesão (algumas exemplificadas nos anexos A, C, D e E), encaminhadas às instituições locais.

“A carta de adesão é uma carta onde as associações, prefeitura, câmara de vereadores, igrejas, comércio...demonstraram apoio ao nosso movimento de criação da Resex em São Caetano. Todas tinham que ser assinadas por eles, os representantes. ”
(Entrevistado B, atual Presidente da AUREMOCA e ex-presidente da Colônia de Pescadores).

Nesse período, sob a gestão do prefeito Rubens Barbalho, a administração pública deu total apoio à criação da Resex. A câmara de vereadores, nesse momento, emitiu também uma carta de retratação (Anexo B) em virtude das decisões que foram tomadas por gestões anteriores que não apoiavam a criação da Resex. Houve, ainda, o apoio de instituições e de entidades, como a prefeitura, associações, igreja, dentre outros, que foram fundamentais para a consolidação da Unidade de Conservação, o que demonstrou o interesse e o jogo de relações que concorrem na construção do território da Resex.

Após todo esse processo, o Sr. Valter Chagas protocolou no IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) a solicitação para a criação de uma Reserva Extrativista Marinha no município de São Caetano de Odivelas. O IBAMA, por sua vez, fez uma avaliação e encaminhou para a Presidência da República.

Nesse período, houve uma transição no IBAMA e as Resex Marinhas ficaram sob a responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), pois, conforme afirmam Gomes et al. (2018), durante a fase de expansão das Resex (fase que começou no último ano (2002) do governo FHC e ganhou força durante o governo Lula (2003-2010), especialmente em seu primeiro mandato), foi criado, em 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável pela gestão das Unidades de Conservação federais brasileiras, incluindo as Resex.

Posteriormente ao processo de solicitação da Resex-Mar Mocapajuba, foi realizada uma audiência pública a pedido da Casa Civil, em que os moradores e lideranças participaram e se mostraram favoráveis à criação da Resex. A partir desse momento, foram iniciados os estudos técnicos para delimitar e caracterizar a área da Resex, considerando fatores territoriais, ambientais, sociais, culturais e econômicos. Como aponta Silva (2018), para que se criem reservas extrativistas, além de um laudo biológico para identificar a fauna e a flora existente na área, faz-se necessário um diagnóstico socioeconômico, desenvolvido para identificar as

condições de vida, demandas da população extrativista, seu modo de vida social, econômico e cultural, no que se identifica a tradicionalidade da população na pesca.

Esse levantamento foi realizado pelo ICMBio, que delineou um Estudo Socioambiental da Resex, o qual definiu a área como propícia para a criação de uma Unidade de Conservação e criou um Laudo de Vistoria Técnica, responsável pelo processo de criação da Unidade de Conservação.

Após o Estudo Socioambiental, o ICMBio promoveu, no mês de julho de 2014, quatro audiências públicas na região do Salgado paraense. De acordo com o Instituto, o objetivo das reuniões era ouvir a opinião dos moradores, movimentos sociais e autoridades locais sobre a criação de três novas Reservas Extrativistas – dentre estas, a de São Caetano – e a ampliação de uma que já existe no litoral nordeste do Pará. Segundo o Instituto, as audiências contaram com a participação de pelo menos 800 pessoas (SANTOS, 2016), e a partir do decreto do Governo Federal, de 10 de outubro de 2014, no governo da Presidente Dilma Rouseff, foi instituída a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, conforme se percebe na fala do presidente da associação:

“O nome da Resex-Mar Mocapajuba foi escolhido quando ela foi criada no governo da presidente Dilma; juntando as sílabas dos rios que tão no entorno da Reserva: o rio Mojuim (que banha a cidade de São Caetano de Odivelas, o rio Maruimpanema, o rio Mocajuba e o rio Barreta.” (Entrevistado B, atual Presidente da AUREMOCA e ex-presidente da Colônia de Pescadores).

Após o processo de criação da Resex, foi fundada, no dia 20 de novembro de 2014, a Associação de Usuários da Resex Mocapajuba- AUREMOCA (associação mãe). De acordo com Rodrigues (2017), as Associações de Usuários são representações dos extrativistas nos Conselhos Deliberativos em Resex, possuindo também poderes administrativos. Essas associações geralmente são criadas especificamente para a implementação do sistema de cogestão nas Resex.

Desde a sua criação, a AUREMOCA é presidida pelo Sr. Valter Chagas (ex- presidente da Colônia de Pescadores) e formada por moradores que estão na área da Resex e por grupos comunitários em cada comunidade que faz parte dos Polos. A Associação encontra-se provisoriamente localizada no prédio da Colônia de Pescadores Z-4 (figura 9).

Figura 9 – Sede da Colônia de Pescadores Z-4 do município de São Caetano de Odivelas onde funciona a AUREMOCA.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

Uma das prerrogativas da associação considera:

III - Acompanhar a execução das políticas públicas ligadas ao extrativismo, propondo ações que visem a melhoria da qualidade de vida (nas áreas extrativistas) para extrativistas ou/em suas reservas e/ou nas unidades de conservação de proteção integral. (AUREMOCA, Estatuto da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, 2018).

Fica evidente que a criação da Resex-Mar Mocapajuba foi impulsionada pela participação e mobilização de diversos atores sociais locais, bem como pelos acordos e alianças das organizações sociais civis e instituições estatais (tabela 2) que se envolveram direta e indiretamente.

TABELA 2. Órgãos e entidades envolvidos no processo de criação da Resex-Mar Mocapajuba.

Representações Locais	Representações Nacionais e Estaduais
Associação de Mulheres da Pesca de Cachoeira (AMUPESC)	Movimento de Pescadores do Pará (MOPEPA)
Associação das Mulheres da Pesca de Alto Pererú (AMPAP)	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM)
Colônia de Pescadores Comandante Frederico Vila Z-4	Centro de Apoio as Organizações Extrativistas do Pará (CAOEPA)
Associação Comunitária Cultural Beneficente de Informação de São Caetano	Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE)
Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas	Museu Emílio Goeldi
Câmara Municipal de Vereadores	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)
Secretaria Municipal de Produção	Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS)
Paróquia de São Caetano da Divina Providência	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Fonte: Elaborada por Letícia Malcher (2019) a partir dos dados da AUREMOCA.

Gomes et al. (2018) consideram que, no período de 2010 a 2018, no governo Dilma, houve uma fase de estagnação das Reservas Extrativistas, com uma abrupta descontinuidade na criação de novas Reservas, o que deixa evidente que:

É claro que a decisão final de criar novas Resex é sempre política. As únicas Resex criadas durante a fase de estagnação são exemplos de tais manobras políticas. As três reservas marinhas criadas no Estado do Pará em 2014 foram promulgadas no contexto de negociações políticas com movimentos sociais durante a campanha para reeleição presidencial de Dilma. (GOMES et al., 2018, p. 23).

Nesse contexto, o momento político em que foi criada a Resex-Mar Mocapajuba, o contato com as lideranças desta Unidade de Conservação e a riqueza de suas narrativas possibilitaram o entendimento de que, para além de uma história linear, a criação da Resex-Mar Mocapajuba e a sua própria institucionalização foram constituídas por diferentes atores e interesses. Isso produziu alguns conflitos em diversas amplitudes, mas também coalizões; a participação e mobilização social despontaram como estratégia fundamental na conquista dos direitos sociais e interesses da coletividade.

Os conflitos certamente continuarão a existir, uma vez que fazem parte da natureza das relações sociais, mas a resistência se inicia com a participação como construção coletiva dos grupos, com vistas à conquista e à garantia de direitos em defesa dos seus territórios (PIMENTEL, 2019).

Nessa direção, ressalta-se que as Unidades de Conservação, especificamente as Reservas Extrativistas, têm sua gênese na ambientalização de um conflito social protagonizado pelos movimentos sociais, porém, a Resex-Mar Mocapajuba evidencia um fator que a “trajetória da floresta ao mar” apresenta como algo inovador ao movimento social das Resex, que consiste em uma participação mais efetiva das mulheres, o que difere da criação das primeiras Reservas Extrativistas no Acre, em que as mulheres aparecem na literatura apenas participando, porém, de forma não tão efetiva como nos “empates”, que, segundo Becker (2004, p. 107), “foi o movimento para impedir novos desmatamentos em áreas extrativistas por meio da ocupação pacífica dos locais de derrubadas, incluindo adultos e crianças”. De acordo com Almeida (2004b, p. 43):

Em 1986, no “empate” da Bordon, ele [Chico Mendes] liderou cerca de cem seringueiros, que caminharam durante três dias pelas coivaras enegrecidas e fumegantes de florestas recém-queimadas, desviando-se da polícia militar e espantando peões de moto-serra, até que o cerco em torno deles se fechou, com o retorno, em marcha forçada, a Xapuri. Antes da marcha, porém, Chico Mendes havia convocado, em reunião pública em Rio Branco, o apoio de moradores da cidade para um “empate de alto nível”, para o qual ele queria repercussão nacional. Conseguiu a presença de um fotógrafo, dois agrônomos, um antropólogo e de uma jovem professora sindicalizada, Marina Silva [...] No início de 1985, para aumentar a visibilidade das lutas dos seringueiros, Chico Mendes buscou o apoio de sua amiga, a antropóloga Mary Allegretti, que depois de alguns anos de colaboração com o CTA vivia em Brasília. Allegretti havia estudado em sua dissertação de mestrado o seringal de Alagoas, em Tarauacá, e tinha um forte comprometimento com a causa dos seringueiros.

Na tentativa de inibir a repressão policial, constantemente presente nesse movimento, os seringueiros foram introduzindo inovações, sendo que a mais conhecida foi a inclusão de suas mulheres e filhos (antes o movimento era restrito aos homens) nos empates (FITTIPALDY, 2017).

É válido considerar que, no movimento social dos seringueiros, as mulheres tiveram sua importância e participação na luta, mas, diferente do que ocorreu na Resex-Mar Mocapajuba, elas não protagonizaram a luta. Nessa direção, Fadiga e Garcia (2010, p. 561) apontam que:

A ampliação dos espaços democráticos no Brasil tem viabilizado a gestão compartilhada dos recursos naturais por meio dos processos participativos. As Unidades de Conservação, desde o início dos anos 90, vêm experimentando inserir esta perspectiva em suas diversas categorias, principalmente no caso das reservas extrativistas, que trazem a participação como um princípio essencial de sua existência. Esse contexto impulsiona o surgimento de novos atores sociais e reivindicações mais complexas, como se vê no histórico de luta das mulheres, grupo social por vezes à margem dos processos decisórios. As mulheres têm assumido um papel diferenciado, pautando novos espaços equitativos que ampliem o debate sobre a sustentabilidade dos processos ecológicos essenciais para a sua subsistência.

Em Unidades de Conservação, esse fator é significativo ao inserir a luta das mulheres pelas demandas sociais, buscando uma maior representatividade e visibilidade. Isso revela que a política se expandiu e trouxe mudanças positivas ao incorporar lutas que estão para além, somente, da preservação dos recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas que compõem as Reservas Extrativistas são significativas para a permanência das populações tradicionais amazônicas, haja vista que estas sofrem historicamente com a marginalização social, refletida na negação de direitos sociais que possam contribuir com a manutenção de seus modos de vida.

Tendo como base o forte processo de mobilização social no legado do modelo de Resex, esta pesquisa buscou responder aos seguintes questionamentos: de que forma tem se estabelecido a participação dos atores no processo de criação da Resex Marinha Mocapajuba em São Caetano de Odivelas/PA? Os atores sociais locais têm sido de fato sujeitos do processo?

Diante desses questionamentos, verificou-se, por meio das entrevistas realizadas com as lideranças da Resex-Mar Mocapajuba, e analisando-se as especificidades históricas e as estratégias de organização que permearam o processo de criação, que, durante a proposta de criação, foi relevante a participação dos pescadores (as), lideranças comunitárias e demais instituições envolvidas. Houve ampla participação de atores sociais no movimento que ensejou a criação da Resex.

Ficou evidente que diversas instituições e atores participaram do processo, contudo, houve aqueles que se destacaram em virtude de uma participação mais ativa, contribuindo com cada etapa até o êxito de criação da Resex. Dessa forma, o protagonismo das reivindicações culminou na manutenção da memória histórica das comunidades.

A reivindicação para a criação da Resex durou anos divididos em duas fases, com distintas relações de conflitos e coalizões, o que reafirma os períodos de inércia das políticas públicas implementadas para atender às populações tradicionais que vivem no nordeste paraense. Ficando evidente que, para terem seus direitos assegurados, os atores sociais precisam mobilizar uma rede de articulação que está para além dos seus territórios e de seus grupos comunitários, para assim, alcançarem legitimação em suas demandas.

Dessa forma, a criação das Resex-Mar Mocupajuba está relacionada às situações de disputas entre atores sociais, derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu território, e evidencia a importância da participação ativa dos atores locais nos processos de discussão e decisão.

4 ARTIGO II- ENTRE CONSENSOS E CONFLITOS: PARTICIPAÇÃO E GESTÃO EM UMA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA NO PARÁ

Resumo:

O presente estudo buscou discutir a regulamentação dos instrumentos de gestão da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba e se estes estão atendendo aos seus objetivos ao serem implementados em ambientes marinhos; e analisar de que maneira está sendo articulada a participação dos atores sociais desta Unidade de Conservação. A Resex-Mar Mocapajuba está localizada no município de São Caetano de Odivelas, no nordeste paraense. Para este estudo, foi utilizada a pesquisa qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e documental, pesquisa de campo, entrevista não-diretiva, aplicação de questionários e observação participante. Verificou-se que a participação efetiva da sociedade civil é limitada por diversos fatores relacionados à mobilidade, à comunicação, à desinformação, à mobilização e às relações de poder, o que evidencia implicações nos processos de governança ambiental da Resex.

Palavras-chave: Resex-Mar Mocapajuba. Participação. Instrumentos de gestão. Governança ambiental.

Abstract:

The present study sought to discuss the regulation of the management instruments of the Mocapajuba Marine Extractive Reserve and, more specifically, whether they are meeting their objectives when being implemented in marine environments; it also sought to analyze the current articulation of the participation of the social actors of this Conservation Unit. Resex-Mar Mocapajuba is located in the municipality of São Caetano de Odivelas, in northeastern Pará. For this study, qualitative research was used, through bibliographic and documentary review, field research, non-directive interview, application of questionnaires, and participant observation. It was found that the effective participation of civil society is limited by several factors related to mobility, communication, disinformation, mobilization, and power relations. These results make evident the implications for Resex's environmental governance processes.

Keywords: Resex-Mar Mocapajuba. Participation. Management instruments. Environmental governance.

INTRODUÇÃO

As Reservas Extrativistas Marinhas são territórios que apresentam uma multiplicidade de atores, e são marcadas por cenários com arenas decisórias e que permitem a participação efetiva da sociedade civil na gestão.

Dentre os instrumentos de gestão dos recursos naturais adotados pela Política Nacional do Meio Ambiente, as Unidades de Conservação têm se destacado pela inserção dos processos participativos em suas etapas de criação, implementação e gestão, principalmente no caso das Reservas Extrativistas, categoria que tem a participação como um princípio essencial. Essa peculiaridade se concretiza na própria história das Reservas Extrativistas, pois são fruto de um intenso processo participativo de origem popular, que foi peça-chave para inserir, na política ambiental brasileira, uma vertente social (FADIGA; GARCIA, 2010).

Nesse contexto, esses espaços envolvem uma gama de atores com interesses que, muitas vezes, se divergem e acabam refletindo nos processos participativos e nas instâncias de governança. Assim, é importante observar que, depois do movimento de luta pela conquista do território da Resex, o qual, na zona costeira paraense, tem quase vinte anos, vem-se acenando uma desmobilização gradativa originada por divergências políticas locais, sustentadas pelos interesses regionais e internacionais do capital (PIMENTEL, 2019).

Os conflitos nestes espaços constituem uma realidade que vem sendo construída desde a instituição das primeiras áreas, entretanto, passou a ter maior importância a partir da década de 1970. Esses conflitos necessitam de entendimento teórico, porque somente com este conhecimento será possível delinear ações e intervenções capazes de minimizar a degradação ambiental e social dessas áreas. Compreender os conflitos ambientais é importante para a formulação das políticas e diretrizes que envolvem a construção da gestão e do manejo das Unidades de Conservação, pois, os conflitos refletem o processo histórico das lutas sociais e da transformação econômica na construção dos espaços geográficos. Na realidade, a natureza é alvo de disputa por diferentes interesses e concepções, já que esta tem o poder de satisfazer necessidades materiais e simbólicas da sociedade (BRITO, 2008).

Nessa perspectiva, Brito (2008) afirma ainda que as Unidades de Conservação podem ser consideradas como um laboratório para o estudo dos conflitos, porque é um espaço com limites definidos, onde podem ser observados e analisados diversos aspectos conflitantes, necessitando uma visão interdisciplinar dos problemas.

Dentro desse contexto, e partindo da premissa de que a Reserva Extrativista Marinha é uma política pública com diversos atores e com relações complexas ao envolver aspectos socioambientais, políticos e econômicos, este estudo buscou discutir a regulamentação dos instrumentos de gestão da Resex-Mar Mocupajuba e se estes estão atendendo aos seus objetivos ao serem implementados em ambientes marinhos; e analisar de que maneira está sendo articulada a participação dos atores sociais desta Unidade de Conservação.

MATERIAL E MÉTODOS

Lócus da Pesquisa

A Reserva Extrativista Marinha Mocupajuba, localizada no nordeste paraense, é formada por uma grande extensão de manguezais e áreas que ficam em seu entorno, representando 28% do território do município de São Caetano de Odivelas. São 24 comunidades circundantes, organizadas em 8 polos.

Os polos representam a junção de um número de comunidades, que foram agrupadas de acordo com a proximidade geográfica, assim, eles estão divididos conforme demonstrado na tabela 3. Essa divisão é uma estratégia de associações enquanto movimento social.

TABELA 3. Polos da Resex-Mar Mocupajuba e as suas respectivas comunidades de abrangência.

Polos	Comunidades
Polo São João dos Ramos	○ Ilha São João dos Ramos e Ilha São Miguel
Polo Pererú de Fátima	○ Comunidade Pererú de Fátima, Aê (Mariapólis) e Pratiquera
Polo Boa Vista	○ Comunidade Boa Vista, Alto Pererú e Alto Camapú
Polo Monte Alegre	○ Monte Alegre, Ponta Bom Jesus, Espanha, Camapú-Miri e Madeira
Polo Santa Maria da Barreta	○ Comunidade Santa Maria da Barreta, Guajará, Vila Paraiso (Km08), Vila Mururé (Km10), Itapepoca e Laranjeira
Polo Cachoeira	○ Comunidade Cachoeira e Cachoeirinha
Polo Cidade	○ Comunidade Jutaí e Sede (Bairro do Pepéua)
Polo Páscoa	○ Páscoa

Fonte: Elaborada por Letícia Malcher (2019) a partir dos dados da AUREMOCA.

As comunidades do entorno da Resex possuem distintas formas de organização social por meio de associações relacionadas às atividades econômicas, de moradores ou culturais, clube de mães, sindicatos, entre outros. As atividades que mais se destacam são a pesca e a captura de caranguejo, atividades que contribuíram para a criação da Resex, que foi demandada principalmente pela necessidade de preservação dos recursos naturais.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa tem um enfoque qualitativo e optou-se pelo estudo de caso (BECKER, 1994). Assim, o primeiro procedimento adotado foi a pesquisa bibliográfica e documental (BRUMMER et al., 2008), com aporte teórico sobre o tema e leituras do Estudo Socioambiental da Resex, decreto de criação da Resex-Mar Mocapajuba, SNUC, Instrução Normativa do Conselho Deliberativo, documentos da AUREMOCA (associação mãe) e outras informações.

Os critérios para definição da amostra dos sujeitos da pesquisa foram as seguintes:

- Ser um ator social da Resex vinculado aos fóruns de discussão e atividades ou não;
- E para outras instituições e organizações, terem vínculos com a Resex, promoverem atividades ou fazerem parte do processo de gestão.

Nesse sentido, o universo da pesquisa compreendeu uma amostra com 30 atores: 27 atores locais (24 usuários, 1 secretário de meio ambiente e 2 lideranças), 2 servidores do ICMBio (que têm atuação na Resex) e 1 representante da RARE (ONG que desenvolve atividades na Resex em parceria com o ICMBio).

Foram realizadas entrevistas não-diretivas (MICHELAT, 1987) com esses sujeitos (figuras 10 e 11) e aplicados questionários (Apêndices A e B) contendo informações gerais, fatores de criação da Resex, estrutura social e gestão e participação na Reserva. Todas as informações obtidas foram autorizadas pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C).

Figura 10 – Entrevista com ostreicultor.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

Figura 11 – Entrevista com pescadora.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

A pesquisa *in lócus* compreendeu 8 visitas na Resex. A primeira incursão em campo foi de caráter exploratório, a fim de coletar informações preliminares, realizada em julho de 2018, para identificar alguns atores sociais da Resex e apresentar o estudo. Depois, realizei 4 visitas entre os meses de julho, agosto, outubro e dezembro de 2019, com duração de 10 dias cada; e janeiro (duração de 8 dias), fevereiro e março de 2020 (duração de 7 dias cada); para acompanhar as atividades da Resex e verificar informações sobre os processos participativos e gestão da Reserva.

A observação participante, segundo Angrosino (2009), foi fundamental para compreender como se dão as relações com os atores da Resex, bem como entender potencialidades e fragilidades nos processos participativos e de gestão. Assim, durante o campo, foi possível participar de eventos e reuniões da Resex.

A participação nos eventos e reuniões¹ possibilitou a complementação para a obtenção de dados e análise da pesquisa, por meio de observações diretas e de narrativas, segundo assinala Oliveira (2000, p. 32):

¹ Capacitação sobre o Sítio RAMSAR, realizada na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)/Belém no dia 08/08/2019; V Seminário da Juventude Extrativista das Resex do Pará, ocorrido na Resex Mestre Lucindo em Marapanim-Pa nos dias 05, 06 e 07/09/2019; Oficina Turismo de Base Comunitária, realizada na Resex Mocapajuba nas Comunidade de Cachoeira e Comunidade de Boa Vista nos dias 02 e 03/10/2019; Reunião inicial para planejamento do cadastro das famílias da Resex, ocorrida na Universidade Federal do Pará/São Caetano de Odivelas no dia 04/10/2019; Reunião para a atividade sobre o defeso do caranguejo-uçá, realizada na Colônia de Pescadores Z-4/São Caetano de Odivelas no dia 28/02/2020; atividade sobre o defeso do caranguejo-uçá, ocorrida na Colônia de Pescadores Z-4/São Caetano de Odivelas nos dias 12 e 13/03/2020.

Se o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar [...] Entendo que na elaboração de uma boa narrativa, o pesquisador, de posse de suas observações devidamente organizadas, inicia o processo de textualização- uma vez que essa não é apenas uma forma escrita de simples exposição, pois há também a forma oral-, concomitante ao processo de produção do conhecimento.

Conforme apontado pelo autor, a observação participante, associada aos outros instrumentos da pesquisa, contribuiu com evidências significativas para a percepção das relações entre os atores da Resex, principalmente em relação aos processos participativos, além de facilitar a obtenção de informações que poderiam passar despercebidas durante o campo.

Posteriormente às etapas de obtenção dos dados, foram feitas sistematizações com as informações a partir de relatórios, transcrições de entrevistas, análise de anotações de campo e seleção de fotografias. Os materiais coletados foram organizados e contextualizados com a revisão bibliográfica para compor o trabalho final.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização dos instrumentos de gestão

A influência do “novo gerencialismo público” nas políticas públicas contribui com uma tentativa, em vários países do mundo em desenvolvimento, de implementar políticas públicas de caráter participativo. Impulsionadas, por um lado, pelas propostas dos organismos multilaterais e, por outro, por mandamentos constitucionais e pelos compromissos assumidos por alguns partidos políticos, várias experiências foram implementadas visando à inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, principalmente nas políticas sociais. No Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, fóruns decisórios como conselhos comunitários (SOUZA, 2006).

A criação do Conselho Deliberativo em Reservas Extrativas Marinhas propõe a promoção da gestão compartilhada. Esse modelo de gestão surge a partir do SNUC, e é algo considerado novo na trajetória desta política, já que, nas primeiras Reservas Extrativistas no Acre, o Estado (representado pelo IBAMA) tinha apenas o papel de supervisionar e acompanhar a política e as comunidades faziam a sua autogestão, conforme aponta Santos (2018, p. 54):

A primeira Resex criada no Acre, como a Resex do Alto Juruá, apresenta a ideia de autogestão, enquanto que as demais a partir do SNUC tirou esta característica essencial, impondo a figura do “chefe” que não existia e do Conselho Deliberativo, instância gestora da unidade, que gerou posições diferentes; de um lado, para o SNUC significou um avanço, devido muitas unidades de conservação não terem tal espaço participativo, por outro lado, para as Resex significou uma preocupação sobre a diluição do poder das comunidades e um retrocesso na intervenção dos verdadeiros protagonistas nas esferas de decisão sobre o seu território.

A “trajetória da floresta ao mar” veio com um novo modelo de gestão para ser implementado nas Reservas Extrativistas Marinhas, em que o Estado (representado pelo ICMBio na Resex-Mar Mocapajuba) passa a ser o gestor/chefe da Unidade, com a presença de um Conselho Deliberativo que contempla a participação da sociedade civil. Dessa forma, Santos (2018, p. 54) assinala ainda que:

A diferença fundamental, então, é o deslocamento da gestão das Resex para a esfera governamental, acabando com a ideia de autogestão na concepção das Resex, por “Chico Mendes” e o Movimento Seringueiro, criando mudanças na relação entre Estado e sociedade civil, bem como na participação e governança local.

Assim, tendo que seguir as questões burocráticas de gestão propostas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de acordo com a Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável, uma vez criada a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba em 2014, novos desafios surgiram, dentre eles a criação do Conselho Deliberativo. A política entrou em uma nova fase e mudou seu foco para a implementação dos instrumentos de gestão. Dentre os instrumentos de gestão, está o Conselho Deliberativo, que, de acordo com Lima, Selva e Rodrigues (2016, p. 1084):

São competências dos conselhos: elaborar seu regimento interno, garantir o caráter participativo do Plano de Manejo na sua implementação, revisão e elaboração, integrar a UC com demais áreas protegidas do entorno e demais que sejam definidas pelo conselho. Entre as atribuições, também estão o acompanhamento das pesquisas realizadas na Unidade; a criação de grupos de trabalho e câmaras técnicas; identificação de conflitos e ameaças, propondo soluções entre outras. É importante que seja garantida a paridade na formação do conselho, no que diz respeito a sociedade civil e poder público, sempre considerando que os representantes de fato estejam envolvidos com as questões da Unidade. O mandato dos conselheiros é de 2 anos, não remunerado, podendo ser renovado por mais 2 anos.

A experiência brasileira, a partir da segunda metade de 1980, tem sido rica na criação e operacionalização de diversas arenas atreladas a distintos programas. Essas arenas podem ser consultivas ou, ainda, deliberativas, e assumirem diferentes formatos: conselhos (municipais, regionais, estaduais, nacionais), comissões, grupos de discussão ou grupos executivos, câmaras (setoriais, técnicas etc.). Um elemento importante na análise das arenas é a sua capacidade de congregar os atores diretamente envolvidos num determinado tema, mesclando representantes de organizações governamentais e da sociedade civil (FLEXOR; LEITE, 2007), pois, conforme o Art. 7º da Instrução Normativa para funcionamento e formação do Conselho Deliberativo, este será constituído por representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais da Unidade. Esse instrumento de gestão possui, em sua composição, os representantes da população tradicional da Resex que terão, pelo menos, a maioria do número de votos (50% + 1). Ademais, o conselho somente pode ser presidido por um representante do órgão gestor, o ICMBio na Resex-Mar Mocapajuba.

De acordo com os dados levantados em campo e em documentos do processo de criação do conselho deliberativo, desde a criação da Resex em 2014, esta Unidade de Conservação ficou sem gestor ou equipe para dar continuidade às atividades necessárias ao seu funcionamento; somente em 2016 foi designado um servidor do ICMBio para a gestão. A partir de então, foram iniciados os acordos para a criação do Conselho Deliberativo, e no final de 2017, ocorreram as primeiras reuniões para sensibilização e identificação das comunidades, de abrangência da Resex, pela equipe do ICMBio.

Em 21 de abril de 2018, houve a primeira reunião com representações das comunidades tradicionais, do poder público e de instituições de ensino e pesquisa, além de outros setores da sociedade civil. Assim, foram estabelecidos Grupos de Trabalhos com o objetivo de auxiliar e acompanhar as atividades, de acordo com o disposto na Instrução Normativa do ICMBio nº 09/2014. Nesse momento, deu-se início à caracterização do território e identificação dos atores relacionados à Resex. Os membros dos Grupos de trabalhos foram compostos por representações das:

- Comunidades: Cachoeira, Monte Alegre, Paraíso (Km 08), Comunidade de São João de Ramos e Pererú de Fátima;
- Instituições: ICMBio, Câmara Municipal de São Caetano de Odivelas, Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de São João de Ramos – AFASAJOR, Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas/PA, Associação Filhos e Amigos da Cachoeira,

Universidade Federal do Pará – UFPA/NUSC, Colônia de Pescadores de São Caetano de Odivelas/PA - Z4.

Posteriormente à composição dos Grupos de Trabalhos, ocorreu a segunda reunião no dia 15 de junho de 2018 para a caracterização do território da Resex, construção de um plano de ação e articulação de uma agenda para as oficinas comunitárias. As reuniões deveriam ocorrer todas ainda em 2018, porém, em virtude de problemas administrativos com recursos da conta vinculados ao POA (Plano Operacional Anual) 2018/2019 da Resex Mocapajuba, que seriam destinados à formação do Conselho Gestor, apenas a partir do final de 2018 a equipe conseguiu acessar ao recurso e retomar as atividades. Dessa forma, em 04 de dezembro de 2018, foi realizada a terceira reunião para reajustar o calendário das ações.

De acordo com os ajustes, ocorreram cinco oficinas comunitárias em 2019 e uma reunião final (Apêndice D), que compreendeu os principais resultados das oficinas comunitárias para definição da composição dos membros que iriam compor o conselho. Foram realizadas também reuniões da AUREMOCA nos 8 Polos da Resex, no período de 01 a 05 de abril de 2019, para a escolha (por meio de eleição) dos conselheiros representantes de cada Polo (Anexo F).

No decorrer das oficinas comunitárias, foram mapeadas instituições do setor público, representações da sociedade civil organizada e dos setores/atores da Resex, e foi realizada a escolha, por meio de eleição, de delegados para representarem as comunidades na reunião final, realizada em 12 de abril de 2019.

Durante o mapeamento nas oficinas comunitárias, foram citadas diversas instituições, apontadas como de grande importância para as comunidades dos polos, porém, nem todas foram consideradas capazes de colaborar com a gestão da Resex pelo fato de algumas instituições apresentarem influência restrita a apenas uma comunidade, não tendo representatividade em todo o território da Resex, e por não terem nenhuma relação com o uso dos recursos naturais ou aspectos de relevância ambiental. Assim, foram mapeadas 18 instituições do poder público de diferentes setores das esferas municipal, federal e estadual (Anexo G) e 25 organizações da sociedade civil (Anexo H).

Na reunião final do dia 12 de abril de 2019, representantes de três entidades da Sociedade Civil Organizada, Central das Resex Marinhas do Pará (CAUREM), Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM) e Associação dos Caranguejeiros de São Caetano de Odivelas (ASCA), reclamaram sobre o fato de não terem sido incluídas no Conselho, pois não foram citadas nas oficinas comunitárias, não

sendo, portanto, mapeadas nem convidadas. As demandas e justificativas dessas entidades foram aprovadas pelos delegados, em contrapartida, e pelo fato de terem que reduzir o quantitativo de entidades, outras tiveram que ser retiradas, conforme trecho do relatório final da reunião:

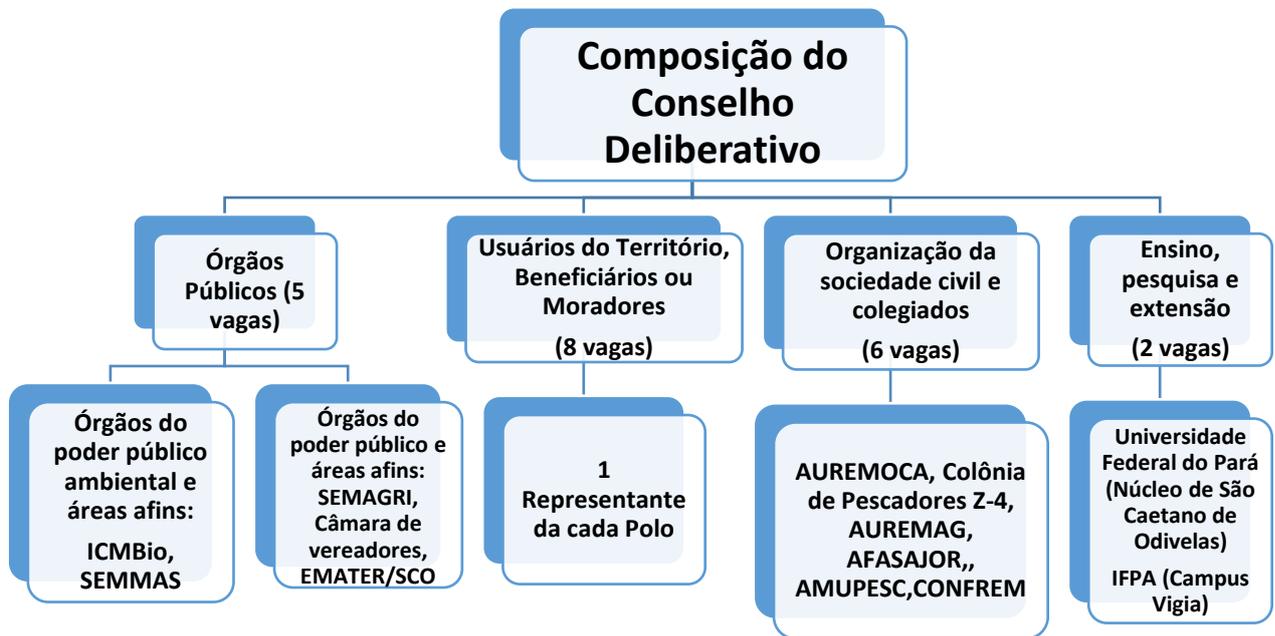
Willian [analista ambiental do ICMBio] partiu então para instituições da sociedade Civil. Dulcilene fala que escolher um tipo de igreja é complicado, pois terá que envolver outras crenças. Willian coloca em votação e delegados retiram todas as entidades religiosas. Francisco menciona que a religião vai estar em cada conselheiro que participar. Willian pergunta dos bois e times de futebol. Após alguns debates e votação mantém os grupos de boi, mas retira-se os times de futebol do conselho. Partindo para associações comunitárias. Devido a quantidade optou-se por retirar a associação das mulheres da ilha de Ramos e associação de pais e mestres da Ponta Bom Jesus. Na parte de sindicatos, foi retirado o Sindsaude. Ao final Willian pediu para delegados analisarem a quantidade de entidades, Willian pede sugestões de corte. Helder (ICMBio) sugere retirar a polícia, pois sempre que necessário pode-se convocá-los a participar. Delegados concordam. Francisco e outras pessoas mencionam em retirar os bois, pois apesar da importância cultural seria difícil escolher conselheiro entre os vários grupos de bois existentes. (RELATÓRIO FINAL PARA DEFINIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA-PA, 2019).

Após intenso diálogo dos presentes na reunião, o Conselho Deliberativo ficou estabelecido (preliminarmente) com 31 membros, sendo 8 instituições do poder público e 23 da sociedade civil organizada (Anexo I).

Depois dessas etapas, o ICMBio encaminhou ofícios a essas instituições para convidá-las a fazer parte do Conselho Deliberativo e encaminharem resposta manifestando interesse e aceite. Assim, algumas instituições/organizações não foram incluídas por não responderem, não apresentarem as documentações necessárias ou não corresponderem a uma entidade “legalmente constituída”, conforme disposto na Instrução Normativa do ICMBio de nº 09/2014, artigo 18, itens V e VI.

Dessa forma, a atual composição final que consta no processo de criação nº 02122.001647/2017-54, do conselho deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba, está representada na figura 12, com as entidades que demonstraram interesse e enviaram as devidas documentações (Anexos do J ao T).

Figura 12 – Organograma com a composição vindoura do Conselho Deliberativo segundo o processo de criação em andamento.



Fonte: Elaborado por Letícia Malcher (2020) a partir dos dados do Processo de Criação, nº 02122.001647/2017-54, do Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.

A composição do Conselho Deliberativo contempla um total de 21 vagas, distribuídas entre poder público, representações sociais e instituições de pesquisa. Cada vaga é composta por um representante titular e um suplente. Observa-se que as associações locais que fizeram parte do processo de criação ainda estão articuladas na gestão, como a AMUPESC e a Colônia de Pescadores. Nessa configuração, aparecem outras que, segundo os relatos de campo, foram as que apareceram como maior representatividade nas oficinas realizadas para compor o conselho e atenderam ao disposto na Instrução Normativa nº 09/2014, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais.

Assim, a Resex-Mar Mocapajuba hoje tem uma composição do Conselho Deliberativo com um processo de criação do conselho em andamento e aguardando aprovação de órgãos gestores da esfera federal. Para que os outros instrumentos de gestão sejam implementados, há a necessidade do funcionamento do Conselho Deliberativo, capaz de deliberar as decisões a serem tomadas para a Resex. Esse é um dos entraves que a gestão enfrenta atualmente para que os outros instrumentos sejam implementados, conforme se percebe na fala servidora do ICMBio:

“É um processo lento e ainda tem o processo burocrático de recebimento de documentação de todas as instituições. E estas às vezes não mandam, o que ocorreu muito na Mocapajuba. Temos dificuldades também agora, porque às vezes o processo de criação e aprovação do conselho fica parado em Brasília, não tem pessoas suficientes para analisar o processo e ele tem que ter o parecer técnico da equipe de Divisão Participativa. No nosso caso foi completado todo o processo burocrático e está na etapa de Avaliação do Conselho Gestor e ele precisa dizer se vai aceitar ou não.” (Entrevistada 2, Servidora do ICMBio).

Nesse contexto, foi possível verificar que os prazos estipulados para as etapas pós-criação, assim como a complexidade que permeia todo o processo, acabam sendo uma justificativa para que os gestores as realizem, em muitos casos, até mesmo sem a efetiva participação, o que acaba gerando descontentamento, falta de clareza quanto aos objetivos e ao funcionamento da Resex, comprometendo o futuro da gestão.

Assim, Junior et al. (2018) apontam que o Conselho Deliberativo é peça crucial na gestão, pois, em teoria, ele assegura a expressão dos interesses, valores e representações sobre o território, canaliza conflitos e pode levar à formação de consensos mínimos entre os grupos.

A composição do Conselho Deliberativo pode representar uma conquista às representações sociais e ser um espaço capaz de assegurar a gestão compartilhada. Em contrapartida, se estiver com a base fragilizada e sem uma efetiva participação dos atores sociais locais, dificilmente conseguirá legitimar as demandas da sociedade civil, mas sim de interesses individuais.

Esse importante instrumento de gestão apresenta, ainda, muitos desafios para ser implementado, pois muitas UCs na Amazônia, mesmo após décadas de criação, ainda não têm Conselho Deliberativo regulamentado. No entanto, isso não significa uma “estagnação” de processos decisórios pelas comunidades e pelo Estado.

Um olhar sobre as ações da Resex: vivências da pesquisa

Na ocasião da pesquisa, verificou-se que há uma preocupação em reunir os jovens e a população para tratar de assuntos referentes à Resex. Assim, foi possível participar de eventos mobilizados pelo movimento social das Resex no Pará e de reuniões promovidas pelo ICMBio. A participação nos eventos permitiu a troca com vários grupos, sobre diversos temas, e possibilitou analisar fatores que facilitam ou dificultam a participação e que estão diretamente relacionados aos instrumentos de gestão, promoção da participação, formação e debate em torno do território.

- Capacitação sobre Sítio RAMSAR

No dia 08 de agosto de 2019, foi realizada uma capacitação sobre Sítio RAMSAR, que são áreas úmidas com importância internacional, na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, com o *status* de Sítio RAMSAR, as áreas úmidas passam a ser objeto de compromissos a serem cumpridos pelo país e, ao mesmo tempo, a ter acesso a benefícios decorrentes dessa condição. Tais benefícios podem ser financeiros e/ou relacionados à assessoria técnica para o desenho de ações orientadas à sua proteção. Ao mesmo tempo, o título de Sítio RAMSAR confere às áreas úmidas prioridade na implementação de políticas governamentais e reconhecimento público, tanto por parte da sociedade nacional como por parte da comunidade internacional, o que contribui para fortalecer sua proteção.

Nesse contexto, Pimentel (2019) enfatiza que, no contexto internacional de conservação da biodiversidade, a proteção do ecossistema de manguezal é justificada pelos importantes serviços ambientais fundamentais na preservação da vida marinha e estuarina da zona costeira, na proteção da linha de costa, no sequestro de carbono e sua relação com as mudanças climáticas.

Esse evento, promovido pelo ICMBio, contou com a participação das lideranças de várias Resex do estado do Pará e Amapá, representantes da CONFREM, representantes do ICMBio e da ONG-RARE, além de professores da Universidade Federal do Pará/UFPA e Universidade Federal Rural da Amazônia/UFRA (figura 13).

Figura 13 – Momento de participação nas atividades propostas no evento.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

Durante o evento, foram feitas oficinas com os representantes da Resex e explicado sobre a proposta de inserir as Resex da costa paraense na área que compreende o Sítio RAMSAR. A Resex Mocapajuba foi representada pelo Sr. Valter (Presidente da AUREMOCA/associação mãe) e pela Sr. Lourdes (Presidente da Colônia de pescadores Z-04), que participaram da oficina e socializaram as demandas da Resex.

- V Seminário da Juventude Extrativista das Resex do Pará

No período de 05 a 07 de setembro de 2019, ocorreu, no município de Marapanim, o seminário da juventude, em sua 5ª edição, com o tema central: “Jovens tecendo rede de educação por gestão e governança qualificada”. O evento ocorre todo ano em uma Resex diferente, e, nessa ocasião, foi promovido pela Resex Mestre Lucindo.

As lideranças mais antigas das Resex promovem o evento na tentativa de aproximar a juventude do movimento social e do debate que envolve as Unidades de Conservação, pois, segundo a Presidente da Colônia de Pescadores Z-4:

“O evento busca atrair a juventude, e é preciso esse trabalho porque a gente precisa treinar e envolver os nossos jovens que um dia vão nos substituir. Hoje nós estamos aqui, mas amanhã não. Nós precisamos lançar as nossas sementes no chão, assim como o nosso grande mestre Chico Mendes um dia lançou. A luta não pode parar e são esses filhos de pescadores, agricultores, tirador de caranguejo que um dia vai nos representar e ficar à frente da nossa luta. Um dia quando a gente não estiver mais por aqui.” (Entrevistada B, Presidente da Colônia de Pescadores).

Dessa forma, o evento contou com uma significativa participação de representações de diversas Resex do estado do Pará, jovens e lideranças da Resex Mocapajuba, uma representante do ICMBio (figuras 14 e 15), pesquisadores da UFPA e Museu Emílio Goeldi, representantes da ONG-RARE e demais representantes do governo.

Figura 14 – Representantes da Resex Mocapajuba.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

Figura 15 – Representantes de todas as Resex que participaram do evento.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

A Resex-Mar Mocapajuba foi representada por jovens dos polos Cachoeira, Boa Vista, Cidade, Cachoeira, São João dos Ramos e Santa Maria, além de lideranças da AUREMOCA, Colônia de pescadores Z-4 e uma analista ambiental do ICMBio que atua na Resex-Mar Mocapajuba.

O debate, durante o evento, pautou-se em saúde, educação, cultura, valores familiares, educação ambiental, fortalecimento das Resex e a necessidade de empoderamento juvenil para o surgimento das novas lideranças. Os jovens apresentaram seus anseios e expressaram as dificuldades encontradas em seus territórios, como demonstrado na tabela 4.

TABELA 4. Aspectos positivos e negativos na Resex apontados pelos jovens da Resex-Mar Mocapajuba durante as oficinas.

Aspectos discutidos nas oficinas	Aspectos -	Aspectos +
Ambiental	Poluição dos rios e manguezais, lixo a céu aberto.	Conscientização ambiental nas escolas, regras, fiscalização no defeso
Social	Drogas, falta de emprego e renda, gravidez na adolescência.	Bolsa família
Educação	Analfabetismo, transporte escolar em condições precárias, falta de cursos profissionalizantes e cursinho preparatório para o vestibular, falta de escolas em todas as comunidades.	Professores capacitados
Saúde	Falta de médicos e medicamentos no hospital, aumento no número de HIV	_____
Cultural	_____	Valorização da cultura do boi de máscaras, conhecimento repassado de geração em geração
Valores	_____	Respeito à família e aos mais velhos.

Fonte: Elaborada por Letícia Malcher. Pesquisa de campo (2019).

Vale ressaltar a importância do repasse de valores e conhecimentos que permearam todo o evento. Uma constante preocupação em tratar temas atuais e empoderar lideranças capazes de dar continuidade à luta do movimento social das Resex, conforme exposto na figura 16.

Figura 16 – Presidente da AUREMOCA em uma roda de conversa com os jovens da Resex Mocapajuba.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

“Jovens eu costumo dizer que vocês são o futuro. Eu nem digo o futuro, vocês são o presente da nossa Reserva. Porque eu e a Lourdes, nós que somos sócio fundador estamos envelhecendo, por isso vocês precisam tomar a frente da luta pra que ela não acabe.” (Entrevistado A, Presidente da AUREMOCA).

O discurso do Presidente da AUREMOCA e o diálogo de outras lideranças com os jovens permitiram a contextualização de diversos temas, e foi muito recorrente a necessidade de mostrar para os jovens o papel que eles possuem nas Resex e que eles são o presente e o futuro, não muito distante dessa importante política pública.

- Oficina Turismo de Base Comunitária

A oficina foi realizada nos dias 02 e 03 de outubro de 2019, nos polos de Cachoeira e Boa Vista, pela discente Yasmim Alves dos Santos, do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA/UFPA) e equipe do ICMBio.

O evento buscou reunir atores sociais da Resex Mocapajuba para contribuir com a discussão sobre as potencialidades do município para o turismo de base comunitária. O evento contou com a participação de usuários, lideranças comunitárias, representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e equipe do ICMBio (Anexos U e V), conforme demonstrado nas figuras 17 e 18.

Figura 17 – Oficina no Polo Cachoeira.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

Figura 18 – Oficina no Polo Boa Vista.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

Verificou-se que houve maior participação no Polo Cachoeira, com a presença expressiva de mulheres (associadas a AMUPESC e Clube de mães), além de um pescador e alunos da Escola Municipal Prefeito Elpídio Pinheiro (escola da comunidade). Já na localidade de Boa Vista, foi preciso retornar à tarde porque, pela manhã, não teve quantidade suficiente de participantes, sendo necessário mobilizar novamente a população para o período da tarde. Nessa ocasião, apareceram jovens e representantes da Igreja católica e pescadores.

- Reunião inicial para planejamento do cadastro das famílias da Resex

Na Resex, existem momentos em que lideranças comunitárias, representantes do ICMBio e prefeitura reúnem-se para discutir questões referentes às atividades da Reserva. Esse é um espaço propício à realização de contatos pessoais, interinstitucionais, divergências e negociações.

Assim, durante o campo, foi possível participar de uma reunião de planejamento no dia 04 de outubro de 2019, no núcleo da Universidade Federal do Pará, no município de São Caetano e Odivelas, conforme apresentado na figura 19.

Figura 19 – Reunião com atores da Resex.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2019).

As principais questões levantadas foram recursos para levantamento das famílias da Resex, equipe para o cadastramento e parcerias necessárias. Houve a participação de representantes de diversas instituições (Anexo W):

- ❖ ICMBio (Gestor, fiscal e analista ambiental);
- ❖ Secretaria Municipal de Meio Ambiente/SEMMA (Secretario e geógrafo);
- ❖ Secretaria Municipal de Agricultura/SEMAGRI (Secretario e engenheira de pesca);
- ❖ Colônia de Pescadores (Presidente e secretaria);
- ❖ Pesquisadores (discentes de Pós-graduação do NUMA, INEAF e PPGeo; discentes de cursos técnicos da Escola Tecnológica do Estado do Pará);
- ❖ Núcleo Universitário Prof. Mário Chagas Fernandes /UFPA-São Caetano de Odivelas (discentes de graduação do núcleo).

Durante a reunião, ficaram evidentes algumas situações conflituosas entre as instituições representadas pela Prefeitura Municipal e as representadas pelas lideranças comunitárias. Relações de poder ficaram expressas por meio das falas dos representantes, assim, “o conflito torna evidente a existência de oponentes e dos seus interesses” (FILHO, 2014, p. 53).

Nesses espaços em que os diferentes atores participam, foi possível observar os diversos interesses que estão em jogo nas relações com esta política pública. Poder público municipal e organizações sociais não conseguindo dialogar para que se chegue a um consenso sobre atividades necessárias ao funcionamento institucional da Resex. Fatos que também foram encontrados por Junior et al. (2018) em estudos realizados na Resex-Mar Caeté-Taperaçu, localizada no nordeste paraense, em que as relações de poder estão presentes não só

internamente com os comunitários, mas também com os atores políticos, apresentando divergências com a prefeitura.

Diante do posicionamento de alguns entrevistados, verificou-se também que há limitações para o alcance de uma participação mais efetiva. Existem os que estão na política desde o processo de criação e aqueles que, por motivos políticos ou de representatividade, apareceram no cenário pós-criação querendo “fazer parte” (do Conselho Deliberativo) da política.

- Atividade sobre o defeso do caranguejo-uçá

No dia 28/02/2020, foi marcada uma atividade para ser realizada com os jovens da Resex. O evento deveria ocorrer durante o período da manhã e da tarde na Colônia de Pescadores, na sede do município de São Caetano de Odivelas, e seria uma capacitação sobre o defeso do caranguejo-uçá como forma de sensibilizar a juventude sobre tal tema. A atividade teria continuidade com a construção de um formulário para ser aplicado com a população, que teria como objetivo diagnosticar a percepção destes sobre o defeso.

Esperava-se um público com pelo menos 20 jovens, porém, apareceu apenas 1 da comunidade de Cachoeira. Assim, o responsável pela capacitação, um representante da ONG-RARE (ONG que promove atividades na Resex em parceria com o ICMBio), precisou articular para outra data o evento (figura 20). A nova articulação para o evento contou com a participação de alguns atores sociais que estavam presentes: representantes da Colônia de Pescadores, AUREMOCA e 1 jovem da Resex. Foi decidido que as lideranças ali presentes fariam uma nova tentativa para mobilizar os jovens das comunidades.

“A intenção é estar trabalhando cada vez mais com os jovens aqui, porque nos outros meses poderia ter outras atividades. A RARE tem uma linha que trabalha com a juventude.” (Entrevistado 3, Representante da ONG-RARE).

Figura 20 – Reunião para articular a atividade sobre o defeso do caranguejo-uçá.



Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2020).

Essa nova tentativa para o evento ocorreu nos dias 12 e 13 de março de 2020, novamente na sede da Colônia de Pescadores Z-4, e contou com a participação de um representante da ONG-RARE, que promoveu o evento, do presidente da AUREMOCA, da presidente e secretária da Colônia de pescadores, e de jovens das comunidades de Cachoeira, São João dos Ramos, Pererú de Fátima, Km 8, Boa Vista e Ilha São Miguel (figura 21). No dia 12, foram socializadas informações sobre o defeso do caranguejo-uçá (o evento ocorreu no período do defeso no município) e elaborado um questionário com perguntas para diagnosticar a percepção da população sobre o tema do defeso do caranguejo-uçá. No dia 13, os jovens saíram às ruas da cidade e aplicaram o questionário com moradores do município e, depois, retornaram para discutir sobre as informações obtidas.

Figura 21 – Atividade sobre o defeso do caranguejo-uçá.

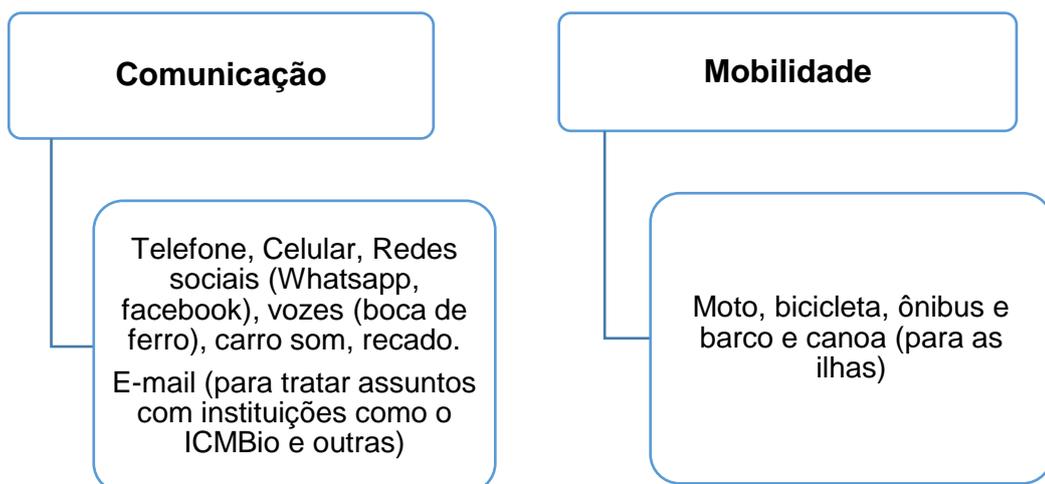


Fonte: Letícia Malcher. Trabalho de Campo (2020).

Durante o primeiro momento em que não houve a participação significativa de jovens, foi possível verificar alguns fatores apontados pelas pessoas que participaram da reunião, os quais estão dificultando a participação, tais como: falta de mobilização e articulação com outras instituições da Resex (ficando a responsabilidade apenas para a Colônia de Pescadores e AUREMOCA); a mobilidade e as ferramentas de comunicação utilizadas na Resex. Fatores que foram verificados também em outros momentos do campo.

A comunicação na Resex é feita por meio de aparelhos telefônicos, por redes sociais, instrumentos de anúncio e recados pessoalmente. A mobilidade ocorre por meio de transportes terrestres em ramais e estradas que dão acesso às comunidades; e transportes fluviais para as ilhas (figura 22).

Figura 22 – Organograma com os elementos de comunicação e mobilidade utilizados na Resex.



Fonte: Elaborado por Letícia Malcher. Trabalho de campo (2019).

Dessa forma, durante o campo, os atores sociais destacaram as dificuldades relacionadas à mobilidade, pois a maioria das reuniões ocorre na sede do município e, em virtude disso, há uma certa dificuldade para chegar ao local das reuniões. E, geralmente, não há recursos financeiros suficientes para que todos possam se deslocar de suas comunidades. Em relação à comunicação, os atores enfatizaram que o avanço da tecnologia facilitou bastante a interação, porque eles conseguem repassar as informações (como, por exemplo, avisos das reuniões e eventos) por meio das redes sociais, porém, esse acesso é dificultado em algumas comunidades em que a rede das operadoras não apresenta um bom funcionamento.

“Quando tem algum evento ou reunião sobre a Resex, mesmo eu morando na Santa Maria que fica um pouco longe do centro da cidade, eu sou avisada pelo whatsapp, facebook ou então me ligam. Aí eu vou. ” (Entrevistada D, Polo Santa Maria da Barreta).

“O problema pra avisarem a gente é a distância e o celular nem sempre pega. Às vezes tem que procurar o ponto pra poder pegar área, mas às vezes avisam só que a gente não tem dinheiro pra pagar moto táxi pra ir até a cidade. ” (Entrevistada J, Polo Pererú de Fátima).

Eu sei que não tá fácil falar com as pessoas. Eu mesmo tentei ligar várias vezes. Então isso pode ser uma dificuldade, mas temos que ver como a gente pode caminhar para melhorar isso, por que vão vir várias atividades e me preocupa marcar atividades e não ter pessoas e nenhum resultado das atividades. ” (Entrevistado 3, Representante da ONG-RARE).

“Aqui é um pouco ruim de área, mas mesmo assim pega a internet. Quando a gente precisa saber de alguma coisa nos avisam por celular; por que não dá pra virem toda vez aqui, devido à distância. E quando a gente tem dinheiro pra colocar gasolina na moto, a gente vai. Mas, isso aqui... porque tem comunidade que nem pega área. ” (Entrevistada C, Polo Boa Vista).

Nesse contexto, Santos e Schmitz (2016), em pesquisa acerca da participação na Resex-Mar Maracanã, também apontaram dificuldades relacionadas aos custos para participar dos eventos e das reuniões, pois os atores sociais enfatizaram que, por terem que desembolsar recursos próprios, eles deixam de participar de cursos, palestras etc., que possam contribuir com o seu melhor entendimento sobre as normas ambientais, ou mesmo sobre as regras em vigor no local que orientam na conservação da área coletiva de uso comum, e que, conseqüentemente, seriam compartilhadas com os demais atores sociais. Isso foi evidenciado também na Resex-Mar Mocapajuba e utilizado como justificativa para a ausência da população nos eventos e reuniões, principalmente em relação às comunidades mais distantes da sede do município.

Outro fator verificado é a falta de informação e esclarecimento sobre a Unidade de Conservação, o que demonstra uma insatisfação de alguns atores sociais em relação ao funcionamento da Resex. Muitos não sabem informações básicas sobre esta política pública, que os inclui e permite a participação ativa da sociedade civil. Esse fato foi identificado na fala de alguns entrevistados:

“Eu não sei como funciona só sei que tem a ver com a preservação dos rios e do mangal...mas, a gente ainda não participou de nenhuma reunião pra tratar da Resex. ” (Entrevistado G, Polo Monte Alegre).

“Eu não sei o que é uma Resex, mas parece que nos tá dentro de uma...já ouvi falar disso no mercado de peixe. Ouvi uns comentários. ” (Entrevistado F, Polo Cidade).

“É difícil pra gente estar dentro de uma Resex e não saber ao certo como é e como funciona...a gente deveria ser os principais a ser informado, já que tem a ver com o que a gente trabalha que é a pesca e o caranguejo. ” (Entrevistada H, Polo Cachoeira).

“Eu já ouvi falar...mas nunca fizeram alguma reunião com a gente, tanto é que eu nem sei te dizer como é que isso funciona aqui. ” (Entrevistada I, Polo São João dos Ramos).

A desinformação representa um dos fatores limitantes para a participação da população que vive na Resex. Após seis anos de sua criação, a Unidade de Conservação hoje passa pela etapa referente à implementação dos instrumentos de gestão; porém, muitos atores, principalmente os usuários, ainda desconhecem o funcionamento da política.

A falta de mobilização também é um fator que tem influenciado para a ausência de atores sociais nos eventos e fóruns de discussões da Resex. As lideranças encontram dificuldades para conseguir atrair a população o que contribui para que a política não tenha uma efetiva participação social. Isso pode ser percebido na fala dos entrevistados:

“A participação da comunidade é muito importante porque são elas que conhecem a realidade das comunidades, já que vivem lá. E tem que levar as informações pras lideranças pra que as demandas cheguem até no Conselho (quando já tiver funcionando) pra que seja tomada qualquer decisão. Mas, é o que eu sempre digo: que o pescador é tipo assim quem tem um filho mal criado que não quer obedecer. O pai chama a primeira vez atenção, chama a segunda, a terceira. Assim, mesmo acontece. A gente convida pras reuniões e capacitações pra participar, mas poucos têm aparecido. E depois por não ouvirem e não obedecerem o chamado se sentem prejudicado. Mas, eles também não estão fazendo o papel deles. ” (Entrevistado A, Presidente da AUREMOCA).

“O processo participativo não é algo rápido de fazer. Não é só fazer uma reunião e criar o conselho. É preciso fazer o processo de capacitação, com as comunidades, publicizar o processo para que não haja questionamentos. Tentamos garantir o máximo de participação, mas as vezes não conseguimos. ” (Entrevistada 1, Servidora do ICMBio).

“O principal problema que ainda temos hoje é a mobilização. Conseguir fazer uma boa mobilização. Isso foi enfrentado nas oficinas para o processo de composição do conselho deliberativo, mesmo tendo uma mobilização prévia. Convencer as pessoas que é importante participar dos fóruns de debate, mesmo que o assunto não seja crédito, não seja o monetário. Que seja a importância do território e a parte ambiental. Esses ainda são os nossos principais gargalos. ” (Entrevistado 2, Servidor do ICMBio).

Fica evidente nos discursos que a participação e mobilização ainda apresentam muitas fragilidades, mesmo que os canais de participação estejam abertos a todas as comunidades. Poucos são os que desejam se engajar ativamente nas atividades da Resex e aqueles que se dispõem a fazê-lo, acabam dominando e tendo maior destaque, ainda que para alguns isso ocorra de maneira involuntária.

Governança ambiental: participação e relações de poder

Com base nos pressupostos teóricos da ecologia política discutidos nesta pesquisa, o conceito de governança ambiental busca discutir as assimetrias existentes nas relações de poder existentes na Resex-Mar Mocapajuba, visto que, neste território, há heterogeneidades nas relações sociais estabelecidas.

Nesse contexto, Câmara (2013) considera que a governança ambiental, apesar de já bem consolidada no Brasil, ainda carece de apoio na constituição de processos de gestão ambiental, nos seus aspectos legais, institucionais, de capacitação, de representatividade dos atores sociais e de interface com as demais políticas públicas. A compreensão da instituição da governança ambiental pode contribuir na análise da complexidade das interações entre o governo, setor privado, terceiro setor e a sociedade civil, e suas relações com o meio ambiente, buscando identificar o contexto e as razões históricas da sua configuração.

Assim, ao falarmos de governança, referimo-nos basicamente a um modo não hierárquico de governo, em que atores não estatais e diversos segmentos participam na formulação e implementação de políticas públicas (JACOBI; SINISGALLI, 2012). Considerando o cenário de disputas por poder e relações entre os diversos atores, o tema governança tem sido objeto de debate no que se refere tanto ao seu significado como à amplitude das questões que envolve. As situações apontadas como de governança indicam a importância da participação dos atores cujo interesses estejam em questão nos processos de tomada de decisões e de gestão (LORENZETTI; CARRION, 2012).

Partindo de uma extensa revisão bibliográfica sobre governança ambiental, Soares (2015, p. 86) considera que:

O conceito de governança ambiental no Brasil pode assumir diversas conotações, a saber: capacidade de ação do estado; exercício do poder; atuação múltipla de atores, pertencentes à esfera governamental ou não; formas de gestão; arcabouço normativo e regulatório, incluindo tratados e acordos internacionais; políticas de gestão ambiental, entre outras que agreguem novos elementos à maneira de lidar com o agir humano sobre o meio ambiente.

Dentro dessa perspectiva, é necessário considerar que, na Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, é notório que existem jogos de interesses e relações de poder que desencadeiam conflitos entre os atores sociais e que interferem diretamente na forma como a política será direcionada. As disputas por poder começam a aparecer e a participação começa a gerar questionamentos, porque existem atores que não se consideram incluídos no processo.

A construção social da instituição Resex é um processo dinâmico e aberto. Relações de poder se estabelecem e se reproduzem para concretizar a gestão participativa do território (JUNIOR et al., 2018). Os conflitos vão surgindo nas instâncias de governança entre os diversos atores que apresentam similaridades e divergências em seus discursos.

Dessa maneira, considera-se que a literatura enfatiza a governança, como a realizada por meio da participação, do envolvimento e da negociação de multiatores (*multistakeholders*), da descentralização, transferindo o poder para o governo local (*empowerment*), da unidade de gestão ambiental e de mecanismos para a resolução dos conflitos (JACOBI; SINISGALLI, 2012).

Para alguns, a descentralização e a participação permitirão tomadas de decisões e irão garantir autonomia. “A participação da sociedade nos processos decisórios, com direitos sociais que se efetivam por meio de políticas públicas, é a forma de realizar a governança, descentralizando funções e ampliando o número de participantes” (CAMARGO, 2016, p. 14). Porém, o que se percebe é que esta política, embora tenha a participação social como premissa, quem detém o controle é o Estado (representado na Resex Mocapajuba pelo ICMBio), que tem conduzido grande parte do processo. Isso se fortalece, principalmente em territórios em que representações da sociedade civil apresentam fragilidades, conflitos de representatividade e relações distintas de interesses em sua base.

As decisões acabam sendo tomadas sem a participação efetiva da comunidade e sem a necessária interferência e da forma como deveria acontecer, o que evidencia implicações nos processos de governança da Resex. O ideal do desenvolvimento participativo não se traduz em práticas democráticas amplas, mas sugere reflexões sobre como envolver os atores concernidos nas instâncias de governança do Estado (RIBEIRO, 2012).

A participação e os grupos de interesses na implementação de políticas públicas podem ser motivos de problemas para o processo de governança quando as organizações da sociedade civil não se encontram adequadamente representadas. Assim, Abrahão e Asmus (2018) destacam que uma boa governança pode ser definida como um sistema complexo de interações, com foco no bem-estar humano, na educação ambiental e na gestão participativa.

Percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido nos processos de gestão dentro de uma Unidade de Conservação. Mais do que isso, há evidências claras que os processos participativos nem sempre atuam com autonomia. Há um componente complexo e subjetivo que dá as diretrizes para este processo a ser percorrido, na forma de decisões políticas não facilmente mensuradas e não alinhadas às necessidades que surgem nesses espaços de gestão.

Na Resex-Mar Mocapajuba, o cenário atual evidencia disputas e insatisfações, revelando assimetrias na participação e no processo democrático estabelecido nas normas que regem as Unidades de Conservação. As organizações sociais, por não apresentarem uma base fortalecida, contribuem para que uma parcela da população não se sinta representada.

Pensando em uma escala maior, atualmente, a participação social ficou mais fragilizada ainda com o desmonte causado pelo atual governo, que representa uma ameaça aos canais de participação e que tenta reduzir o papel da sociedade civil nas políticas públicas, principalmente as de cunho ambiental. As populações tradicionais e suas representações nas políticas públicas, para o governo, são vistas como um atraso para a economia e para o Estado.

Em meio a essa arena de caos e retrocesso democrático, os conflitos internos nas comunidades tradicionais podem contribuir com a implementação de uma política que desconsidere processos participativos e a multiplicidade de atores existentes em seus territórios. Em contrapartida, quando há organizações sociais fortalecidas, fica mais fácil combater um governo que tenta acabar com as “vozes” da sociedade civil, por isso a necessidade de fortalecimento dos movimentos sociais que se encontram nos territórios, com implementação de políticas públicas como as Reservas Extrativistas.

Nesse contexto, Brito (2008) considera que não se pode afirmar que os conflitos na gestão ambiental e, principalmente, no gerenciamento das UCs, são totalmente negativos, pois são com as relações conflituosas que surgem diversas formas de entendimento e de crescimento, dando origem às negociações e à busca por mecanismos para a regulação da gestão destas áreas.

Portanto, os conflitos expressam que a realidade local é resultado das diversas relações sociais e políticas. Essas questões revelam fragilidades existentes e que, se bem compreendidas, podem direcionar na busca de alianças necessárias à gestão e ao desenvolvimento do território. A gestão participativa deve abrir espaços para os diversos segmentos, mas também proporcionar o diálogo, compreender os interesses e posicionamentos para que as decisões sejam tomadas de forma horizontal, democrática e legitimem as demandas da coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, esta pesquisa buscou analisar de que maneira está sendo articulada a participação dos atores sociais da Resex-Mar Mocapajuba, buscando compreender de que forma tem se estabelecido a participação dos atores no processo de gestão, se os atores sociais locais têm sido de fato sujeitos do processo e se os arranjos institucionais e regulatórios

estabelecidos para promover a participação da população usuária no processo de gestão estão tendo resultados satisfatórios.

O campo permitiu compreender que, na Resex-Mar Mocapajuba, existem trocas de conhecimento significativas entre as lideranças locais e a juventude. A efetiva participação das representações sociais é limitada por aspectos de mobilidade, recursos financeiros, falta de mobilização e desinformação sobre a política. Em meio a essas questões, somam-se conflitos de interesse, representatividade e relações de poder; envolvendo atores sociais e atores políticos. Os atores locais ainda são sujeitos do processo, mas com uma participação fragilizada, que é reflexo da ineficiente mobilização e engajamento da sociedade civil.

O Conselho Deliberativo, enquanto um importante instrumento de gestão e espaço de decisões para a Resex, que efetiva e legitima representações e demandas da sociedade civil, ainda passa por questões burocráticas para ser verdadeiramente efetivado. Isso fragiliza substancialmente ambos: processos de participação social na gestão e iniciativas de governança ambiental pelo Estado representado pelo ICMBio. Assim, a efetiva consolidação do Conselho Deliberativo é crucial para diminuir tensões e conflitos, e favorecer consensos para uma participação e gestão mais efetiva da Reserva.

Todas essas questões refletem nas instâncias de governança e contribui para que se desenhe um espaço com similaridades e divergências entre atores; e que se bem compreendidas, projetarão o futuro da Reserva, apesar dos consensos e conflitos existentes, fortalecendo os princípios para uma boa governança ambiental.

5 CONCLUSÃO GERAL

Este estudo objetivou analisar a participação dos atores da Resex Marinha Mocapajuba de São Caetano de Odivelas/Pa a partir do processo de criação e gestão desta Unidade de Conservação. Para realizar esta análise, tendo em vista aspectos históricos, sociais e instrumentos de governança relacionados a esta política pública, foi necessário discorrer sobre os elementos teóricos que subsidiaram a pesquisa. Dessa forma, buscou-se discutir o contexto histórico das Unidades de Conservação, especificamente as Reservas Extrativistas na Amazônia, que se deu em uma “trajetória da floresta ao mar” por ter tido sua origem nos seringais do Acre e ter abrangido outros ecossistemas marinhos amazônicos; a ecologia política, por ser um tema multifacetado e que permite o diálogo com governança ambiental, com o objeto de estudo da pesquisa- participação e gestão, que foram discutidos também sob a lente das Unidades de Conservação, especialmente as Reservas Extrativistas Marinhas.

Assim, devido à natureza desta pesquisa, foram relevantes a história oral e a pesquisa participante, permitindo uma abordagem de cunho etnográfico, que contribuiu para uma compreensão mais próxima da realidade estudada e para a percepção das relações participativas existentes em seu contexto histórico e atual.

As Reservas Extrativistas têm sua gênese nas lutas do movimento socioambiental e que, passado trinta anos de criação da primeira Reserva Extrativista, teve um aumento significativo de suas unidades, atravessando o outro extremo da Amazônia e chegando até os manguezais do nordeste paraense, garantindo a proteção de territórios e modos de vida de muitas populações tradicionais.

Nesse contexto, a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba emergiu a partir de ações de lideranças comunitárias, com uma ampla participação de atores sociais e diversas instituições articuladas, com representações em escalas locais, estaduais e nacionais. Nesse sentido, é válido destacar que esta conjuntura não é muito diferente da gênese das primeiras Reservas, que tiveram em seu bojo uma forte mobilização social precedida da percepção de questões ambientais e socioeconômicas.

Porém, ao aprofundar o estudo diacrônico da Resex-Mar Mocapajuba, evidencia-se um significativo papel das mulheres organizadas em associações; em que as lideranças femininas de pescadoras destacaram-se por seu empoderamento e protagonismo na conquista da política para o município de São Caetano de Odivelas; fato considerado novo ao movimento social das

Resex, em que foram incorporadas lutas de classe na busca por representatividade e visibilidade de mulheres pescadoras do nordeste paraense.

Verificou-se que, dentre as associações, a Colônia de Pescadores Z-4 apresenta, desde o processo de criação até atualmente na gestão, um grande engajamento com lideranças muito representativas, que sempre tiveram atuação nesta política no município e que têm um papel muito importante na troca de conhecimentos e na busca pelo empoderamento juvenil com perspectivas para o futuro da Resex.

Embora estes segmentos da sociedade estejam representados por suas lideranças de pescadores, os conflitos por representatividade do poder público local e outros sujeitos da sociedade civil são evidentes. Isso é um reflexo das fragilidades existentes na mobilização e no engajamento social, que contribuem para que os processos participativos, em muitos casos, estejam insatisfatórios.

Todos os fatores supracitados são influenciados ainda por questões relacionadas à mobilidade, aos recursos financeiros e à desinformação sobre esta política pública no município. A falta de entendimento de uma parcela da população local sobre o funcionamento e finalidades da política representa um grande obstáculo para que se efetive, de fato, a participação ativa dos atores sociais que vivem dentro da Resex. Esses fatores são determinantes e sinalizam que os processos participativos estão fragilizados, embora sejam estabelecidos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação no que se refere à Reservas Extrativistas.

Durante a pesquisa, constatou-se, ainda, que a Resex não tem seus instrumentos de gestão consolidados e ativos; o que representa um entrave para que se efetive e legitime as demandas da sociedade civil, principalmente o Conselho Deliberativo, que ainda está sob questões burocráticas para sua aprovação e funcionamento.

Diante do exposto, a participação é marcada por relações complexas entre atores locais e que envolvem questões políticas, relações de poder e conflitos que acabam refletindo nas instâncias de governança. Embora as Resex sejam áreas institucionalizadas, há, em determinados momentos, sobreposições em relação à participação, com consequentes divergências entre os atores sociais e políticos.

Assim, compreende-se que a realidade estudada é uma parcela de uma totalidade de territórios abrangidos por Unidades de Conservação e, que de acordo com a literatura, apresentam muitas similaridades, pois as populações que vivem nestes territórios são marcadas por embates com o poder público, e sempre tiveram que lutar para terem suas demandas

atendidas. Com o passar dos anos, a política avançou para outros territórios e foi se reinventando com novos protagonistas e formas de gestão.

A trajetória das Unidades de Conservação traz inovações e, ao chegar nos ambientes marinhos, apresentam novas formas de gerir o território, pois, nas primeiras Resex florestal, havia o predomínio da autogestão e, atualmente, a gestão é compartilhada. Esse modelo de gestão prevê a participação da comunidade, inclusive com um número expressivo de representantes da sociedade civil, porém, quem conduz os processos são representantes de órgãos governamentais, sendo o ICMBio (órgão gestor) na Resex Mocapajuba.

De acordo com o que foi evidenciado nesta pesquisa, para que esse modelo de gestão apresente resultados positivos, há a necessidade de uma maior articulação e engajamento social para que a gestão, de fato, ocorra de forma horizontal e as decisões legitimem as demandas das comunidades existentes na Resex. A gestão compartilhada conduz a novas possibilidades, mas apresenta dificuldades quando a participação ativa das comunidades se apresenta fragilizada, com conflitos inerentes à representatividade e ao poder.

Infere-se que a realidade dessas populações ainda está sujeita à marginalização pelo poder público, e, no atual cenário, isso se mostra ainda mais evidente. Há um retrocesso em relação à participação da sociedade civil, com a chegada de um governo que vê os territórios protegidos e populações tradicionais como um atraso à economia do país. Temas como o desmatamento na Amazônia nunca foram tão ressurgentes, assim como na época em que Chico Mendes lutava para que as seringueiras ficassem em pé, ameaçadas por conflitos agrários e socioeconômicos.

Dentro desse contexto, constata-se que a Resex-Mar Mocapajuba é a última criada (em outubro de 2014), o que significa que já são seis anos sem criação de novas Resex na Amazônia, apesar das demandas. Isso por si só já é ruim, e demonstra uma invisibilização das demandas desses grupos que lutam por garantias de seus territórios.

A chegada de Jair Bolsonaro ao poder, em 2018, com ideais ultraconservadores, piora a situação e pauta uma agenda de grandes retrocessos e ameaças aos territórios historicamente conquistados, e uma campanha direta contra populações tradicionais, especialmente os povos indígenas da região.

Muitas ameaças dos anos 80 retornam, vários territórios sendo invadidos por grileiros, desmatamento aumenta, processos e fóruns de participação e governança estão sendo fragilizados. Podemos definir isso como uma “ecologia política do retrocesso”, na qual as forças políticas se encaminham para uma total insustentabilidade do meio ambiente, em um contexto

sociopolítico marcado por desmontes das instituições ambientais e a tentativa de reprimir a participação dos atores sociais nas políticas públicas. Isso impacta diretamente nas populações que vivem em territórios protegidos, como as Reservas Extrativistas.

Fica explícita a relação entre a política e a questão ecológica, que retornam para o debate da região amazônica, com novos temas emergentes no atual cenário brasileiro e mundial, pois, no momento que me debruço sobre a escrita desta dissertação, o mundo vive a pandemia da COVID-19 (novo Coronavírus), e o cenário brasileiro é caótico exatamente por um momento político complexo que atravessamos.

Na Amazônia, os grileiros de terra e os agentes de desmatamento “não fazem quarentena”, e as ameaças aos territórios se aprofundam. Todo esse cenário está em consonância com o discurso do presidente, que tem um ministro do Meio Ambiente que busca aproveitar o foco da imprensa e da população na pandemia do COVID-19 para “passar a boiada” (discurso do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em uma reunião interministerial em 22 de abril de 2020), fazendo referência à expansão do agronegócio, aos ataques às populações tradicionais, à flexibilização das leis ambientais, à fragilização de territórios de proteção ambiental etc.

As reflexões sobre COVID-19 e seus impactos nesses territórios de UCs são muito periféricas no debate do momento. Dessa forma, faz-se necessário analisar de que forma as Resex e suas populações no ambiente costeiro do nordeste paraense estão sendo potencialmente afetadas, pois são muitas as precariedades ambientais e socioeconômicas existentes nesses territórios.

Isso lança algumas discussões e bases para outras reflexões e com novas perspectivas. O grande desafio desta pesquisa está na continuidade, na importância em aprofundar e ampliar o debate sobre as populações tradicionais que vivem na Amazônia lutando pela permanência em seus territórios e de seus modos de vida.

São muitos os desafios existentes, o que significa que essas populações continuam tendo que lidar com a invisibilidade. Assim, a partir dos resultados obtidos nesta pesquisa, é válido considerar que, para a criação e funcionamento das Resex, torna-se necessário o fortalecimento das instituições locais em consonância com uma maior organização comunitária e uma participação ativa dos atores locais, compreendendo e assumindo o seu papel para que, de fato, a política consiga resgatar o que está em sua gênese, que é a forte mobilização, maior representatividade e o empoderamento dos atores sociais para terem suas demandas atendidas.

Dessa forma, os problemas existentes nas Unidades de Conservação (especificamente as Resex) não representam uma reprovação do modelo, mas a necessidade de fortalecimento e resistência em meio aos rastros do sistema capitalista, que desconsidera a importância que essas comunidades representam para o território amazônico.

Destarte, essa triste realidade é um indício de que mais uma vez é preciso resistir e os movimentos sociais precisam estar fortalecidos, e a participação ativa dos atores sociais se faz cada vez mais necessária para que o legado de Chico Mendes sobreviva ao caos de um governo que tenta calar as “vozes” da sociedade, sobretudo as que vivem marginalizadas pelo poder público na “cobiçada” Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, G. R.; ASMUS, M. Sistema de governança em unidades de conservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 44, p. 104-178, 2018.
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. *In*: ARNDT, R. (Ed.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Dumará, 1994, p. 17-47.
- ALLEGRETTI, M. Construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 39-59, 2008.
- ALLEGRETTI, M.; CUNHA, L. H. O.; SCHMINK, M. 30 anos do legado de Chico Mendes. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 1-6, 2018.
- ALMEIDA, H. M. Participação e representação popular. **Revista Imes**, p. 26-31, 2004a.
- ALMEIDA, M. W. B. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 33-53, 2004b.
- ALMEIDA, M. W. B.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 25-49, 2018.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 1-138.
- AUREMOCA. **Estatuto da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mocajuba/São Caetano de Odivelas-PA-AUREMOCA**. 2018.
- BATISTA, I. M. S. **Fragilidade sociopolítica e/ou organizativa da população com uma significativa desarticulação e disputa política/ideológica das entidades representativas dos usuários, falta de articulação entre população local e poder público**. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido), Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- BECKER, H. S. **Observação social e estudos de caso sociais: métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução Marcos Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 117-133.
- BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 1-168.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 1-81.
- BRUMMER, A.; ROSENFELD, C. L.; HOLZMANN, L.; SANTOS, T. S. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. *In*: PINTO, C. R. J.; GUAZZELI, C. A. B. (Orgs). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora: UFRGS, 2008, p. 125-147.
- BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. **Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais**, n. 1, p-1-12, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**, 2000. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso em: dez. 2018.

_____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007, que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável**, Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022007.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. Decreto de 10 de outubro de 2014. **Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba, no município de São Caetano de Odivelas no estado do Pará**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL-03/-Ato2011-2014/2014/Dsn/Dsn14009.htm>. Acesso em: 03 abr. 2018.

_____. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. **Instrução Normativa ICMBio nº 09, de 05 de dezembro de 2014- Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br>. Acesso em: 02 jan. 2019. Acesso em: 02 jan. 2019.

CÂMARA, J. B. D. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p- 125-146, 2013.

CAMARGO, D. A. **Reflexões sobre governança democrática no poder local: a arte de governar compartilhada entre estado e sociedade**. In: XII Seminário Nacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 2016.

CASTILHO, R. S. R. **Resenha histórica- São Caetano de Odivelas-Pará**. 1. ed. Belém: Rocha Gráfica e Editora Ltda., 2002.

COSTA, P. C. P. Reservas extrativistas marinhas: reflexões sobre desafios e oportunidades para a cogestão em áreas marinhas protegidas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 417-431, 2018.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012, p. 67-111.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, D. (Coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**: FACES/ Universidad Central de Venezuela, 2004.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. (Org.). **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010, p. 341-385.

DUMITH, R. C. A importância da gestão compartilhada e das áreas marinhas protegidas para o sistema sociológico da pesca artesanal: o caso das reservas extrativistas marinhas. **Geo Textos**, v. 8, n. 2, p. 97-121, 2012.

FADIGAS, A. B. M.; GARCIA, L. G. Uma análise do processo participativo para a conservação do ambiente na criação da reserva extrativista Acaú-Goiana. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 3, p. 1-15, 2010.

FERNANDES, J. G. S. **O boi de máscaras: festa, trabalho e memória na cultura popular do boi Tinga de São Caetano de Odivelas, Pará**. 1. ed. Belém: EDUFPA, 2007.

FERREIRA, G. C.; SILVA, C. N.; MARINHO, V. N. M. **Território, territorialidades e conflitos de pesca no estuário paraense: o caso de São Caetano de Odivelas**. In: XIII ENANPEGE, 2019.

FILHO, B. S. Conflitos e estratégias para a governança territorial: o caso da Resex Chapada Limpa. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 11, n. 22, p. 43-60, 2014.

FIDELLIS, C. N. A. **A pesca de curral no município de São Caetano de Odivelas-Pa**. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

FITTIPALDY, M. C. P. M. **Reserva extrativista Chico Mendes: dos empates à pecuarização ?**. Rio Branco: Eudfac, 2017, p. 1-105.

FLEXOR, G.; LEITE, S. Análise das políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: FATIMA, E. N. *et al.* (Orgs.). **Mundo Rural IV: Configuração Rural-Urbans: Poderes e Políticas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

FLORENTINO, G.; SILVA, D.; FREITAS, J. Análise de reservas extrativistas a partir da economia ecológica. **Observatorio de La Economía Latinoamericana**, v. 16, p. 2-10, 2016.

FREITAS, J. S.; MATHIS, A.; FILHO, M. C. F.; HOMMA, A. K. O.; SILVA, D. C. C. Reservas extrativistas na Amazônia: modelo de conservação ambiental e desenvolvimento social?. **Geographia Niterói**, v. 19, n. 40, p.150-160, 2017.

FREIRE, J. S. E. **Participação e educação: concepções presentes nos estudos da Revista Educação & Sociedade**. (1978-2010). 2011. 223 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. v. 13, n. 1, p. 129-146, 2018.

GOMES, C. V. A.; ALENCAR, A.; VADJUNEC, J. M.; PACHECO, L. M. Extractive reserves in the Brazilian Amazon thirty years after Chico Mendes: social movement achievements, territorial expansion and continuing struggles. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 anos do legado de Chico Mendes, p. 74-98, nov. 2018.

GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs.). **Unidades de conservação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 1-296.

HASBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 1-320.

HOMMA, A. K. O. **Colhendo da natureza**: o extrativismo vegetal na Amazônia. Brasília: Embrapa, 2018. p. 1-219.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Geografia de São Caetano de Odivelas**, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/sao-caetano-de-odivelas/panorama>. Acesso em: ago. 2019.

JACOBI, P. R.; SINISGALLI, P. A. Governança ambiental e economia verde. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 17 n. 6, p. 1469-1478, 2012.

JATOBÁ, S. U.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. Ecologismo, ambientalismo e ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.

JUNIOR, S. R. S.; MANESCHY, M. C.; RIBEIRO, T. G.; SILVA, T. I. Desafios da gestão participativa de recursos naturais em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 21 n. 2, p. 173-191, 2018.

JÚNIOR, P. L. T. P. Desvelando o invisível: os movimentos sociais na pesca e suas ações no estuário do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 2, n. 3, p. 51-62, 2007.

JÚNIOR, E. C.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas**: Bertrand Brasil, 2012.

LEFF, E. Relações de conhecimento de poder no domínio na ecologia política. **Revista Ambiente e Sociedade**, n. 14, p. 1-30, 2017a.

LEFF, E. Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la Ecología Política: una mirada desde el Sur. In: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C. T.; MARTÍN, F. (Orgs.). **Ecología Política Latinoamericana**. Buenos Aires: CLACSO, p. 129-165, 2017b.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 1-15, 2006.

LIMA, M. E. A.; SELVA, V. S. F.; RODRIGUES, G. G. Gestão participativa nas reservas extrativistas: a atuação do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 9, n. 4, p. 1072-1087, 2016.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, n. 25, p. 31-64, 2006.

LORENZTTI, J. V.; CARRION, R. M. Governança ambiental global: atores e cenários. **Caderno EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 721-735, 2012.

MANESCHY, M. C.; RIBEIRO, T. G.; MOREIRA, E. S.; NUMMER, F. V.; GONÇALVES, I. L. M. P. Sociologia e gestão ambiental: considerações a partir de uma Reserva Extrativista Marinha. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 53, n. 2, p. 339-348, 2017.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. [tradutor Maurício Waldman]. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MALCHER, E. P.; CARDOSO, L. M. **Estudo das populações de uca do manguezal do rio mojuim, no município de São Caetano de Odivelas (Pa)**. 2016. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas), Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MELLUCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, 1989.

MICHELAT, G. Sobre a utilização de entrevista não-diretiva em sociologia. *In*: THIOLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 191-212.

MILANI, C. R. S. Ecologia política, movimentos ambientalistas e contestação transnacional na América Latina. **Caderno CRH/Universidade Federal da Bahia**, v. 21, n. 53, p. 289-303, 2008.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Estudo socioambiental referente a proposta de criação da Reserva Extrativista Marinha no município de São Caetano de Odivelas, estado do Pará**. 2004.

MIRANDA, R. S. Ecologia política e processos de territorialização. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 1, p. 142-161, 2013.

MUNIZ, L. M. Ecologia política: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, p. 181-196, 2009.

MURRIETA, J. R.; RUEDA, M. P. **Reservas extrativistas**. Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido: serviço de publicação da União mundial para a conservação, 1995.

NASCIMENTO, T. P.; NASCIMENTO, J. R. Participação social nos processos de criação e gestão da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua - PA, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, n. 1, v. 23. p. 129-154, 2020.

NEVES, E. Participação comunitária na gestão de recursos pesqueiros na reserva extrativista marinha de Soure, Amazônia marajoara (PA). **GeoTextos**, n. 1, v. 16, p. 37-61, 2020.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever**. 2. ed. Brasília: Paralelo15; São Paulo: Editora Unesp, 2000.

PICANÇO, M. S. M. A formação vegetal do município de São Caetano de Odivelas (PA), por meio de produtos de sensoriamento remoto. **Revista Geonorte**, v.1, n.4, p. 113-124, 2012.

PIMENTEL, M. A. S. Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: Conflitos e resistência. **Ambientes**, v. 1, n. 1, p. 191-218, 2019.

PRADO, D. S.; SEIXAS, C. S. Da floresta ao litoral: instrumentos de cogestão e o legado institucional das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 281-298, 2018.

PROST, C. Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso?. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 321-342, 2018.

REGO, J. F. Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo. **Ciência Hoje**, v. 25, n. 147, p. 62-65, 1999.

RELATÓRIO FINAL PARA DEFINIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA-PA. **Processo de criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba/Pa**, nº 02122.001647/2017-54. 2019.

RIBEIRO, T. G. A participação no desenvolvimento: o discurso das políticas públicas para a Amazônia. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 9, n. 18, p. 117-136, 2012.

ROCHA, G. M. Aprendizagem territorial. *In*: ROCHA, G. M.; TEISSERENC, P.; SOBRINHO, M. V. (Orgs.). **Aprendizagem territorial: Dinâmicas Territoriais, Participação e Ação Local na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

RODRIGUES, M. R. **A atuação da associação dos usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua (Pa) diante de conflitos sociais relacionados ao uso dos recursos naturais**. 2017. 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SANTOS, P. A. A ecologia política e a avaliação de política públicas: reexplorando o caso de Tatajuba, Ceará. **Artigos inéditos**, v. 2, p. 13-26, 2011.

SANTOS, S. P. **Resex-Mar de São Caetano de Odivelas/PA: Uma etnografia dos conflitos socioambientais**. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SANTOS, L. C. B.; SCHMITZ, H. As dificuldades da participação dos usuários na gestão da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, estado do Pará. **Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer**, v. 13, n. 23, p. 62-71, 2016.

SANTOS, R. I. **Ação local em um ambiente marinho amazônico: município e Resex de São João da Ponta (Pa) - aspectos de um movimento socioterritorial inovador**. 2018. 186 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Pará, Belém/Pa, 2018.

SANTOS, C. Z.; SCHIAVETTI, A. Reservas extrativistas marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 39, n. 4, p. 479-494, 2013.

SAYAGO, D. A. V. **A participação: o dilema entre localismo e o globalismo**. Colóquio Participação e Governo. Belém: NEAF/CA/UFPA, 2002.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: ED.UFPA, 2012.

SILVA, J. B.; SIMONIAN, L. T. L.; COSTA, A. P.; BATISTA, I. M. S. **Sustentabilidade institucional em Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira**. Belém: NAEA/UFPA, 2013, p. 1-20.

SILVA, D. W; CLAUDINO, L. S.; OLIVEIRA, C. D.; MATEI, A. P.; KUBO, R. R. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 557-577, 2016.

SILVA, T. I. **Conflitos sociais e partilha de políticas públicas**: a atuação da Associação dos Usuários da Resex Caeté- Taperaçu - Bragança-PA. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, C. R. M.; CARDOSO, L. M. **Terminologia dos pescadores no município de São Caetano de Odivelas/Pa**. 2018. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras/Língua Portuguesa). Universidade do Estado do Pará, Vigia de Nazaré, 2018.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas reservas extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 118-139, 2018.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOARES, C. C. S. S. **Governança ambiental**: conceitos, abordagens, focos e lócus de pesquisa. 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

VIVACQUA, M. Reservas extrativistas marinho-costeiras: reflexões sobre o estágio pre-implantação. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. 1-20, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário direcionado aos atores sociais.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES-INEAF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS-
PPGAA

Questionário 1

Roteiro

Data: ____/____/____ Hora: _____

I - Informações Gerais:

1. Nome: _____

2. Localidade: _____ Polo: _____

3. Em que município você nasceu? _____

A - Idade? _____ anos

Sexo: _____

B - Há quanto tempo mora na Resex? _____ anos

C - Onde morava antes? _____ (se não for Odivelense)

4. Qual a sua escolaridade? _____

II - Fatores Econômicos:

5. Quais atividades econômicas você desenvolve: _____

6. Como comercializa seus produtos:

() Cooperativa, associação () Atravessador () Direto na cidade () Outros

7. Qual a sua renda média mensal: _____

8. Quais dos produtos explorados você acha que tem maior potencial? Por quê?

III - Fatores de Criação da Resex:

9. Como surgiu a Resex? Por que foi criada?

10. Você sabe quais foram as pessoas que estavam envolvidas nesse processo?

11. Quais foram os atores e associações mais significativos que atuaram nesse processo?

12. Qual a importância da criação da Resex para São Caetano de Odivelas?

13. Cite exemplos de conflitos marcantes desde a criação da Resex e como foram resolvidos.

IV - Estrutura Social:

14. Você é associado a alguma organização comunitária?

Sim () () Não

Caso a resposta seja positiva:

Nome da organização comunitária	Ano de associado	Teve cargo?	Qual?	Período que trabalhou
		<input type="checkbox"/>		
		<input type="checkbox"/>		
		<input type="checkbox"/>		

Motivo de se associar:	Problemas com associação:	Benefícios da associação:

Caso resposta negativa, por que não participa?

15. Formas de comunicação na Resex?

radio pessoas/recados televisão telefone, radio outros _____

16. Mobilidade na Resex:

a pé ônibus animal lotação outros. _____

V - Gestão e Participação na Resex:

17. Você sabe o que é o Conselho Deliberativo e qual a sua função?

18. Como foi feita a escolha dos conselheiros?

19. Você sabe como o Conselho funciona e quem faz parte dele?

20. Você acha que o Conselho Deliberativo contribui na administração da Resex com a participação dos moradores?

Sim De que forma? _____

Não

21. Para você, de que forma a participação das comunidades pode influenciar na gestão da Resex?
22. Você sabe o que é um Plano de Manejo e qual a sua função?
23. Você sabe quais ações estão sendo realizadas na Resex atualmente?
24. Você sabe qual é o órgão gestor da Resex? E quem são os seus representantes na Resex Mocapajuba?
25. Como estão articuladas as atividades da Resex?
26. Quais reuniões você já participou? O que foi discutido?
27. Como são tomadas as decisões relacionadas à Resex?
28. Como você define a sua participação na Resex?
29. Qual é a vantagem de morar em uma Resex?
30. Qual é a desvantagem de morar em uma Resex?
31. Você acha que essa política está tendo bons resultados ao tentar preservar os recursos marinhos?
32. Como você vê o futuro da Resex daqui a alguns anos? Como gostaria que fosse?

APÊNDICE B – Questionário direcionado aos representantes do ICMBio.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES-INEAF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS-
PPGAA

Questionário 2**Roteiro**

Nome	Idade	Sexo	Função na Resex
		M () F ()	

1. Quais as associações, cooperativas, sindicatos etc. que você conhece da Resex?
2. Quais foram as pessoas ou grupos que mais influenciaram para criação da Resex?
3. Quem demandou a Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba?
4. Quais os fatores que levaram à criação da Resex?
5. Como foi feita a escolha dos Conselheiros que fazem parte do Conselho Deliberativo?
6. Quais as dificuldades para a consolidação da Resex?
7. De que forma o ICMBio atua na Resex?
8. De que forma vocês se articulam com os atores sociais?
9. Quais associações estão mais atuantes na Resex?
10. Quais associações têm representantes no Conselho Deliberativo?
11. Quais as ações que estão sendo realizadas atualmente na Resex?
12. Quais os principais problemas enfrentados pela gestão?
13. Quais os instrumentos de gestão implementados?
14. Como é a relação com os atores sociais?
15. Todos os polos estão bem engajados e representados nas ações?
16. Como está o andamento do Plano de Manejo?
17. As comunidades apresentam-se bem ativas nas reuniões?
18. Vocês enfrentam dificuldades em relação à participação da comunidade?

APÊNDICE C – Modelo do Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada “Da floresta ao mar”: participação e gestão de uma recém-criada Reserva Extrativista Marinha no nordeste paraense, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares da Universidade Federal do Pará. A pesquisa tem como *objetivo geral* analisar a participação dos atores da Resex Marinha Mocapajuba de São Caetano de Odivelas/PA nos processos de criação e gestão desta Unidade de Conservação.

Leia as informações abaixo e discuta com quem desejar. Pergunte se houver algo que não esteja claro ou caso queira mais informações.

1. Quais são os objetivos específicos desse estudo?

- Identificar os fatores que motivaram a criação da Resex Marinha Mocapajuba e os atores que articularam este movimento;
- Discutir a regulamentação dos instrumentos de gestão da Resex, e se estes estão atendendo aos seus objetivos ao serem implementados em ambientes marinhos;
- Analisar de que maneira está sendo articulada a participação dos atores sociais desta Unidade de Conservação.

2. Por que fui escolhido(a)?

Porque você é um sujeito vinculado à Resex Marinha Mocapajuba.

Eu sou obrigado a participar da pesquisa?

Não. Você é livre para decidir, sem se justificar e sem que isso afete a relação com a pesquisadora.

3. Quais os riscos e benefícios em participar da pesquisa?

Não há riscos aos participantes desta pesquisa. Como benefício, a pesquisa irá contribuir com o debate sobre participação e gestão da Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba do município de São Caetano de Odivelas/Pa.

4. As informações e registros fotográficos da minha participação são confidenciais?

As informações e imagens sobre você nesta pesquisa serão gravadas, anotadas, registradas e usadas para análise dos resultados. Seu nome e imagem só serão revelados fora da instituição de pesquisa se você autorizar.

5. E se eu quiser fazer alguma reclamação e/ou obtiver mais informações?

Nessa situação, você poderá entrar em contato com o orientador desta pesquisa (Prof. Carlos Valério Aguiar Gomes) pelo e-mail: valeriogomes@ufpa.br.

6. Se eu concordar em participar, o que devo fazer?

Você deve assinar este termo de consentimento e responder à entrevista.

Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser remunerado, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa.

Eu, _____,

Abaixo assinado, concordo em participar desta pesquisa. Declaro que fui informado(a) e esclarecido(a) pelo aluno/pesquisador **Letícia Malcher Cardoso** sobre o tema e objetivo da pesquisa, assim como a maneira como ela será feita e os benefícios e os possíveis riscos decorrentes da minha participação.

Autorizo que meu nome imagem apareça na pesquisa

Não autorizo que meu nome imagem apareça na pesquisa

APÊNDICE D – Compilação das oficinas comunitárias e da reunião final para compor o Conselho Deliberativo.

Quadro 3 – Estruturação das oficinas comunitárias e reunião final realizadas para compor o Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.

Data	Local	Para atender às comunidades de:	Pauta	Representações que participaram
29/01/2019	Colônia de Pescadores z-4	Jutaí, Cahoeira, Cahoeirinha, e bairro Pepeua/sede	CONSELHO GESTOR FORMAÇÃO DO PARA PREPARATÓRIAS OFICINAS	Pescadores das comunidades de Jutaí, Cahoeira, Cahoeirinha, bairro Pepeua/sede UFPA, Colônia de Pescadores z-4, Auremoca, Prefeitura Municipal, e servidores do ICMBio
30/01/2019	Escola Municipal Vila Paraíso KM (08)	Vila Mururé Km (10), Vila Paraíso Km (08), Itapepoca, Laranjeira, Guajará e Santa Maria da Barreta		Comunidades: Vila Mururé Km (10), Vila Paraíso Km (08), Itapepoca, Laranjeira, Guajará e Santa Maria da Barreta UFPA, Colônia de Pescadores z-4, Auremoca, Associação dos comerciantes e servidores do ICMBio
18/02/2019	Escola Municipal de Ponta Bom Jesus	Ponta Bom Jesus, Espanha, Monte Alegre, Camapú-Miri e Madeira		Comunidades: Ponta Bom Jesus, Espanha, Monte Alegre e Camapú-Miri Colônia de Pescadores z-4, Auremoca e servidores do ICMBio
19/02/2019	Salão Paroquial da Comunidade de Boa Vista	Boa Vista, Alto Camapú, Pererú de Fátima e Aê		Comunidades: Boa Vista (incluindo a Vila Sorriso) e Pererú de Fátima UFPA, Colônia de Pescadores z-4, Auremoca e servidores do ICMBio
20/02/2019	Associação Filhos e Amigos de São João dos Ramos	São de Ramos e Ilha São Miguel		Comunidade: São João dos Ramos UFPA, Colônia de Pescadores z-4, Auremoca e servidores do ICMBio
12/04/2019	Colônia de Pescadores Z-4	—		REUNIÃO FINAL PARA APRESENTAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO

Fonte: Elaborado por Letícia Malcher (2020) a partir dos dados das atas das oficinas comunitárias e do relatório da reunião final.

ANEXOS

ANEXO A – Carta de adesão da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Caetano de Odivelas.



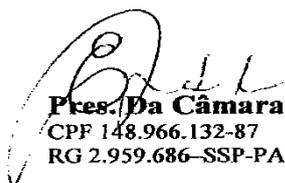
ESTADO DO PARÁ
CAMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

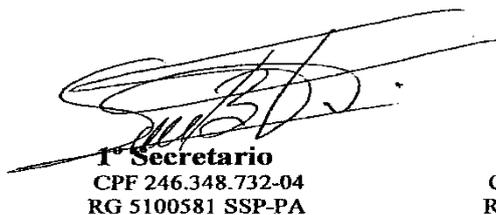
São Caetano de Odivelas, 04/08/06

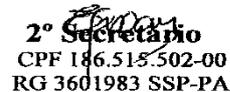
CARTA DE ADESÃO

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Caetano de Odivelas, através de seu Presidente Sr. ENOC PALHETA DE ALBUQUERQUE, brasileiro, paraense, casado, portador da RG nº 2959686-SSP/PA., CPF: 148.966.132-87, residente e domiciliado nesta Cidade a Av. Magalhães Barata, s/n Bairro do Umarizal, CEP: 68.775-000, neste Município de SCO-Pa, vem aderir de forma ampla e irrestrita a criação da RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA, de acordo com o Decreto Lei nº 98.897 de 30 de 01 de 1990 do Ministério do Meio Ambiente.

Para melhor clareza firmamos a presente adesão.


Pres. Da Câmara
CPF 148.966.132-87
RG 2.959.686-SSP-PA


1º Secretario
CPF 246.348.732-04
RG 5100581 SSP-PA


2º Secretario
CPF 186.515.502-00
RG 3601983 SSP-PA

PROTOCOLAGEM
IBAMA-PA
Proc.: 002151/06-32
Fts.: 05
Rubrica: 

ANEXO B – Carta de retratação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Caetano de Odivelas.

ESTADO DO PARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

P. 1



ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

São Caetano de Odivelas (PA), 01 de setembro de 2006.

CARTA DE RETRATAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Caetano de Odivelas, através de seu Presidente Sr. ENOC FALHETA DE ALBURQUE, brasileiro, paraense, casado e domiciliado nesta cidade, à Av. Magalhães Barata, S/Nº, Bairro do Umarizal, CEP 66.775-000, neste município de SCO-PA, vem retratar a decisão anterior de adesão à criação da Reserva Extrativista Marinha, referente a "Carta de Adesão" assinada por esta presidência no dia 04.08.2006 nesta mesma Câmara Municipal. Justifica-se essa decisão pelo reconhecimento de que o referido documento não foi submetido à apreciação e aprovação dos demais membros desta Casa.

Salienta-se que esta carta de retratação foi devidamente aprovada em plenário da Câmara mediante a decisão contrária à criação da Reserva Extrativista Marinha no município de São Caetano de Odivelas.

Para melhor clareza firmamos a presente retratação à adesão anterior.


Pres. da Câmara
CPF nº 148.906.132-87
RG. 2.959.686-SSP/PA.


1º Secretário
CPF nº 246.348.732-04
RG 5100581-SSP/PA


2º Secretário
CPF nº 186.515.502 - 00
RG 3601983-SSP/PA

ANEXO C – Carta de adesão da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas.



ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas
GABINETE DO PREFEITO

End. : Av. Floriano Peixoto nº 01 – Bairro: Centro – CEP. : 68.775-000
CNPJ. : nº. 05.351.614/0001-31 São Caetano de Odivelas – PA

São Caetano de Odivelas, 16 de junho de 2008.

CARTA DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas, através do Prefeito **RUBENS DE OLIVEIRA BARBALHO**, brasileiro, paraense, casado, portador da RG nº. **1303228- SSP-PA**, CPF nº. **174.930.722-72**, residente e domiciliado nesta cidade no Ramal da Cachoeira Km2, S/nº Bairro da Santíssima Trindade, CEP: **68.775-000**, neste Município de São Caetano de Odivelas-Pa, vem aderir de forma ampla e irrestrita a criação da **RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA**, de acordo com o Decreto Lei nº. 98.897 de 30 de 01 de 1990 do Ministério do Meio Ambiente.

Para melhor clareza firmo a presente adesão.



RUBENS BARBALHO
Prefeito Municipal

ANEXO D – Carta de adesão da AMUPESC.



ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES NA PESCA DE CACHOEIRA
AMUPESC
FUNDADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 1997
CNPJ: 02816558/0001-75

SÃO CAETANO DE ODIVELAS

CARTA DE ADESÃO

Associação de Mulheres na Pesca de Cachoeira de São Caetano de Odívelas através de seu Presidente MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS NASCIMENTO, casada, brasileira, paraense, portadora da RG. Nº 1923417 SSP/PA CPF 332850552-00, residente e domiciliada em Cachoeira na Rua Ajax Rodrigues CEP 68775.000 neste município de São Caetano de Odívelas-PA vem aderir de forma ampla e irrestrita a criação da Reserva Extrativista marinha, de acordo com o decreto nº 98897 de 30 de janeiro de 1990 do Ministério do Meio Ambiente.

Para melhor clareza firmo e assino a presente adesão.

Maria do Socorro dos S. Nascimento
MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS NASCIMENTO
Presidente

PROTÓCOLO GERAL I
IBAMA-PA
Proc.: 002151/06-32
Fls.: 11
Rubrica:

ANEXO E – Carta de adesão do MOPEPA.



PROTOCOLO GEREX I

IBAMA-PA

Proc.: 002157/06-32

Fis.: 02

Rubrica:

MOVIMENTO DOS PESCADORES DO PARÁ – MOPEPA**CNPJ: CNPJ: 03.337.137/0001-24**

Rodovia Augusto Montenegro, km 07 – Parque Verde (CEPLAC).

Bloco I – Nova Marambaia – CEP: 66635-110 – Belém/Pará

Tel. (91) 3084-1874 / 8142-8037 E-mail: mopepa.pescadores@bof.com.br**CARTA DE ADESÃO**

Belém, 20 de Setembro de 2006

O Movimento dos Pescadores do Pará – MOPEPA, através do seu Coordenador, LOURENÇO BOUÇÃO DA SILVA, brasileiro, paraense, casado, pescador, portador do CPF: 372.919.982-04 - RG: 2794190 SSP/PA, residente e domiciliado no Município de Cachoeira do Arari/PA, vêm aderir de forma ampla e irrestrita a Criação da Reserva Extrativista Marinha, do Município de São Caetano de Odilevas/PA, de acordo com o Decreto Lei nº 98.897 de 30 de Janeiro de 1990 do Ministério do Meio Ambiente.

Para melhor clareza firmo a presente adesão

Carita Rosa das Chagas
 Carita Rosa das Chagas - P/Coordenação do MOPEPA
 RG: 2938778 SSP/PA, CPF: 212.343.292-04.

ANEXO F – Representantes indicados pelas comunidades para representar cada polo no Conselho Deliberativo.

RESERVA EXTRATIVISTA MOCAPAJUBA (AEROMOCA)

CNPJ: 21. 551.349/0001-91

JOÃO BRAZ DE SOUSA, Nº 58 - CENTRO

SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PARÁ

Fone: (91)99270-9869 - E-mail:mocapajuba@gmail.com

NOMES DAS LIDERANÇAS QUE FORAM INDICADOS PALAS COMUNIDADES QUE REPRESENTAN OS PÓLOS DA RESERVA EXTRATIVISTA MOCAPAJUBA DO MUNICIPIO DE SÃO CAETANOS DE ODIVELAS-PÁ. PARA REPRESENTAR OS PÓLOS NO CONSELHO DELIBERATIVO DA MOCAPAJUBA.

PÓLO – SÃO JOÃO DOS RAMOS E ILHA SÃO MIGUEL.

TITULAR – SOCRATES ATAIDES DOS SANTOS

RG: 4453974, CPF: 148.229.752-68 e Celular: (91)984526355

SUPLENTE – EVALDO DA CONCEIÇÃO FONSECA

RG:4656116, CPF:900.883.792-72 e Celular:(91)992343381

PÓLO – PÁScoa

TITULAR – JONAS SANTOS DOS SANTOS

RG: 3528637, CPF: 796.742.592-87 e Celular: (91) 988944004

SUPLENTE – MANOEL FERREIRA DE OLIVEIRA

RG:5100491, CPF:377.515.492-20

PÓLO – SANTA MARIA DA BARRETA

TITULAR – RENILDE PIEDADE DA SILVA

RG: 4131066, CPF: 928.377.602-00 e Celular: (91)992798756

SUPLENTE – ESTER ROSSI DANTAS DE ALBUQUERQUE

RG:2588426, CPF: 723.964.152-04 e Celular: (91) 993975813

PÓLO – BOA VISTA

TITULAR – RAIMUNDO NONATO ROCHA DA SILVA

RG: 1923506, CPF: 332.869.062-04 e Celular:(91)993348599

SUPLENTE – LUCILEIA SOARES PEREIRA

RG:2218176, CPF: 690.613.192-34

PÓLO – PONTA BOM JESUS

TITULAR – CLODOALDO CARDOSO BARROS

RG:2639569, CPF: 401.031.962-34 e Celular: (91)993753737

SUPLENTE – NOEME DE JESUS BARROS CARDOSO

RG:2455788, CPF: 431.699.532-49 e Celular: (91) 991524105

PÓLO – PERERU DE FATIMA

TITULAR – CARLOS ALEX LOUREIRO DOS SANTOS

RG:32117253, CPF:856.807.702-10 e Celular: (91) 992348872

SUPLENTE – ANTONIO SANTAROSA DOS SANTOS

RG:6148858, CPF: 006.266.962-16

RESERVA EXTRATIVISTA MOCAPAJUBA (AEROMOCA)

CNPJ: 21. 551.349/0001-91

JOÃO BRAZ DE SOUSA, Nº 58 - CENTRO

SÃO CAETANO DE ODIVELAS - PARÁ

Fone: (91)99270-9869 - E-mail:mocapajuba@gmail.com

PÓLO – CACHOEIRA

TITULAR – MARIA APARECIDA DA SILVA DOS ANJOS

RG: 2542411, CPF: 460.302.122-49 e Celular: (91)993511808

SUPLENTE – RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA CHAGAS

RG: 5100492, CPF: 859.924.022-68

PÓLO – CIDADE

TITULAR – RISOLENE RABELO GOMES

RG: 5705510, CPF: 925483692-34 e Celular: (91) 985505139

SUPLENTE – NECIVALDO FAVACHO RODRIGUES

RG: 1567133, CPF: 271.248.602-10 Celular: (91) 988422861

ANEXO G – Instituições do poder público citadas nas oficinas comunitárias.

Quadro 4 – Mapeamento das instituições do poder público que foram citadas durante as oficinas comunitárias. Separadas por esferas e diferentes setores.

Instituição	Nome	Esfera	Setor	Nº de Citações
1	ICMBio	Federal	Meio Ambiente	05
2	UFPA/NUSC	Federal	Ensino, pesquisa e extensão	04
3	MPEG	Federal	Ensino, pesquisa e extensão	03
4	Secretaria de Agricultura e Pesca de São Caetano de Odivelas/PA	Municipal	Agricultura/Pesca	03
5	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Caetano de Odivelas/PA	Municipal	Meio Ambiente	03
6	Câmara de Vereadores do Município de São Caetano de Odivelas/PA	Municipal	Política	03
7	EMATER/PA	Estadual	Extensão Rural	03
8	IFPA Vigia	Federal	Ensino, pesquisa e extensão	02
9	Secretaria Municipal de Educação de São Caetano de Odivelas/PA	Municipal	Educação	02
10	Guarda Municipal	Municipal	Segurança Pública	02
11	IBAMA	Federal	Meio Ambiente	02
12	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará - SEMAS/PA	Estadual	Meio Ambiente	02
13	Secretaria de Cultura de São Caetano de Odivelas/PA	Municipal	Cultura	01
14	Ministério Público Federal	Federal	Judiciário	01
15	Polícia Civil	Estadual	Segurança pública	01
16	Batalhão de Polícia Ambiental - BPA	Estadual	Segurança pública	01
17	Agência de Defesa Agropecuária do Pará – ADEPARÁ	Estadual	Agricultura e pecuária	01
18	Corpo de Bombeiros	Estadual	Segurança pública	01

Fonte: Nota Técnica nº1/2019/RESEX Marinha Mocapajuba que consta no Processo de Criação do Conselho Deliberativo da Resex Extrativista Marinha Mocapajuba, nº 02122.001647/2017-54.

ANEXO H – Organizações da sociedade civil citadas nas oficinas comunitárias.

Quadro 5 – Mapeamento das organizações da sociedade civil que foram citadas durante as oficinas comunitárias. Separadas por esferas e diferentes setores.

Organização	Nome	Representação	Setor	Nº de Citações
1	Colônia de Pescadores de São Caetano de Odivelas - Z4	Municipal	Pesca/Extrativismo	05
2	Associação dos Usuários a Resex Mocapajuba – AUREMOCA	Municipal	Pesca/Extrativismo	05
3	Associação e Representantes do Comércio da Pesca	Municipal	Empresarial/Turismo	03
4	Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Municipal	Agricultura	03
5	Associação dos Piloteiros	Municipal	Empresarial/Turismo	02
6	Assembleia de Deus	Local	Religioso	02
7	Associação de Pais e Filhos e Amigos de São João de Ramos – AFASAJOR	Local	Comunitária	01
8	Associação das Mulheres da Ilha de Ramos	Local	Comunitária	01
9	Associação de Músicos	Local	Comunitária/Cultura	01
10	Grupos de Bois	Municipal	Comunitária/Cultura	01
11	Representantes de Caranguejeiros do polo da Vila Paraíso	Local	Pesca/Extrativismo	01
12	Associação dos Apicultores – AAPRAPISCO	Local	Agricultura	01
13	Clube Atlético Montealegrense	Local	Esporte/Lazer	01
14	Clube de Futebol dos Caranguejeiros	Local	Esporte/Lazer	01
15	Atravessadores de Caranguejo	Local	Empresarial/Comércio	01
16	Associação de Professores, Pais e Mestres	Local	Educação	01
17	Associação dos Moradores da Ponta Bom Jesus	Local	Comunitária	01
18	Paróquia da Divina Providência	Local	Religioso	01
19	Associação dos Ostreicultores de Pereru de Fátima – ASSOPEF	Local	Pesca/Extrativismo	01
20	Associação de Mulheres da Pesca	Local	Pesca/Extrativismo	01
21	Igreja Católica Central	Municipal	Religioso	01
22	AABV	Municipal	Cultura	01
23	Boi Zeus	Municipal	Cultura	01
24	SINDSAÚDE	Municipal	Saúde	01
25	Clube das Mães de Ramos	Local	Comunitário	01

Fonte: Nota Técnica nº1/2019/RESEX Marinha Mocapajuba que consta no Processo de Criação do Conselho Deliberativo da Resex Extrativista Marinha Mocapajuba, nº 02122.001647/2017-54.

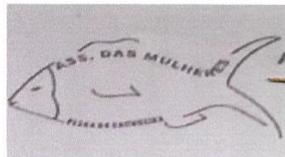
ANEXO I – Composição preliminar do Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.

Quadro 6 – Formação preliminar do Conselho Deliberativo, com instituições do poder público e da sociedade civil organizada.

Número	Poder Público	Sociedade Civil Organizada
1	SEMMA e Secretaria de Agricultura e Pesca de São Caetano de Odivelas/PA	Representação da Pesca Esportiva
2	Câmara de Vereadores de São Caetano de Odivelas/PA	Colônia de Pescadores de São Caetano de Odivelas - Z4
3	EMATER e ADEPARÁ	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Caetano de Odivelas/PA
4	SEMAS do Pará e Batalhão de Polícia Ambiental – BPA	Associação dos Usuários da Resex Marinha Mocapajuba – AUREMOCA
5	ICMBio	Associação dos Piloteiros de São Caetano de Odivelas/PA
6	IBAMA	Associação dos Caranguejeiros de São Caetano de Odivelas/PA – ASCA
7	UFPA/Núcleo de São Caetano de Odivelas - NUSC e IFPA Vigia	Associação dos Apicultores de São Caetano de Odivelas – APRAPISCO
8	Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG	Associação da Resex Mãe Grande de Curuçá – AUREMAG
9	-	Mocajuim
10	-	Associação dos Moradores da Ponta Bom Jesus – AGRIPONTA
11	-	Associação de Ostreicultores de Pereru de Fátima - ASSOPEF e Associação das Mulheres na Pesca e Agricultura de Pereru – AMPAP
12	-	Associação de Filhos e Amigos de São João de Ramos - AFASAJOR e Clube de Mães de Ramos
13	-	Associação das Mulheres na Pesca da Cachoeira
14	-	CONFREM
15	-	CAUREM
16	-	Polo Cachoeira
17	-	Polo São João de Ramos
18	-	Polo Boa Vista
19	-	Polo Pereru de Fátima
20	-	Polo Monte Alegre
21	-	Polo Santa Maria da Barreta
22	-	Polo Páscoa
23	-	Polo Cidade

Fonte: Nota Técnica nº1/2019/RESEX Marinha Mocapajuba que consta no Processo de Criação do Conselho Deliberativo da Resex Extrativista Marinha Mocapajuba, nº 02122.001647/2017-54.

ANEXO J – Carta de aceite da AMUPESC para compor o Conselho Deliberativo da Resex-
Mar Mocapajuba.



ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES NA PESCA DE CACHOEIRA
FUNDADA EM: 22 DE FEVEREIRO DE 1997
CNPJ: 02816558/0001-75
END: TRAV: CAJU S/N- FONE 993107829
BAIRRO :SANTÍSSIMA TRINDADE-CACHOEIRA -SÃO CAETANO DE
ODIVELAS-PÁ

OFICIO 005/2019-AMUPESC
DA ASSOCIAÇÃO DA MULHERES NA PESCA
MD. : FERNANDO BARBOSA PEÇANHA JUNIOR
CHEFE DA RESEX MOCAPAJUBA

A Associação Mulheres na Pesca de Cachoeira , vem por meio deste responder ao Ofício SEI Nº 026/2019 que esta instituição solicitou, com a decisão que esta associação tomou . Segue em anexo a ata e a lista de frequência pelo gestor que a conduz, que tem o respeito deste conselho .Desde já agradecemos sua atenção.

Titular : MERIAN CHAGAS FARIAS
CPF 64459888220
RG 2858178
EMAIL;merian.farias@hotmail.com
Telefone:91993107829

Suplente : MARIA LENIL DOS SANTOS CARDOSOS
CPF 180203722-53
RG 3686556
EMAIL;merian.farias@hotmail.com
Telefone: 991624747

Atenciosamente

Maria Auta de Brito Dias

MARIA AUTA BRITO DIAS

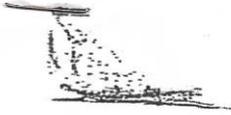
PRESIDENTE DA AMUPESC

Maria Lenil dos Santos Cardoso

MARIA LENIL DOS SANTOS CARDOSOS

SECRETÁRIA DA AMUPESC

ANEXO K – Carta de aceite da Colônia de Pescadores Z-4 para compor o Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.



COLÔNIA DE PESCADORES Z-04 – COMANDANTE FREDERICO VILAR
 CNPJ: 05.112.594/0001-46
 FUNDADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 1920
 TRAV. JOÃO BRAZ DE SOUSA, 58 – SÃO CAETANO DE ODIVELAS – PA
 CEL: 91-991643537 - EMAIL: z4colonia@outlook.com

Ofício nº 001

São Caetano de Odivelas, 11 de julho de 2019.



Ao Senhor: Fernando Barbosa Peçanha Junho, Chefe da Resex Mocapajuba.

Presado senhor

Eu Maria de Lourdes Souza dos Santos presidente da colônia de pescadores z-04, venho através desse ofício comunicar que aceito em participar do Conselho Deliberativo da Resex Mocapajuba de São Caetano de Odivelas/Pá. to encaminhando os nomes dos que vão participar.

As Indicadas São as senhoras,

PRIMEIRO MEMBRO é a Sra: MARIA DE LOURDES SOUZA DOS SANTOS

RG:2185930, CPF:431701292-87, CELULAR (91)991643537,

END: Rua Inácio de Oliveira, Bairro: Santíssima Trindade.

SUPLENTE: a Sra: CREUZA DO ROSARIO FONTES

RG: 1359974, CPF:297.780.032-72, End: TV. Fernando Guilhon, Bairro: Pepeua.

Desde já agradeço pela a oportunidade da colônia de Pescadores z-04, por fazendo parte do conselho de Resex Mocapajuba.

Atenciosamente


 MARIA DE LOURDES SOUZA DOS SANTOS

Recebido 12/07/19.


 Fernando Barbosa Peçanha Junho
 Mat.: 1573528
 Analista Ambiental-ICMBio/PA

ANEXO L – Carta de aceite da AUREMOCA (associação mãe) para compor o Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.

REZERVA EXTRATIVISTA MOCAPAJUBA (AUREMOCA)
CNPJ: 21551349/0001-91
JOÃO BRAZ DE SOUSA, Nº 58-CENTRO
FONE:(91) 992709869-E-mail: mocapajuba@gmail.com
SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PARÁ

Ofício nº

São Caetano de Odivelas, 11 de julho de 2019

Ao: Senhor Fernando Barbosa Peçanha Junho, Chefe da Resex Mocapajuba

Prezado Senhor

Eu Valter Chagas da Fonseca, através do presente, tenho o interesse em participar do conselho da Resex Marinha Mocapajuba, para o fortalecimento dos extrativistas, e to em caminhando os nomes que vão fazer parte do conselho Deliberativo da Resex Marinha Mocapajuba de São Caetano de Odivelas / Pará.

São Os seguintes Nomes

PRIMEIRO MEMBRO: O Sr. VALTER CHAGAS DA FONSECA

RG: 1515928, CPF: 146.175.792-49, CELULAR: (91) 992709869,

e-mail: valtermocapajuba@gmail.com ,End: TV.JOÃO BRADAS DE SOUSA Nº23 /Pá.

SUPLENTE: Sr. JOSE DE LIMA TAVARES FILHO

RG:3548528, CPF:801.945.412-00, CELULAR: (91)991703941 END: RUA NOVA ,BAIRRO PEPEUA.

Desde já agradeço Agradeço pela a oportunidade de fazer parte do conselho da Resex MOCAPAJUBA.

ATENCIOSAMENTE

Valter Chagas da Fonseca
Presidente - AEROMOCA
São Caetano de Odivelas/PA

 VALTER CHAGAS DA FONSECA

Recebido em 12/07/19

Fernando B. Peçanha Jr.

Fernando Barbosa Peçanha Júnior
Mat.: 1573528
Analista Ambiental-ICMBio/PA

ANEXO M – Carta de aceite da AFASAJOR para compor o Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.



Associação dos Filhos e A. de S. J. dos Ramos
Fundada em: 16 de novembro de 2003
CNPJ: 06196894/0001-13

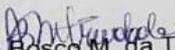
Ofício nº 004/2019

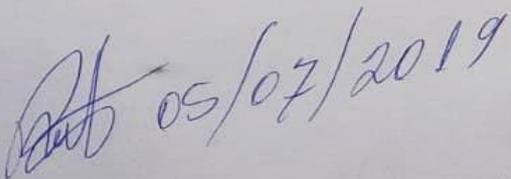
São João dos Ramos/SCO, 04 de julho de 2019

Da: Associação dos Filhos e Amigos de São João dos Ramos - AFASAJOR
PARA: Chefe da Resex Marinha Mocapajuba
Senhor Fernando Barbosa Peçanha Júnior

Cumprimentando-o, Senhor Fernando Barbosa Peçanha Júnior, indicamos pela associação AFASAJOR, para membro do Conselho Deliberativo da Resex Marinha Mocapajuba o senhor **Edson de Almeida Rodrigues**, RG: 2156500, CPF: 055.880.302-49, Travessa Ramiro Otávio, s/n, contato: 991911476, e-mail: bocoj25@yahoo.com.br. afasajor.

Atenciosamente,


João Bosco M. da Trindade
Presidente da AFASAJOR


Rua Rodrigo dos Santos Rodrigues s/n – São João dos Ramos – São Caetano de Odíveas/Pa –
contato: (91) 992977677 – E-mail: afasajor@yahoo.com.br

ANEXO N – Carta de aceite da Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Caetano de Odivelas para compor o Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.



ESTADO DO PARÁ
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS
GABINETE DO PRESIDENTE

Ofício nº 170/2019-CMSCO.

São Caetano de Odivelas, 01 de outubro de 2019.

Ilustríssimo Senhor
FERNANDO BARBOSA PEÇANHA JUNIOR
Chefe das Resex's Maracanã, Mocapajuba e Cuinarana

Assunto: Resposta ao Ofício SEI nº 27/2019-RESEX Mocapajuba – Processo nº 02122.001647/2017-54

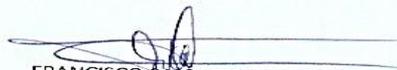
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS, por meio de seu Presidente, constitucionalmente constituído, que este subscreve, vem à presença de Vossa Senhoria, com o devido acatamento ao requerimento em epígrafe, tendo como objeto a criação do Conselho Gestor da Resex Mocapajuba indicar como Conselheiro Titular, o Presidente desta Casa, Francisco Saldanha Miranda e para suplente, o Sr Paulo Cesar Viegas, também vereador desta Casa.

Conforme solicitado, segue anexo, documento de identificação dos indicados, assim como contatos telefônicos e eletrônicos.

Oportunidade em que apresentamos nosso protesto de estima e consideração.

Atenciosamente,

Realizada em 03/10/19.
Francisco S. Miranda Jr.


FRANCISCO SALDANHA MIRANDA
Presidente da Câmara Municipal
São Caetano de Odivelas

Francisco S. Miranda
Cpf: 654.708.182-68
Presidente

ANEXO O – Carta de aceite da Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas, indicando representações da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMAS) e da Secretaria Municipal de Agricultura (SEMAGRI) para compor o Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.



ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de São Caetano de Odivelas
GABINETE DO PREFEITO

Ofício Nº 059/2019-GAB/PREF

São Caetano de Odivelas, 20 de agosto de 2019.

Ao. Sr.

FERNANDO BARBOSA PEÇANHA JUNIOR

Chefe da Resex Maracanã, Mocapajuba e Cuinarana

Avenida Júlio Cesar, nº 7070, Val-de-Cans, CEP: 66617-420- Belém-PA

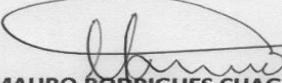
ASSUNTO: Resposta ao Ofício Circular SEI nº 12/2019- RESEX Marinha Mocapajuba.

Prezado Senhor,

Ao cumprimenta-lo, em resposta ao Ofício Circular SEI nº 12/2019- RESEX Marinha Mocapajuba, sirvo-me do presente para encaminhar os nomes que irão compor o CONSELHO DA RESEX MARINHA MOCAPAJUBA: Conselheiro Titular: Fernando Monteiro da Silva e Conselheiro Suplente: Talita Vieira Aranha

Desta forma e na certeza de termos colaborado com o solicitado, antecipamos nossos agradecimentos e colocamo-nos a vossa disposição para o que se fizer necessário.

Atenciosamente,


MAURO RODRIGUES CHAGAS
Prefeito Municipal

ANEXO P – Carta de aceite da EMATER do município de São Caetano de Odivelas para compor o Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ
Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP
Rod. BR-316 – Km 12 – Marituba-Pará – CEP 67.105-970
Fone/Fax PRESIDÊNCIA (91) 3256-0015/0150 - E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br



Carta ELSCO/04/2019

São Caetano de Odivelas (PA), 14 de junho de 2019.

Ao Imo. Sr. FERNANDO BARROS PEÇANHA JUNIOR
Chefe da Resex Mocapajuba

Prezado Senhor,

Em atenção ao Ofício Circular nº 13/2019 que trata da formação do Conselho Deliberativo da Resex Marinha de Mocapajuba no município de São Caetano de Odivelas-PA, registrada no **Processo nº 02122.001647/2017-54**, vimos através deste comunicar que os representantes da EMATER-PARÁ no referido conselho serão os seguinte:

1. **ANDERSON CORREA CASTRO (TÍTULAR);**
RG: 2389263 e CPF: 410.265.272-87
End.: Cond. Farol Itaipu; Rua Comodoros; Casa 33; Bairro: Samambaia; S. Caetano de Odivelas; CEP: 68775-000; Fone: (91) 99156-0380
E-mail institucional: emater_eslocsaocaetano@gmail.com
2. **RENATO CEZAR VASCONCELOS ARAUJO (SUPLENTE)**
RG: 7077147 e CPF: 138.062.112-72
Endereço: Av. São Benedito, nº 212; Bairro: Centro; S. Caetano de Odivelas; CEP: 68775-000; Fone: (91) 98744-4150
E-mail institucional: emater_eslocsaocaetano@gmail.com

No mais ficamos à disposição e firmamos nossos votos de apreço e consideração.

Cordialmente,

Anderson Corrêa Castro
Coordenador Local

Anderson Correa Castro
Eng. Agrônomo
CREA 14.571D/PA

ANEXO Q – Carta de aceite da Universidade Federal do Pará/Núcleo de São Caetano de Odivelas para compor o Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL/ COORDENAÇÃO GERAL



PORTARIA Nº 008, DE 04 DE JULHO DE 2019.

Designação de representação do NUSC/São Caetano de Odivelas junto ao Conselho Deliberativo da RESEX Marinha MOCAPAJUBA .

A COORDENAÇÃO DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o Estatuto e Regimento Geral desta Instituição e,

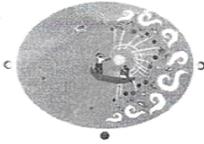
CONSIDERANDO que o Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes foi designado pela Portaria 05/2018-Secretaria Acadêmica do Campus de Castanhal, para atuar como coordenador acadêmico no Núcleo Universitário de São Caetano de Odivelas Prof. Mário Chagas Fernandes (NUSC), afeto a esta Unidade Acadêmica, sendo o representante nato desta IFES junto às instituições loco-regionais,

RESOLVE:

DESIGNAR o Prof. Dr. José Guilherme dos Santos Fernandes, SIAPE 2191145, representante da Universidade Federal do Pará (UFPA), Núcleo Universitário de São Caetano de Odivelas Prof. Mário Chagas Fernandes (NUSC)/Campus de Castanhal, junto ao Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha MOCAPAJUBA, no município de São Caetano de Odivelas, ficando autorizado a praticar todos os atos e procedimentos necessários ao pleno desempenho da função.


Prof. Bruno Souza Lyra Castro
Coordenador Geral
Campus Universitário de Castanhal
Portaria nº 816/2019 - UFPA

ANEXO R – Carta de aceite da CONFREM para compor o Conselho Deliberativo da Resex-
Mar Mocapajuba.



CONFREM BRASIL

**COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS
EXTRATIVISTAS E DOS POVOS EXTRATIVISTAS COSTEIROS E
MARINHOS – CONFREM Brasil**

Ofc. 005/19

Curuçá-PA, Brasil, 08 de Abril de 2019

Da: CONFREM-Brasil

Ao: Ilm^o. Senhor Fernando Barbosa Peçanha Junior
MD Gestor da Resex Mocapajuba

Nesta,

Prezado Senhor,

Sendo a CONFREM-Brasil uma Instituição representativa das Reservas Extrativistas e dos Povos extrativistas Costeiros Marinhos - CONFREM Brasil, cuja Missão é; "Desenvolver, articular e implementar estratégias visando o reconhecimento e a garantia dos territórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhos na dimensão social, cultural, ambiental e econômica garantindo os seus meios de vida e produção sustentável." Comparece junto a V. Sa. para reivindicar o assento em vacância no CONSELHO DELIBERATIVO da Resex Mocapajuba.

Outrossim, firmamos nosso comprometimento de assiduidade no papel de Entidade Conselheira de contribuindo ativamente com a gestão da UC de uso sustentável.

Serão nossas representantes:

Titular: Sandra Regina Pereira Gonçalves

CPF: 353.042.192-87, RG: 1911503

Suplente: Milton Antonio da Costa Santos

CPF: 440.359.932-04, RG: 2152100

Endereço: TRAVESSA PRIMEIRA, Nº 160, BAIRRO: ALTO, CEP: 68750-000, CURUÇÁ/PA

Contato: (91) 98758-0796 / 99370-5507

Atenciosamente,

Sandra Regina Pereira Gonçalves

Coordenação Estadual da CONFREM-Brasil

Email: sandramarisqueira@gmail.com - Tel. Sandra (91) 999370-5507 / 98758-0796 , TRAVESSA PRIMEIRA, Nº 160, BAIRRO: ALTO, CEP: 68750-000, CURUÇÁ/PA.

ANEXO S – Carta de aceite da AUREMAG para compor o Conselho Deliberativo da Resex-
Mar Mocapajuba.



ASSOCIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE CURUÇÁ PA – AUREMAG
Fundada em 05/05/2003-CNPJ: 06.228.800/0001-40
End: Rodovia Curuçá Abade S/N, Bairro Novo Umarizal Curuçá/PA.
Fone: (091)99370-5507,99383-9110, 99363-4174

Ofc. 027/19

Resex Marinha Mãe Grande, Curuçá-PA, 08 de Abril de 2019

Do: Sr. José Roberto Garcia de Moraes
MD Presidente da AUREMAG
Ao: Fernando Barbosa Peçanha Junior
MD Gestor da Resex Mocapajuba
Nesta

Prezado Senhor,

Sendo a AUREMAG uma Instituição representativa da associação dos usuários da reserva extrativista mãe grande Curuçá PA– AUREMAG, cuja Missão é; "Desenvolver, articular e implementar estratégias visando o reconhecimento e a garantia dos territórios extrativistas tradicionais costeiros e marinhos na dimensão social, cultural, ambiental e econômica garantindo os seus meios de vida e produção sustentável." Comparece junto a V. Sa. para reivindicar o assento em vacância no CONSELHO DELIBERATIVO da Resex Mocapajuba.

Outrossim, firmamos nosso comprometimento de assiduidade no papel de Entidade Conselheira de contribuindo ativamente com a gestão da UC de uso sustentável.

Serão nossas representantes:

Titular: Marcelo Ferreira Costa

CPF: 435.970.502-63, RG: 8031622

Suplente: José Roberto Garcia de Moraes

CPF: 353.005.072-53, RG: 1920087

Endereço: TRAVESSA PRIMEIRA, Nº 160, BAIRRO: ALTO, CEP: 68750-000, CURUÇÁ/PA

Contato: (91) 99367-4174 (Marcelo) / 99202-7480 (José Roberto)

Atenciosamente,

José Roberto Garcia de Moraes
Presidente da AUREMAG

Email: joser.auremag@gmail.com - Tel. **José Roberto** (91) 99202-7480 , RODOVIA CURUÇÁ-ABADE,
S/Nº, KM-02, CEP: 68750-000, CURUÇÁ/PA.

ANEXO T – Carta de aceite do Instituto Federal do Pará/Campus Vigia para compor o Conselho Deliberativo da Resex-Mar Mocapajuba.

Gmail - OF. CIRC. SEI 13/2019-RESEX-Representante para comp... <https://mail.google.com/mail/u/0?ik=b6c82692fd&view=pt&sear...>



Fernando Barbosa Peçanha Júnior Peçanha <fernando.icmbio@gmail.com>

OF. CIRC. SEI 13/2019-RESEX-Representante para compor Conselho Deliberativo

2 mensagens

dg.vigia@ifpa.edu.br <dg.vigia@ifpa.edu.br>
Para: fernando.icmbio@gmail.com
Cc: keila mourao <keila.mourao@ifpa.edu.br>

14 de junho de 2019 11:10

Prezado, bom dia!

Em atendimento ao vosso Ofício Circular SEI nº. 13/2019-RESEX Marinha Mocapajuba, de 04/06/2019, que solicita indicação de representante do IFPA/Campus Avançado Vigia, segue abaixo os dados da servidora:

REPRESENTANTE: KEILA RENATA MOREIRA MOURÃO
RG: 2588125
CPF: 572.595.002-63
ENDEREÇO: TV. MONTE ALEGRE, Nº 580, CIDADE VELHA, BELÉM-PA
E-MAIL: KEILA.MOURAO@IFPA.EDU.BR
TELEFONE: 98156-6979

Segue nosso número para contato: 91-99185-0023

At.te,



Camila Vieira da Silva
Diretora Geral do *Campus Avançado Vigia*
Portaria Nº 1311/2017 - GAB/Reitoria
Site: www.vigia.ifpa.edu.br
IFPA Campus Vigia

Fernando Barbosa Peçanha Júnior Peçanha <fernando.junior@icmbio.gov.br>
Para: dg.vigia@ifpa.edu.br, Walciclea Purificacao da Silva Cruz <Walcicleia.cruz@icmbio.gov.br>
Cc: keila mourao <keila.mourao@ifpa.edu.br>

3 de julho de 2019 15:36

Boa Tarde,

Recebido! Obrigado pelo envio de resposta.

Att.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Fernando B. Peçanha Jr.
Chefe da Resex Maracanã, Mocapajuba e Cuinarana

ANEXO U – Frequência da oficina Turismo de Base Comunitária no Polo Cachoeira.

- 02/10/10
Comunidade: Cachoeira
- Lista de Frequência Oficina de TBC
- 1) Ypeirone chaças
 - 2) Brígido
 3. Keila
 4. M^o Saul dos Santos Cardoso
 5. Danielle Rocha de Sousa
 6. Joo Luiz das ~~Alves~~
 7. Alexandre Dantas da Rocha
 8. Sherrizel Gabryelle Alves Pereira
 9. Yvoniem do Nascimento
 10. Maycon Paul Rodrigues Lima de Araújo
 11. Ana Beatriz Sobrinho
 12. Anayla Soares
 13. Wesley Nunes dos Santos
 14. Alvaro dos Santos Monteiro
 15. Maria Juli de Ojeda
 16. Lourenço dos Santos
 17. Lucimereia dos Anjos Maia
 18. Reneli Pereira
 19. Letícia Malcher Cardoso
 20. Helder Araújo — ICMBIO
 21. Waldicléia Cruz — ICMBIO
 22. Maria Aparecida Anjos da Silva
 23. Orlando O. Pereira Jr. — ICMBIO
 24. Jennyffe Oliveira. — Sec. cultura, turismo, esporte e lazer.
 - 25.
 - 26.
 - 27.
 - 28.
 - 29.
 - 30.
 - 31.
 - 20

ANEXO V – Frequência da oficina Turismo de Base Comunitária no Polo Boa Vista.

Lista de Frequência. Oficina TBC

03/10/19

Comunidade: Boa Vista

- 1) Rita de Lúcia Soares Farias
- 2) Afonso Binstouças da Silva Farias
- 3) Helena do Socorro Sousa Silva
- 4) Luísa Soares de Farias
- 5) Antonia Fanchona Costa Faria
- 6) Denise de Lema Amlo
- 7) Maria Antonia Costa Ferreira
- 8) Luiz Hilario da S. Farias
- 9) Renata dos Santos Pereira
- 10) Fabricio de Farias dos Santos
- 11) Monique Saldanha de Farias
- 12) Tânia Saldanha de Farias
- 13) Marcilemi Saldanha de Farias
- 14) Valéria Rêgo da Conceição
- 15) Heide Azeiteiro - ICMBIO
- 16) Grazielle de Castro Farias - UFPA / PPGED.
- 17) Wafelinda R. da Silva Cruz - ICMBIO
- 18) Tatiana de Faria - ICMBIO
- 19) Letícia Malcher Cardoso - INEP/UPPA
- 20-

ANEXO W – Frequência da reunião inicial para planejamento do cadastro das famílias da Resex.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



NÚCLEO UNIVERSITÁRIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

PROF. MÁRIO CHAGAS FERNANDES – NUSC

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Renildo Pires da Silva	Colônia de Pescaçães ²⁰⁰⁴	992798756	renildo24@gmail.com
2	Roberto C. Ferreira	Resex Içá de Magalhães	992343381	robertoferreira@ufpa.br
3	Raimundo Raimundo Magalhães	RESEX Monte Alegre	981593304	
4	HELDER ARAÚJO	ICMBIO	980970023	HNABFLUG3@GMAIL.COM
5	FERNANDO MONTAÍTO	UFPA/NUSC	993350283	montaíto_m@ufpa.br
6	Renata Sales	UFPA/NUSC	99254-0219	RENATACSSALES@GMAIL.COM
7	Aniame Franco de N. Duarte	UFPA/NUSC	980440563	aniamefranco50@gmail.com
8	José Moniz de S. Santos	UFPA/NUSC	992805349	monizsantos2004@gmail.com
9	Thiago Gresser dos S. Trindade	EETPA-	993978221	trindadethiago@gmail.com
10	Talita V. Araujo	SEMAGRI - SCO	99152-2806	TALITARANHAPESCA@GMAIL.COM
11	Romário de A. Aguiar Felício	NUSC/COLINS/UFPA	999042009	romariofelicio@gmail.com
12	Fernando J. Rego J.	ICMBIO Resex Jacupuzá	(91)992676452	fernando.junior@icmbio.gov.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ



NÚCLEO UNIVERSITÁRIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

PROF. MÁRIO CHAGAS FERNANDES – NUSC

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
13	Ricardo Rodrigues Santos	SEMAGRI - SCO	98516-8533	ricardo.rodrigues2003@icmbio.gov.br
14	Juvenil do Soares Soares	SEMAGRI	985586286	juvenilsoares@hotmail.com
15	Letícia Malcher Cardoso	INEAP/UFPA	992588770	leticia.malcher2@gmail.com
16	Grauilme de Castro Ferreira	PPGED/UFPA	996247161	grauilmeferreira@gmail.com
17	Jasmim Alves dos Santos	PPGEDAM/NUMA/UFPA	992444043	jasminalvesalves@gmail.com
18	Walécia R. da Silva Cruz	ICMBIO (Resex Macapá)	981559760	walécia.cruz@icmbio.gov.br
19	Monica de Almeida dos S. Costa	Colônia de Pescaçães	991643537	
20	ÉDER VICTOR OZEIRAS LEITE	UFPA/INEAP	(91)99144-7961	OZEIRASLEITE@GMAIL.COM

ANEXO X – Autorização para pesquisa científica na Resex-Mar Mocapajuba/SISBIO.



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 71622-1	Data da Emissão: 10/09/2019 09:38:43	Data da Revalidação*: 10/09/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Leticia Malcher Cardoso	CPF: 008.430.532-08
Título do Projeto: Autorização para pesquisa científica na Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0003-95

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Entrevistas, aplicação de questionários, revisão documental e observação participante	08/2019	07/2020

Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO exige o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .

Outras ressalvas

1	Solicitamos entretanto que o(a) pesquisador(a) contate com os gestores da UC, no intuito de divulgar sua agenda de atividades de campo para que se possa ter conhecimento e/ou conciliar essa agenda com a agenda da Resex. Deve-se também, tem sempre em mãos a autorização da pesquisa no SISBIO e obter a autorização individual dos participantes, de forma voluntária.	RESEX Marinha Mocapajuba
---	---	--------------------------

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0716220120190910

Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 71622-1	Data da Emissão: 10/09/2019 09:38:43	Data da Revalidação*: 10/09/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Letícia Malcher Cardoso	CPF: 008.430.532-08
Título do Projeto: Autorização para pesquisa científica na Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0003-95

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba	PA	Marinho	Não	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0716220120190910

Página 2/3

